

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2026

NÚMERO 23.035 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00



Ique Esteves/Divulgação

Nas telas, para refletir

Com Beth Goulart (foto) no elenco, *O advogado de Deus* entra em cartaz hoje. A temática espírita conduz o longa, que busca o sucesso de público de produções como *Nosso Lar*. PÁGINA 22

O sabor da história de Brasília



Aos 60 anos de idade, o Beirute é um símbolo gastronômico e cultural da capital. Gerações de brasilienses passaram pela 109 Sul — há uma filial na 107 Norte — e fizeram do restaurante uma lenda. A exposição *Beirute 60 anos — uma história de subversão, amor e tradição*, com reportagens do *Correio* conta muito dessa história. PÁGINA 17

Mané negocia um novo naming rights

Fator casa empurra Fla e Palmeiras

PÁGINAS 19 E 20

Avanço por mudanças estruturais

Reunidos pelo Lide e pelo *Correio Braziliense* no 6º Brasília Summit, ontem, no Brasília Palace Hotel, governadores, autoridades de outros estados, do Congresso e do TCU, além de empresários e especialistas, debateram os desafios da gestão pública do país para os próximos anos. A urgência pela melhoria da governança e pelo ajuste das contas foram alguns consensos. O uso da tecnologia, como a inteligência artificial, também foi tema dos painéis. Convidada para a abertura do evento, a governadora do DF, Celina Leão, defendeu transparência e eficácia na administração.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Itaú confirma interesse em ativos do BRB. Celina lamenta falta de ajuda da União

PÁGINAS 7, 8 E 14. CAPITAL S/A, 16

Chacina: réus entre troca de acusações e desmentidos

Suspeito de ser o chefe do bando de criminosos — cinco estão no banco dos réus — que assassinou 10 pessoas de uma família para se apoderar de uma chácara, entre 2022 e 2023, Gideon Batista depôs no terceiro dia de julgamento do caso, no Fórum de Planaltina. Provável mentor da chacina, Gideon criou uma versão para a história, colocando-se na condição de vítima dos bandidos. A estratégia de defesa, que incluiu denúncias de tortura na DP, foi derrubada pelo comparsa Fabrício Silva. Ele confirmou diante do júri o que a Polícia Civil e o Ministério Público do DF investigaram e concluíram: Gideon planejou toda a barbárie. A expectativa é de que as sessões prossigam até sábado, quando será proferida a sentença.

Darcianne Diogo/CB/D.A Press



Gideon (de branco/D) disse que era vítima dos assassinos

PÁGINA 16

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Mais segurança — No Dia Mundial do Ciclista, comemorado ontem, os brasilienses destacaram os benefícios das pedaladas e pediram a manutenção da estrutura cicloviária. Programa Vai de Bike prevê 300km de ciclovias em todo o DF. PÁGINA 15

MCs e influencer na lavagem do tráfico

Operação da Polícia Federal prendeu MC Ryan SP e MC Poze do Rodo, conhecidos cantores de funk, por suposto envolvimento em negócios com dinheiro de facções criminosas. Raphael Sousa Oliveira, da página Choquei, também está sendo acusado de participar do esquema que pode ter movimentado mais de R\$ 1,6 bilhão.

PÁGINA 5

Gilmar Mendes quer investigar relator

Ministro do STF, Gilmar Mendes, acionou a PGR para que abra investigação contra o relator da CPI do Crime Organizado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), por abuso de autoridade após o parlamentar pedir o indiciamento dele e de dois colegas da Corte por decisões relativas ao caso Master.

PÁGINA 3 E BRASÍLIA-DF, 4

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Senado não fez o dever de casa"

Ao *CB.Poder*, o senador Izalci Lucas (PL-DF), defendeu o relatório da CPI do Crime Organizado e afirmou que o documento tem provas consistentes para pedir o indiciamento de ministros do STF. PÁGINA 4

Mínimo será de R\$ 1.717

Um reajuste de 5,9% foi previsto pelo governo federal para o piso salarial do país em 2027, de acordo com o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A equipe econômica apresentou também as estimativas para PIB e meta fiscal.

PÁGINA 6

Fim do 6 x 1

Motta mantém tramitação da PEC

PÁGINA 2

Guerra

Irã ameaça ampliar bloqueio naval

PÁGINA 9

Direito & Justiça

Comando renovado

Eleitos para o biênio 2026-2028, os ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell serão os novos presidente e vice do STJ, respectivamente.



MARATONA BRASILIA 2026

INSCREVA-SE JÁ!
brasilcorrida.com.br

4 DIAS DE COMPETIÇÃO
 18, 19, 20 E 21 DE ABRIL





PODER

Fim da escala 6x1 opção Congresso e governo

Motta enfatiza que Câmara seguirá com PEC sobre mudança de jornada e diz não haver previsão de indicação do relator para projeto de lei do Planalto. Com regime de urgência, texto do Executivo tem de ser analisado em até 45 dias, ou trancará a pauta

» WAL LIMA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu manter a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da jornada 6x1 mesmo diante da ofensiva do governo federal, que tenta conduzir o tema por projeto de lei para agilizar a votação — a aprovação é uma meta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que busca a reeleição. “Nós vamos seguir o cronograma da proposta de emenda da Constituição”, afirmou o deputado.

A declaração explícita o impasse entre Legislativo e Executivo sobre o caminho para viabilizar a mudança. Motta, inclusive, minimizou o impacto da iniciativa do Executivo sobre o planejamento da Câmara. “O envio da parte do governo do projeto de lei não muda o cronograma pré-estabelecido pela presidência”, afirmou. Para ele, a proposta de emenda constitucional permite um debate mais amplo e estruturado. “Com a PEC, nós temos um âmbito maior para a discussão”, argumentou.

Ele disse não haver previsão para a definição do relator que tratará do projeto do Planalto. “Nós seguiremos com o cronograma de PEC. Isso não afeta a nossa relação com o governo. Nossa relação com o governo está a mais institucional e correta possível, como tem que ser. Cada um tendo a sua independência, mantendo a harmonia”, enfatizou. “Na Câmara, já havíamos traçado uma tramitação para que a matéria seja apreciada por meio de proposta de emenda à Constituição. Vamos seguir dialogando com a liderança do governo, com o deputado Paulo Pimenta, com o ministro José Guimarães, das Relações Institucionais, com a equipe econômica do governo, porque essa tem sido a marca da nossa gestão.”

O deputado acrescentou haver um sentimento favorável entre lideranças para a aprovação da medida, mas ressaltou a necessidade de uma tramitação “muito responsável”, com escuta de todos os setores e atenção aos impactos econômicos e às regras de transição.

Suspensão

Momentos antes da coletiva de Motta, o relator da PEC, Paulo Azi (União-BR), apresentou, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), parecer favorável à admissibilidade da proposta. Apesar do aval, a análise foi interrompida por pedido de vista da oposição.

Lula Marques/Agência Brasil



Segundo Motta, “sentimento” é de que a Câmara aprovará a redução: “Agora, nós iremos fazer isso de forma responsável, que não haja atropelo”

Urgência

Protocolado como Projeto de Lei (PL) 1838/2026, o texto consta na lista de urgências constitucionais do sistema da Câmara dos Deputados. O mecanismo estabelece o prazo de 45 dias para os parlamentares realizarem a votação da proposta. Caso o período seja extrapolado, o projeto trancará a pauta.



Nós seguiremos com o cronograma de PEC. Isso não afeta a nossa relação com o governo, cada um tendo a sua independência, mantendo a harmonia”

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

O deputado Lucas Redecker (PSD-RS) justificou ser necessário mais tempo de análise do assunto. O regimento interno determina que a vista tem duração de duas sessões deliberativas.

Em seu relatório, Azi considerou constitucionais as propostas que tratam da redução da jornada de trabalho, mas ressaltou a

necessidade de cautela na implementação das mudanças.

A principal preocupação está na forma de adoção da nova escala. Azi apontou que é preciso avaliar os efeitos sobre diferentes setores e discutir mecanismos de adaptação gradual, com possíveis medidas compensatórias para as empresas. Sobre o travamento na CCJ,

Motta afirmou que a Presidência trabalha para destravar o calendário rapidamente. “Nós estamos fazendo sessão até a próxima sexta-feira, visando que a votação possa se dar na CCJ na próxima quarta, após o feriado (de Tiradentes)”, explicou. Segundo ele, a definição dos relatores nas próximas etapas dependerá da aprovação na comissão.

Cautela

Especialistas defenderam a análise aprofundada por meio da PEC. Na visão da advogada trabalhista Elisa Alonso, o ritmo acelerado da tramitação de um projeto de lei, como propõe o governo, está mais ligado ao ambiente político do que a uma construção técnica consistente.

“Em um ambiente marcado por forte apelo político e eleitoral, era esperado que essa pauta, com alta capacidade de mobilização social, avançasse nas etapas iniciais do processo legislativo”, afirmou. Ela alertou, no entanto, que a falta de análises setoriais pode gerar

impactos relevantes em áreas como comércio, saúde e indústria, especialmente pela ausência de uma transição estruturada.

Na mesma linha, a especialista em direito empresarial e do trabalho Débora Cursine frisou que o tema deixou de ser apenas uma bandeira social e passou a ocupar o centro da agenda institucional, ainda que enfrente entraves, como o pedido de vista que suspendeu temporariamente a discussão. Segundo ela, o debate agora exige aprofundamento técnico, sobretudo diante da proposta do Executivo de reduzir a jornada para 40 horas semanais sem corte salarial.

Débora destacou que o principal desafio será a implementação prática da medida em setores com funcionamento contínuo, em que os custos tendem a ser redistribuídos. “Trata-se de uma discussão legítima, mas a maturidade dependerá menos do apelo político inicial e mais da capacidade de estruturar uma implementação tecnicamente sustentável, com segurança jurídica e sensibilidade às diferenças entre os setores”, concluiu.

Entenda o caso

Um projeto e duas PECs

O projeto de lei enviado pelo governo federal propõe a redução da jornada semanal de 44 horas para 40 horas, sem redução salarial, além de prever jornada de trabalho de oito horas diárias e dois repouso semanais remunerados de 24 horas consecutivas cada.

A medida entraria em vigor após a aprovação da lei. Como foi enviado com urgência constitucional, a Câmara teria até 45 dias para apreciar a proposta, sob risco de travar a pauta. O Senado teria o mesmo prazo.

Já as PECs têm textos diferentes. A do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), de 2019, diz que a duração do trabalho normal não pode ser superior a oito horas diárias e 36 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. A proposta entraria em vigor 10 dias após a publicação.

A PEC da deputada Erika Hilton (PSol-SP) também prevê oito horas diárias e 36 horas semanais, mas acrescenta jornada de trabalho de quatro dias por semana — ou seja, a escala de trabalho seria de 4x3. A emenda constitucional entraria em vigor um ano após a publicação.

Caso a CCJ decida pela constitucionalidade das PECs, os projetos ainda passarão por análise de mérito em uma comissão especial.

Diferenças

Além do teor, há outras diferenças importantes entre os dois instrumentos legislativos. O projeto de lei exige um quórum menor para ser aprovado — maioria simples, desde que presentes 257 parlamentares. O texto também poderia ser vetado pelo presidente. O veto teria que ser apreciado em sessão conjunta da Câmara e do Senado no Congresso.

A PEC, por outro lado, tem um quórum maior — aval de ao menos 308 deputados, em votação em dois turnos. Mas a palavra final seria dos deputados, pois a PEC é promulgada pelo Congresso.

Marinho nega competição de propostas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, negou ontem a possibilidade de haver choques entre o projeto de lei do governo sobre o fim da escala 6 x 1 e as propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do mesmo tema.

Segundo Marinho, o envio do projeto tem o objetivo de “acelerar” o processo, aproveitando que a tramitação de PL é mais ágil do que de uma PEC, que, por sinal, teve a tramitação interrompida na Câmara, ontem, com um pedido de vista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“O PL enviado pelo presidente

busca justamente acelerar o processo, já que sua tramitação é mais ágil que a da PEC. A PEC seguirá seu curso normalmente, evidentemente. O Parlamento tem autonomia para definir a tramitação de ambos, mas o PL conta com a lógica do regime de urgência”, frisou, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto. “Aqui, não estamos colocando um instrumento para competir com o outro”, acrescentou.

Segundo Marinho, após uma eventual aprovação do projeto, uma PEC ainda será necessária para “consolidar” a redução da escala 6x1.

Uma possível redução na jornada, para Marinho, significaria uma

necessidade econômica para além do benefício social ao trabalhador. De acordo com o ministro, a mudança foca na criação de um ambiente de trabalho saudável para combater o absenteísmo e o adoecimento mental.

“Um ambiente de trabalho com jornada excessiva, muitas vezes casado com assédio moral, leva ao adoecimento e ao acidente de trabalho. A jornada adequada melhora a concentração, o foco e a produtividade que a economia brasileira está precisando”, argumentou.

Na avaliação do ministro Guilherme Boulos, titular da Secretaria-Geral da Presidência, Lula acatou o “grito” de trabalhadores

que “estão exaustos, que estão se adoecendo e que estão tendo burnout”.

“O fim da escala 6x1 é uma reparação de tempo para o trabalhador. Tempo é o que a gente tem de mais precioso na vida, e esse tempo vai ser devolvido para o trabalhador com o fim da escala 6x1”, defendeu o ministro, que participou da entrevista ao lado de Marinho.

Boulos e Luiz Marinho foram peças-chave na elaboração do projeto de lei que prevê redução da carga horária de trabalho. Além dos dois ministros de Lula, o tema foi discutido por pastas como a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais.

Valter Campanato/Agência Brasil



Segundo o ministro, o PL é importante para reduzir a escala rapidamente

PODER

Gilmar aciona PGR contra senador por parecer da CPI

Ministro do STF pede investigação de Alessandro Vieira por abuso de autoridade, após relatório com acusações ao decano e a outros dois magistrados da Corte

» PAULO LEITE
» RAPHAELA PEIXOTO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu à Procuradoria-Geral da República que abra uma investigação contra o relator da CPI do Crime Organizado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), após o parlamentar pedir, no parecer final do colegiado, o indiciamento dele e de mais dois colegas da Corte, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes por decisões relativas ao Banco Master e ao colegiado.

Em ofício encaminhado à PGR, Gilmar argumentou que Vieira usou “ardilosamente de rudimentar jogo de palavras para tentar viabilizar indevido indiciamento do requerente em razão de suposto cometimento de crime de responsabilidade”.

O decano afirmou que a comissão extrapolou as competências, pois tinha o objetivo de investigar crimes como “a atuação de milícias, a lavagem de ativos executada com novas tecnologias, o delito de tráfico de entorpecentes e a cooperação entre agências de prevenção e de repressão”.

“A proposta de relatório vale-se de juvenil jogo de palavras envolvendo os ‘crimes de responsabilidade’ para sugerir que caberia à CPI do Crime Organizado realizar indiciamentos a respeito dessa temática, quando isso não corresponde à realidade”, destacou o ministro.

O relatório atribuiu a ministros do STF condutas consideradas incompatíveis com o exercício do cargo. Vieira apontou supostas

Rosinei Coutinho/STF



A proposta de relatório vale-se de juvenil jogo de palavras envolvendo os ‘crimes de responsabilidade’ para sugerir que caberia à CPI do Crime Organizado realizar indiciamentos a respeito dessa temática, quando isso não corresponde à realidade”

Gilmar Mendes, decano do STF

relações financeiras e proximidade entre integrantes da Corte e o dono do Master, Daniel Vercara. Também questionou decisões

judiciais tomadas durante as investigações da CPI.

Além dos três ministros do STF, o relatório pediu o indiciamento

do procurador-geral da República, Paulo Gonet. O parecer, apresentado na terça-feira, foi rejeitado por 6 votos a 4, após mudanças na composição do colegiado e orientação do Palácio do Planalto pela não aprovação.

Em postagem na rede social X, Vieira disse que a representação de Gilmar Mendes “será respondida com absoluta tranquilidade dentro do rigor técnico devido”. O senador elevou o tom e disse que “ameaças e tentativas de constrangimento não vão mudar o curso de história”. Ele negou ter cometido abuso de autoridade e destacou estar resguardado pela imunidade parlamentar.

Decano rebate Zema e cita dívida de Minas

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), respondeu, ontem, à declaração do ex-governador mineiro Romeu Zema (Novo), pré-candidato à Presidência, em defesa do impeachment e da prisão dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, integrantes da Corte.

Em postagem no X, Gilmar afirmou ser “no mínimo irônico” ver Zema atacando o tribunal após tê-lo acionado para adiar o pagamento de parcelas da dívida de Minas Gerais com a União.

Segundo o decano, sem o socorro institucional do STF, o então governador teria enfrentado um cenário de grave desorganização fiscal e problemas para garantir a continuidade de serviços públicos no Estado.

“A contradição é latente: quando o STF profere decisões que garantem o fluxo de caixa ou suprem omissões do Legislativo

local, a Corte é acessada como agente necessário ao funcionamento da máquina estatal. Contudo, basta que contrarie interesses políticos para que o pragmatismo jurídico dê lugar a chavões vazios de ‘ativismo judicial’ e a ataques à honra dos ministros”, disparou o ministro.

Ele afirmou tratar-se de uma “política do utilitarismo” e disse que “ninguém recorrerá sucessivamente a um tribunal cuja legitimidade não reconhecesse”.

De acordo com nota técnica da Secretaria do Tesouro Nacional, emitida em março deste ano, a concessão de liminares pelo STF suspendeu o pagamento de dívidas de Minas Gerais com a União em 21 meses.

A declaração de Zema ocorreu em evento organizado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) na segunda-feira. O ex-governador afirmou que o Brasil vive

“crise moral” e que ministros do STF protagonizam “farra dos intocáveis”.

No início de março, em sessão, o decano do STF já havia criticado governadores que recorrem à Corte para obter decisões liminares em disputas fiscais, mas depois dirigem “ataques” ao STF.

Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes apareceram no relatório da CPI do Crime Organizado, apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE). O parecer pedia o impeachment dos três e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, por supostas ações ou omissões no caso do Banco Master. O relatório foi rejeitado pela comissão na terça-feira.

Gilmar Mendes criticou a condução da CPI do Crime Organizado e a ausência de quebra de sigilos de milicianos ou integrantes de facções. Já Toffoli disse que o parecer

tinha interesses eleitorais.

Novos ataques

Em vídeo postado nas redes sociais, Zema reagiu. Disse que “o intocável ataca novamente”. Ele colocou em xeque a lógica das decisões judiciais e insinuou que o STF age “em favor de alguém para tirar vantagem”.

Na legenda da publicação, Zema elevou o nível das acusações. Chamando Gilmar de “intocável”, afirmou que recorreu ao STF durante seu mandato para “defender os mineiros” e lidar com a dívida pública herdada de gestões anteriores. Em seguida, insinuou irregularidades envolvendo familiares de integrantes da Corte, sem apresentar provas. “Tem gente que vai aí arranjar contrato de R\$ 129 milhões pra esposa. E aí, esse é o Supremo que você tanto defende?”, escreveu.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Izalci Lucas defendeu o relatório final da CPI do Crime Organizado

Izalci: Senado fica omissos

» LETÍCIA CORRÊA*

Líder da oposição no Congresso, o senador Izalci Lucas (PL-DF) defendeu o relatório da CPI do Crime Organizado que pede o indiciamento dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por ações ou omissões no caso do Banco Master. Ele alegou que o documento possui provas consistentes.

Izalci mencionou ainda suspeitas envolvendo patrocínios em eventos internacionais do Master, e apontou omissão do Senado frente às invasões de competência pelo Judiciário.

“Quem pode resolver tudo isso é o Senado, e ele não fez o dever de casa até hoje, porque o Supremo sempre invadiu as competências do Senado, já há muito tempo que está fazendo isso. O Executivo também, mas, principalmente, o Judiciário. E o Senado fica omissos”, ressaltou, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza

e Ana Raquel Lelles, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília.

O parlamentar também afirmou não ter “nenhuma dúvida” da vitória do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ele, no entanto, disse que a definição de um vice deve ocorrer apenas no período das convenções, devido às articulações partidárias.

“O Flávio ainda não decidiu o vice. Está indo muito bem, já consolidou a campanha dele. Não tenho nenhuma dúvida de que ele vai ganhar a eleição, mas a questão de vice, a gente só define isso na época das convenções, porque a questão envolve coligações, partidos”, frisou.

Entre os nomes cotados, Izalci destacou o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo), pela importância estratégica do estado, e a senadora Tereza Cristina (PP-MS), a quem se referiu como uma opção “muito qualificada”.

Quanto à indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias,

para o STF, Izalci contou que a oposição fechou questão contra o candidato. Um documento oficial foi assinado por lideranças como Rogério Marinho (PL - RN) e o próprio Izalci formalizando o voto contrário.

“É evidente que nós, da oposição, não somos o suficiente para

derrotar, mas se tiver outros parlamentares, e existe essa possibilidade, porque tem Republicanos, tem PP, tem PDT, que podem também votar contra. Então, não está fácil a situação do Messias”, avaliou.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Lula, Flávio, as classes médias e a maldição de Marilena Chauí

Desde o golpe de 1964, a esquerda brasileira tem dificuldade de compreender o comportamento das classes médias na política. À época, a deriva à direita desses segmentos da população deu base social ao golpe militar, inviabilizando qualquer resistência do governo João Goulart. Também foi o apoio das classes médias, devido ao chamado “milagre econômico”, que garantiu o grande respaldo obtido pelo governo do general Emílio Médici na sociedade.

A volta do pêndulo se deu apenas em 1974, em consequência do primeiro choque do petróleo, do fracasso econômico do general Ernesto Geisel e da alta da inflação, que atingiu indistintamente a grande massa de assalariados, inclusive os de classe média. O resultado foi uma surra do MDB no partido do governo, a Arena, em novembro daquele ano. Historicamente, a noção de “classes médias”, no plural, é central para compreender a política brasileira.

A pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, mostra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com 42% e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com 40%, empatados tecnicamente em um eventual segundo turno das eleições 2026. É a primeira vez na Quaest que o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro ultrapassa Lula numericamente, embora em empate técnico. Na pesquisa anterior, o percentual era de 41% cada. A vantagem do presidente era de 10 pontos em dezembro, passou para sete em janeiro e para cinco em fevereiro. Agora, em abril, Flávio tem vantagem de dois pontos diante do petista.

O centro da disputa entre ambos é esse estrato heterogêneo, que vai da chamada classe C, com renda familiar entre cerca de R\$ 3 mil e R\$ 10 mil, até a classe B, com rendimentos superiores e maior capital educacional, aproximando-se da elite (classe A). Essa diversidade interna é decisiva para entender o deslocamento desses segmentos para posições mais críticas ao governo e mais abertas à oposição.

Do ponto de vista sociológico, há duas interpretações que ajudam na análise desse movimento. Para o sociólogo Jessé Souza, a classe média brasileira é marcada por um ethos de distinção e por uma visão moralizada da política, frequentemente pautada pelo combate à corrupção e pela rejeição simbólica às camadas populares. Já Marcelo Neri, a partir de uma abordagem empírica baseada em renda e consumo, enfatiza a ascensão da “nova classe média” durante os anos 2000, destacando sua sensibilidade a ciclos econômicos: quando a renda cresce, ela tende a apoiar governos; quando o poder de compra se deteriora, seu comportamento se torna mais volátil e crítico.

Dilema do meio

A pesquisa Quaest mostra o desgaste do governo Lula nos estratos de renda intermediária e mais alta. Entre os que ganham mais de cinco salários mínimos, faixa que concentra a classe média tradicional, a desaprovação chega a 62%, contra apenas 35% de aprovação. Já entre aqueles com renda entre dois e cinco salários mínimos, a chamada “nova classe média”, a desaprovação também é majoritária, em torno de 57%, com aprovação de 38%.

A linha de sustentação do governo está ficando cada vez mais restrita à base de renda mais baixa, com aprovação de 57% entre os que ganham até dois salários mínimos. O lulismo continua ancorado nos segmentos populares, principalmente os beneficiados pelas políticas de transferência de renda. Porém, enfrenta dificuldades crescentes no “meio” da pirâmide social. Isso se confirma quando observamos a escolaridade: entre eleitores com ensino superior, a desaprovação alcança 62%, contra apenas 34% de aprovação. Ou seja, a principal perda de sustentação ocorre entre os mais escolarizados, característica das classes médias urbanas.

A pesquisa indica percepção negativa sobre o custo de vida e o poder de compra, especialmente entre os segmentos de renda intermediária. Esse grupo é o mais exposto ao endividamento, à inflação de serviços e ao encarecimento de itens essenciais, sem contar com a rede de proteção social que beneficia os mais pobres. Trata-se do “dilema do meio”, ou seja, da insatisfação dos indivíduos que não são pobres, mas, tampouco, conseguem sustentar o padrão de vida da classe média tradicional.

Avançam os candidatos de oposição, como Flávio Bolsonaro, que capitalizam o descontentamento econômico, as pautas da segurança e as ineficiências do Estado, além da corrupção. A desaprovação ao governo é particularmente elevada entre eleitores independentes — chegando a 57% contra 32% de aprovação —, um grupo onde a classe média tem peso significativo e que costuma decidir eleições.

O enfraquecimento de Lula nas classes médias combina percepção econômica negativa, frustração de expectativas e mudança de humor político. É aí que chegamos à maldição da filósofa Marilena Chauí, professora da USP, que descreve a classe média brasileira como portadora de uma “consciência autoritária”, marcada pela aversão ao conflito social e pela tendência a responsabilizar o Estado e os pobres por suas frustrações. A tese é controversa, porém, faz sentido quando seus segmentos migram rapidamente para opções políticas mais conservadoras.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Conselhos para Sidônio

Aliados de Lula foram ao ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência, Sidônio Palmeira, dizer que o discurso do governo sobre o fim da escala 6 x 1 não pegou e que o povo nem sabe do que se trata de conceder uma folga a mais aos trabalhadores que só têm o domingo, ou outro dia na semana. A ideia desses amigos do presidente é que o governo fale mais que o objetivo da proposta é que as pessoas tenham dois dias de folga para cuidar da vida e... orar. De quebra, ajuda até a chamar a atenção do eleitorado evangélico.

Por falar em 6 x 1...

Enquanto o Centrão defende que não é hora para se discutir sobre o fim da escala 6 x 1, o governo tenta convencer os parlamentares a optarem pelo projeto de lei: é que, em caso de criarem muitos problemas com a nova escala de trabalho, o PL é de mais fácil tramitação do que uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A base governista vai usar esse argumento para defender a discussão do texto com urgência constitucional, enviado pelo Planalto esta semana.

A cobrança da Reforma Administrativa

O 6º Brasília Summit Lide-Correio Braziliense, com o tema eficiência na gestão pública, trouxe à baila a Reforma Administrativa e a necessidade de destinação das emendas parlamentares a obras estruturantes. "São R\$ 50 bilhões em emendas e cadê as obras estruturantes?", perguntou o ex-governador do Mato Grosso Mauro Mendes.

Por falar em emendas...

O ministro Antonio Anastasia, do Tribunal de Contas da União (TCU) — que já foi senador —, defendeu as emendas como instrumento de gestão. "É um recurso para localidades que, muitas vezes, não recebem recursos", afirmou. Ele acredita que não se deve criminalizar as indicações, mas que o TCU deve fiscalizar e punir os desvios. "O grande empenho neste momento é que seja identificado um plano de trabalho adequado para que essas emendas tenham, de fato, sua origem, seu destino, e qual será seu percurso. E será objeto de avaliação permanente pelo TCU, que tem capacidade, legitimidade e estrutura administrativa para fazer isso em relação aos recursos federais", disse, logo após o 6º Brasília Summit Lide-Correio Braziliense.

Os respingos em Messias

A crise aberta entre Legislativo e Judiciário, depois da apresentação do relatório da CPI do Crime Organizado, terá reflexos nos votos de Jorge Messias para ministro do Supremo Tribunal Federal. É que começa a se cristalizar na Casa a ideia de que, diante da tensão entre Senado e STF, com pedidos de indiciamento de ministros — algo já rejeitado no Senado —, e a reação da Corte — com pedido de investigação do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) —, o melhor no momento é pisar no freio quanto à escolha de um ministro para o Supremo. Ainda mais em se tratando de um indicado tão afeito a um lado da política. Nesse sentido, o trabalho do governo daqui até 28 de abril, data da sabatina de Messias no Senado, será separar essas estações e acalmar os ânimos entre os dois Poderes. Serão 11 dias para cuidar da relação entre a "Casa dos Onze" e o Senado, a fim de garantir maioria dos 81 senadores favoráveis a Messias, o que ainda está incerto.

» » »

Quem chega para ajudar/ Pré-candidato ao governo de Minas Gerais, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) entrou em campo para tentar ajudar Messias. Quem ainda não entrou de corpo e alma nesse barco foi o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Ele se reaproximou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas ainda tem dificuldades em abraçar a campanha do advogado-geral da União para o STF.



CURTIDAS

Cálculos na ponta do lápis I/ Davi Alcolumbre foi incisivo ao afirmar que não pautará mais nenhum projeto de lei que cria piso ou impacto financeiro nas contas do governo federal, estaduais ou municipais. A fala vem em meio à votação, na Câmara dos Deputados, de uma PEC que destina 1% da receita corrente líquida dos entes federados à Assistência Social.

Cálculos na ponta do lápis II/ "A minha decisão é não botar na pauta nenhum (piso), mas ouvir vossas excelências para a gente buscar entendimento com o governo federal, estados brasileiros, municípios e decidir em conjunto quais as matérias vamos deliberar no plenário do Senado que impactam, direta ou indiretamente, as finanças públicas no Brasil, para que a gente possa manter o equilíbrio das contas", justificou Alcolumbre.

Contagem de votos/ Após a aprovação da indicação do deputado mineiro Odair Cunha (PT-MG) ao TCU, seus aliados estão contando os votos. Alguns relatarem à coluna que antes de chegarem ao Plenário eram esperados cerca de 280 votos, mas, com a porcentagem dos "traidores", acreditavam que ficaria entre 250 votos. Já perto da votação, o partido contou 308 votos, cinco a mais do que o resultado final, e são justamente esses "traidores" que os aliados de Cunha procuram para cobrar o combinado.

Mineiros no TCU/ Depois dos pernambucanos, chegou a vez dos mineiros. O ministro Antonio Anastasia deu boas-vindas ao futuro novo ministro Odair Cunha. Inclusive, lembrou que os dois são da mesma região de Minas Gerais, algo que não ocorria há algum tempo na corte. O TCU, há alguns anos, chegou a ter três ministros de Pernambuco: o atual ministro da Defesa, José Múcio Monteiro; o ex-ministro da Educação e de Minas e Energia, José Jorge; e a ex-deputada Ana Arraes, mãe do ex-governador de Pernambuco e ex-ministro Eduardo Campos, e avô do presidente do PSB e ex-prefeito do Recife, João Campos.

PODER

Ramagem deixa prisão do ICE

Ex-deputado foi detido pela imigração dos EUA, segunda-feira, por documentação irregular. Ele fugiu do Brasil para não ser preso

» FABIO GRECCHI
» VINICIUS DORIA

Pouco mais de 48 horas depois de ser preso, o ex-deputado federal Alexandre Ramagem foi liberado, ontem, da prisão realizada pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês). O ex-parlamentar fugiu do Brasil, no ano passado, para não cumprir a pena determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por conta da participação que ele teve na organização que tentou dar um golpe de Estado no país. O ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi condenado a 16 anos e um mês de prisão.

Ramagem foi preso segunda-feira, em Orlando, na Flórida, por questões migratórias, segundo a Polícia Federal (PF). Ele estaria usando um passaporte diplomático sem validade, uma vez que, com a cassação do mandato pela Câmara dos Deputados, perdeu o direito ao documento — que utilizara ao fugir do país pela Guiana.

Ainda na segunda-feira, o ex-deputado foi levado a um centro de detenção no Condado de Orange, também na Flórida, onde ficou em uma cela separada. Porém, ontem o nome de Ramagem não mais fazia parte da lista de detidos do centro. Também não constava no sistema do ICE. Ele teria sido solto por volta das 15h50 (em Brasília).

Na prisão realizada pelo ICE, a Polícia Federal (PF) afirmou que a detenção de Ramagem "decorreu de cooperação policial internacional entre a Polícia Federal e autoridades policiais dos EUA". Por causa da fuga do Brasil para não cumprir a pena, o nome do ex-deputado constava da lista da Difusão Vermelha da Interpol, conforme determinação do ministro Alexandre de Moraes — relator na Primeira Turma do

STF dos processos relacionados à trama golpista.

Mas, em janeiro, o Ministério da Justiça informou ao STF que pedira a extradição de Ramagem e encaminhara o documento ao governo norte-americano. Segundo fontes do governo, a Embaixada do Brasil em Washington remeteu a solicitação ao Departamento de Estado norte-americano em 30 de dezembro.

Bolsonaristas asseguram que Ramagem deu entrada, junto ao governo dos EUA, de um pedido de asilo político alegando perseguição política no Brasil. Ele, inclusive, vinha propalando essa versão nas participações que fazia em um podcast apresentado pelo blogueiro Allan dos Santos, outro foragido da Justiça brasileira. O programa frequentemente faz ataques ao STF, a Moraes e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A liberação de Ramagem agitou os bolsonaristas nas redes sociais. O ex-deputado Eduardo Bolsonaro, que se autoexilou nos EUA, comemorou. "Agradeço principalmente ao presidente Trump e ao secretário Marco Rubio pela sensibilidade em tratar do caso deste verdadeiro herói nacional, que mesmo perseguido não se abate. Ramagem merece asilo na terra da liberdade ao lado sua brava esposa", publicou no Instagram.

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), conversou com Ramagem por vídeo-conferência e disse que a liberação foi com ajuda do governo Trump. "Os advogados dele tiveram muito acesso e muita cooperação do [secretário de Estado dos EUA] Marco Rubio e dos contatos com a Casa Branca. Não é comum essa celeridade na solução do caso dele. A Casa Branca, com certeza, ajudou a resolver", afirmou, na pré-estreia do documentário *A Colisão do Destino*, ontem, em Brasília.

Divulgação/Orange County Incarcerations

Encarceramentos no Condado de Orange



DETENÇÃO DE IMIGRAÇÃO

Registro da prisão de Ramagem. Bolsonaristas afirmam que ex-deputado pediu asilo político nos EUA

RAMAGEMRODRIGUES, ALEXANDER

Número da reserva:	26013314
Corrida:	BRANCO
Gênero:	MACHO
Idade:	53
Última localização conhecida:	
Célula:	BRC3D
Data da reserva:	13/04/2026
Número de reservas:	1
Notas:	NENHUM

» Deputado do PT chega ao TCU

O Senado aprovou, ontem, a indicação do deputado federal Odair Cunha (PT-MG) para a vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Foram 50 votos a favor e oito contrários, além de uma abstenção. Ele ocupará a vaga do ministro Aroldo Cedraz, que se aposentou compulsoriamente em 26 de fevereiro. O nome do parlamentar tinha sido aprovado com 303 votos na Câmara, na terça-feira. A escolha de Cunha é fruto de um acordo, fechado no ano passado com os governistas, para a eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) à Presidência da Câmara. Os bolsonaristas tentaram, mas não conseguiram, emplacar o deputado Elmar Nascimento (União-BA), que obteve 96 votos.

Clã não vai à pré-estreia de filme sobre Bolsonaro

Apoiadores de Jair Bolsonaro e alguns políticos do PL se encontraram, na noite de ontem, no cinema do Shopping Iguatemi (Lago Norte), para assistir à pré-estreia do documentário *A Colisão dos Destinos*, do cineasta e produtor Doriel Francisco. O filme narra a trajetória política do ex-presidente e resgata cenas do cotidiano da família Bolsonaro. O diretor garante que assumiu todos os custos da produção, mas não revelou o orçamento da produção.

O saguão do cinema ficou movimentado. Cada convidado ganhou um copo de refrigerante e um saco de pipocas para acompanhar a sessão. Um grande

painel, com a fotografia do ex-presidente — que cumpre prisão domiciliar humanitária, depois de condenado a 27 anos e três meses por chefiar uma quadrilha que tentou dar um golpe de Estado no Brasil —, foi instalado no local para que o público pudesse tirar selfies e gravar vídeos. Nenhum membro da família do ex-presidente compareceu. A concentração bolsonarista chamou a atenção de quem estava no shopping, e houve um momento de troca de provocações. Do corredor, um jovem gritou "fascistas" e ouviu, como resposta, um coro de "Lula ladrão!"

"Estamos aqui para mostrar que

Bolsonaro não está esquecido. Cada um é uma voz de Bolsonaro aqui fora", disse a deputada Bia Kicis (PL-DF), uma das poucas parlamentares que atendeu ao convite para prestigiar a pré-estreia. Para ela, o documentário conta uma "história para o mundo".

"As pessoas precisam saber o que está acontecendo no Brasil. Bolsonaro é um líder da direita. Essa história tem que ser contada e compartilhada", avaliou.

Segundo o diretor, o filme começou a ser planejado em 2020, com o incentivo dos filhos, e está pronto desde 2024. Mas depois da prisão do ex-presidente é que conseguiu fechar contratos com

exibidores nacionais. Doriel informou que, na estreia no circuito comercial, prevista para 14 de maio, há acordo de exibição com cerca de 360 salas de cinema.

"O orçamento desse filme é zero. Não tivemos apoio algum, o investimento é todo meu. Mais de 90% da equipe são voluntários. A gente está com a expectativa de uma adesão grande do público", crê Doriel.

Outro filme que conta a história do ex-presidente é *Dark Horse*, dirigido por Cyrus Nowrasteh e escrito pelo deputado federal Mário Frias (PL-SP). Estrelado por Jim Caviezel, tem previsão de estreia em setembro. (VD)



VIOLÊNCIA

Lavagem de R\$ 1,6 bilhão

Operação da PF prende os MCs Ryan SP e Poze do Rodo, além de dois influenciadores — um deles responsável pela página on-line “Choquei” — e operadores financeiros. O grupo promoveria rifas e apostas ilegais e, assim, movimentaria o dinheiro de facções

» RAFAELA BOMFIM*

Fotos: Reproduções/Instagrams pessoais

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a Operação Narcofluxo, que investiga uma organização criminosa de lavagem de dinheiro e transações ilegais, que teria movimentado cerca de R\$ 1,6 bilhão. Foram presos os cantores MC Ryan SP e MC Poze do Rodo, além dos influenciadores Raphael Sousa Oliveira, criador da página on-line Choquei, e Chrys Dias, produtor de MC Ryan SP. Tiago de Oliveira e José Ricardo dos Santos Junior também foram detidos, acusados de serem os operadores financeiros do esquema. Os valores apreendidos chegam a R\$ 20 milhões só em veículos de alto luxo.

MC Ryan SP — nome artístico de Ryan Santana dos Santos, de 25 anos — foi detido em uma festa na Riviera de São Lourenço, em Bertoga (SP). Ele é um dos principais cantores do funk nacional, com mais de 15 milhões de seguidores nas redes sociais. Com ele, foram apreendidos veículos, valores em espécie, documentos e equipamentos eletrônicos, além de armas e um colar com uma imagem do narcotraficante colombiano Pablo Escobar dentro de um mapa do estado de São Paulo.

Para a PF, o cantor é o chefe da estrutura criminosa, que lavaria



Ryan é acusado de ser o chefe da organização criminosa

dinheiro para o crime organizado. Segundo a investigação, MC Ryan SP “foi identificado como líder e beneficiário econômico da engrenagem, utilizando empresas ligadas à produção musical e ao entretenimento para mesclar receitas legítimas com recursos provenientes de apostas ilegais e rifas digitais”.

Já MC Poze do Rodo — como é conhecido artisticamente Marlon Brandon Coelho Couto Silva, de 27 anos — foi preso em casa, em um



Poze é acusado de apologia ao tráfico e teria ligação com o CV

condomínio no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Sudoeste do Rio de Janeiro. Ele foi preso, em 2019, em um show em Sorriso (MT) por apologia ao crime. É acusado de envolvimento com o tráfico de drogas e de ligação com a facção criminosa Comando Vermelho (CV).

Por sua vez, Raphael é suspeito de usar o perfil em rede social para “gestão de imagem e promoção digital” do grupo, que teria movimentado R\$ 1,6 bilhão com rifas e



Raphael ajudaria a fazer a divulgação do grupo pela web

bets ilegais patrocinadas pelo crime organizado, incluindo o Primeiro Comando da Capital (PCC). A PF acredita ter reunido indícios suficientes para apontar o dono da “Choquei” como “operador de mídia da organização”, com “recebimento de valores elevados diretamente” de MC Ryan SP. O perfil no Instagram da “Choquei” tem 27 milhões de seguidores.

Chrys Dias é influenciador e empresário de MC Ryan SP.



Chrys é empresário de Ryan e participaria do negócio

Também estaria envolvido na promoção de rifas e sorteios on-line de bens de alto valor, como veículos e imóveis.

A apuração aponta que a organização criminosa movimentava grandes quantias em espécie, transferências bancárias e operações com criptoativos, especialmente a moeda digital USDT (Tether), no Brasil e no exterior. Segundo a PF, o esquema utilizava a indústria audiovisual e o

showbusiness digital para movimentar recursos ilícitos. A investigação aponta que empresas de produção musical e entretenimento misturam receitas formais com valores de origem ilegal.

Segundo a PF, foram identificadas transferências sucessivas entre contas para dificultar o rastreamento e a utilização de uma rede de “laranjas”, composta por operadores logísticos e parentes, para esconder os verdadeiros beneficiários. De acordo com os investigadores, o alto volume de engajamento e a visibilidade pública dos envolvidos funcionavam como “escudo de conformidade”, o que reduz as suspeitas sobre movimentações financeiras elevadas.

A operação é desdobramento de investigações anteriores que indicavam a atuação do grupo em esquemas de lavagem de capitais. Foram cumpridos 39 mandados de prisão temporária e 45 de busca e apreensão, expedidos pela 5ª Vara Federal em Santos. As ordens judiciais foram executadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo, Maranhão, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Distrito Federal.

As defesas dos investigados afirmam não terem obtido acesso integral aos autos.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi



Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?



Inscrições gratuitas!

Acompanhe o evento presencialmente no Correio Braziliense



auditório do Correio Braziliense

Buscando promover uma discussão qualificada sobre os rumos da propriedade intelectual no Brasil, o Correio Braziliense e a Interfarma promoverão o evento **"Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a saúde?"**, no formato de Summit.

Além de contribuir para a desmistificação do assunto, o encontro também propõe um olhar atento aos principais gargalos que dificultam a chegada da inovação no país – um desafio central para o desenvolvimento sustentável e o acesso a novas tecnologias.

Realização:



Promoção:





6 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 16 de abril de 2026

Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na quarta-feira		IBovespa nos últimos dias				Na quarta-feira		Últimos		Comercial, venda na quarta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,46%	0,15%	195.129	197.737	10/4	13/4	R\$ 4,992	9/abril 5,063	R\$ 1.621	R\$ 5,890	14,65%	14,51%	0,18	0,33	0,33	0,70	0,88	
São Paulo	Nova York					(-0,03%)	10/abril 5,011						Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026

ORÇAMENTO

Salário mínimo será de R\$ 1.717 em 2027

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, encaminhado ao Congresso, também prevê superávit de 0,5% do PIB

» ROSANA HESSEL

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ontem, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, com as linhas mestras do último Orçamento do terceiro mandato, que será executado pelo vencedor das eleições de outubro deste ano. No documento, o governo federal propõe correção de 5,9% no salário mínimo do próximo ano, para R\$ 1.717 — aumento de R\$ 96 sobre o piso atual, de R\$ 1.621.

No texto, as projeções macroeconômicas estão desatualizadas, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa, de acordo com os próprios integrantes da equipe econômica que apresentaram a proposta.

O novo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o futuro secretário-executivo da pasta, Guilherme Mello — atual secretário de Política Monetária do Ministério da Fazenda, contaram que as projeções utilizadas são do início de março, e, portanto, não captam os impactos do conflito no Oriente Médio. O preço do barril do petróleo tipo Brent utilizado nas contas foi de US\$ 73,09, abaixo dos valores atuais, o que pode significar uma surpresa na receita com royalties no ano que vem, segundo Moretti.

Nas projeções do governo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do próximo ano deverá ser de 2,56%, enquanto as estimativas do mercado estão abaixo de 2%. De acordo com Mello, os dados serão atualizados na Proposta Orçamentária Anual (Ploa) do ano que vem, a ser enviada ao Congresso no fim de agosto, o que pode gerar uma boa “surpresa” na arrecadação.

Contudo, como os indicadores de inflação deste ano estão 3,76%, abaixo das projeções atuais — próximas de 5% —, as despesas

também estão subestimadas, assim como o salário mínimo, que poderá ser maior e ter um impacto indesejado nos gastos previdenciários.

Apesar de manter a meta fiscal de 2027 em 0,5% do PIB, de R\$ 73,2 bilhões, projeções do governo no PLDO indicam que ela será perseguida pelo piso de R\$ 36,6 bilhões. Na estimativa do resultado primário do próximo ano, o saldo positivo é de 0,1% do PIB, ou R\$ 8 bilhões. Logo, serão necessárias compensações equivalentes a 0,4% do PIB para o cumprimento da meta fiscal e atingir o resultado primário de R\$ 73,6 bilhões.

O ministro lembrou, ainda, que, a partir do próximo ano, haverá o acionamento de dois gatilhos previstos no arcabouço fiscal. De acordo com o dispositivo, como houve déficit primário do governo central em 2025, o aumento real no ano das despesas de pessoal ficará restrito a 0,6%. Também estará vedada a concessão, ampliação ou prorrogação de benefício tributário no próximo ano. “Fizemos um PLDO renovando o processo de consolidação fiscal e políticas sociais e, ainda assim, fizemos com parâmetros suficientemente conservadores para uma boa expectativa para as metas colocadas pelos instrumentos atuais e pelo arcabouço”, garantiu Moretti.

Na avaliação do especialista em contas públicas e economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, os dados apresentados mostram que o governo continua buscando cumprir a meta fiscal pelo piso. “O cumprimento da meta fiscal só será viabilizado com a exclusão de 0,45% do PIB em despesas primárias, ou R\$ 65,7 bilhões”, afirmou. Para ele, o ponto positivo foi a incorporação de 10% das despesas com precatórios à meta fiscal nos próximos 10 anos.

“A única boa novidade do PLDO foi o desconto de precatórios, que ficou mais baixo do que o autorizado pela Emenda Constitucional

Washington Costa/MF



O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, e o secretário executivo da Fazenda, Rogério Ceron, detalham LDO de 2027



Os ajustes fiscais estão sendo feitos e os números mostram que a economia está melhor do que no governo anterior”

Rogério Ceron, ministro interino da Fazenda

136”, disse Salto, em referência à emenda de 2021, que deu calote nas dívidas judiciais e que voltaram a serem pagos no atual governo. “Mas, mesmo assim, com esses descontos e usando o limite inferior da meta, será possível (o cumprimento da meta fiscal). Lembrando que estão aplicando também a regra de teto de 0,6% real para gastos com pessoal”, acrescentou. “E isso é o quadro do PLDO, não necessariamente condizente com os nossos cenários atuais, que indicam um déficit um pouco pior no cenário base, ao menos neste momento. No fundo, teremos de esperar o pós-eleições para saber

qual será o plano fiscal para 2027”, complementou.

Dívida crescente

Ao sinalizar o cumprimento da meta fiscal via descontos de gastos, o governo não consegue impedir o aumento da dívida pública bruta, que segue crescendo de forma acelerada, como alertou o Fundo Monetário Internacional (FMI), ontem, ao passar a prever em 100% do Produto Interno Bruto (PIB) a dívida pública bruta do Brasil em 2027. Mas, pelas projeções do governo, apresentadas pelo novo secretário-executivo do ministério

da Fazenda e ministro interino da pasta, Rogério Ceron, a dívida pública bruta tem uma performance menor do que o previsto pelo Fundo, de 86% do PIB, para este ano, e deverá se estabilizar em 2029, no patamar de 87,8% do PIB, quando a meta fiscal passará para um superávit primário de 1,50% do PIB.

“Os ajustes fiscais estão sendo feitos e os números mostram que a economia está melhor do que no governo anterior, tanto que há um fluxo de investimento estrangeiro no país, semelhante ao de quando o Brasil tinha grau de investimento”, afirmou Ceron, ex-secretário do Tesouro Nacional.

MINERAÇÃO

Adiada a votação do PL que trata do ouro

» CAETANO YAMAMOTO*
» IAGO MAC CORD

Ficou para o dia 22 de abril a votação do Projeto de Lei (PL) 3025/2023, que trata da regulamentação do mercado de ouro no Brasil. A votação do parecer do relator da matéria, deputado Marx Beltrão (PP - AL) estava pautada para ontem, mas, por acordo de líderes, foi transferida para a próxima semana.

“Foi feito um apelo para que sobrestásemos a pauta e que ela pudesse retornar após o feriado de Tiradentes”, informou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), ao comunicar o acordo.

Segundo o relator, o pedido partiu do presidente da Comissão de Mineração, deputado Joaquim Passarinho (L-PA), que argumentou haver pontos divergentes com

temas que estão sendo abordados no Governo, autor do PL. Ainda hoje, Beltrão e Passarinho serão recebidos pelo ministro da Justiça Wellington Lima e Silva, para ajustarem o mérito da matéria. “Em havendo entendimento com o MJ de se fazer qualquer tipo de mudança em comum acordo com a Casa Civil, o relator irá atender”, disse Beltrão.

O substitutivo vem sofrendo críticas de entidades representativas do setor mineral. Ainda ontem, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn) alertaram que alterações promovidas na proposta, promovem retrocessos que podem agravar o garimpo ilegal no país. De acordo com o diretor-presidente do Ibram, Pablo Cesário, o substitutivo que está em tramitação no Congresso abre espaço para a lavagem de ouro ilegal no Brasil, por causa da retomada

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Beltrão informou que houve apelo para que votação fosse adiada

da autodeclaração.

Cesário enfatizou que a inclusão da autodeclaração impede a rastreabilidade, contrariando, inclusive, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2025, exigiu mais rigidez nas regras para o mercado do ouro. “Isso nos preocupa muito, porque pode significar a retomada da lavagem de

infelizmente, uma ampliação da exploração de ouro ilegal, inclusive em áreas indígenas”, explicou.

Segundo o Instituto, o texto original, enviado pelo Poder Executivo em junho de 2023, criava mecanismos de rastreabilidade do ouro alinhados às melhores práticas internacionais. Na avaliação do Ibram, o substitutivo retira da Agência Nacional de Mineração (ANM) a autoridade para implementar o rastreamento efetivo e transfere essa função à Casa da Moeda, sem estrutura regulatória nem capilaridade para executá-la. A própria Agência se posicionou contrária à iniciativa.

“Do modo que o relatório está, a nossa posição é contrária, e pedimos para que ele não seja aprovado”, salientou.

O presidente da FPMIn, deputado Zé Silva (União-MG) frisou que a rastreabilidade é um instrumento essencial no combate à ilegalidade, por isso, alertou para a necessidade de ajustes no modelo proposto. “A rastreabilidade é uma agenda estratégica para o país e um instrumento fundamental no enfrentamento da mineração ilegal. O

texto precisa de aperfeiçoamentos urgentes para que funcione na prática e não produza efeitos contrários ao desejado”, disse.

Terrabras

O presidente do Ibram também manifestou preocupação com o Projeto de Lei 1733/2026, apresentado pelo deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) em 9 de abril de 2026, e com o PL 1754/2026, apresentado no dia 10 de abril pelo deputado Pedro Uczai (PT-SC), líder da bancada do PT. Ambos propõem a criação de uma empresa pública chamada Terrabras para atuar na cadeia produtiva de terras raras e minerais críticos.

“É preocupante, porque essa ideia não é boa nem nova, já existiu uma empresa estatal na década de 60, que quando foi estatuada, foi sucateada e extinta, ao mesmo tempo vimos um longo subinvestimento nas empresas estatais que já existem na mineração”, disse Cesário.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

6º BRASÍLIA SUMMIT

EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO

Gestão, um desafio nacional

Autoridades e especialistas ressaltam a importância de governança e transparência em evento do grupo Lide e do **Correio**

» VÍCTOR CORREIA
» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

Governança e o controle das contas públicas andam de mãos dadas. Sem elas, não há como o Brasil criar um sistema robusto e implementar mudanças estruturais que contribuam para o seu desenvolvimento, aumento da qualidade de vida e projeção no cenário internacional. Essa é a avaliação das autoridades e especialistas que participaram ontem do primeiro painel do 6º Brasília Summit, evento realizado pelo Lide e pelo **Correio Braziliense**, no Brasília Palace Hotel.

Com passagens pelo setor público e privado, os palestrantes comentaram ainda sobre como as novas tecnologias — especialmente a inteligência artificial (IA) — podem contribuir para aumentar a eficiência dos serviços para a população, bem como os desafios que se desenharam com a continuidade da guerra no Irã, com impacto já presente na sociedade brasileira.

Na abertura do evento, a governadora do Distrito Federal, Celina Leão, comentou a imperiosa necessidade de adotar uma gestão eficiente e eficaz na condução da máquina pública. “O tema de gestão e eficácia talvez devesse ser o critério mínimo para qualquer pessoa disputar um cargo no Executivo. Hoje, nosso país sofre de gestão, em todas as áreas. Quando você participa disso, percebe que o setor público está muito atrasado em relação ao privado, porque não tem planejamento estratégico, não tem eixos prioritários e deixa simplesmente ser engolido pela emergência e pelo dia a dia”, descreveu.

Na avaliação de Celina Leão, é possível reverter essa lógica. “O Estado pode e consegue fazer isso, desde que tenha seriedade e transparência. E consiga ter os eixos estratégicos do que vai desenvolver”. Ela mencionou o trabalho de unificação dos sistemas do GDF, para melhorar a gestão pública. Havia várias secretarias com diferentes sistemas, que não se comunicavam entre si, nem com o cidadão, nem com a gestão. “Para o gestor público, uma tomada de decisão sem dados, é uma grande probabilidade de erro, de ir na contramão da necessidade da população”.

Em sua participação, o presidente do Banco de Brasília, Nelson de Souza, assegurou que a instituição sairá fortalecida da crise. “O BRB não vai quebrar”, garantiu o executivo. E disse que o trabalho de recuperação do banco passa por melhorias na revisão de processos e melhoria da governança. “Eficiência na gestão pública significa isso. Fazer com que cada recurso gere impacto, cada ação tenha propósito e cada instituição cumpra, com excelência, o seu papel na sociedade”, disse.

Presidente do Lide Brasília, Paulo Octávio, disse que o setor produtivo está solidário com o BRB. E ressaltou a importância de se debater a qualidade da gestão no Brasil, particularmente no setor público. “Sessenta por cento dos empreendimentos públicos no Brasil tem algum

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



João Doria e Celina Leão na abertura do 6º Brasília Summit: diálogo entre os setores público e privado para melhorar a administração



Nelson de Souza: eficiência é gerir recursos com impacto positivo

questionamento”, lembrou o CEO do grupo Paulo Octavio. Ao citar dados do Banco Mundial, alertou que “40% de todos os investimentos públicos no país têm desperdício”.

Governança

O primeiro painel do 6º Brasília Summit avaliou o equilíbrio fiscal como condição essencial para trazer resultados à sociedade. O ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes abriu a sua participação com um diagnóstico direto: “Não vejo esperança sem governança na nação brasileira. Não é possível montar estratégias sem ela”. Para o magistrado, a ausência de mecanismos estruturados de avaliação e monitoramento compromete a eficiência e limita o desenvolvimento do país.

Segundo Nardes, iniciativas isoladas não se sustentam sem um sistema robusto que envolva gestão de pessoas, tecnologia da informação, compras públicas e avaliação de riscos. “A eficiência é uma vitória curta”, afirmou. O ministro lembrou que, em um levantamento

realizado pela Corte de Contas em 2015, apenas três ministérios contavam com instrumentos básicos de avaliação de risco. Desde então, houve avanços importantes, com a criação de indicadores de governança que hoje alcançam centenas de instituições públicas no país. Ainda assim, o ministro destacou que falta integração entre áreas e órgãos, o que chamou de ausência de transversalidade.

Nardes ressaltou a importância da transparência como pilar da governança. Nardes indicou que a resistência a mecanismos de controle ainda é um entrave para o avanço de políticas estruturantes. “Sem indicadores precisos e transparência, não se tomam decisões adequadas”, comentou.

O co-chairman do Lide e ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles destacou a importância do equilíbrio fiscal para o bem-estar da população, especialmente pelo acesso ao mercado de trabalho. “O maior programa social que existe é o emprego”, declarou. “A melhor forma de se criar emprego é o equilíbrio fiscal. Nós temos



Paulo Octávio: desperdício é uma chaga nos investimentos públicos

diversos exemplos disso no Brasil”, acrescentou. Meirelles mencionou os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando esteve à frente do Banco Central, como exemplos de diálogo entre a política monetária e a austeridade fiscal.

Impacto da guerra

O chairman do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne), e ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates trouxe à discussão o impacto da guerra no Irã para o Brasil, incluindo para as contas públicas. Em sua avaliação, é preciso pesar os impactos positivos e negativos que a alta do petróleo tem sobre o país. “O Brasil, sim, beneficia-se hoje com o conflito”, pontou, referindo-se ao aumento da arrecadação sobre o setor de combustíveis, incluindo a exportação de petróleo e derivados. “Isso tem permitido que o governo subvencie uma certa barreira, que permite à gente ter um certo limite de estabilidade do preço interno. Mas temos, sim, efeitos negativos,

porque, de alguma forma, há impacto no preço dos combustíveis, alguns oportunistas, alguns reais”, acrescentou Prates.

O secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, fez uma avaliação do cenário atual das contas públicas. Argumentou que há uma compressão constante dos gastos discricionários, o que dificulta ainda mais o planejamento e execução de políticas públicas. “É uma verdade nacional. Acontece na União, nos estados e nos municípios”, frisou. Para o secretário, o desafio é criar espaço fiscal para investimentos, especialmente em infraestrutura, sem ampliar a carga tributária, considerada elevada para um país de renda média.

Apesar do diagnóstico de restrição, Kinoshita adotou um tom otimista. Destacou o “altíssimo potencial” do país e afirmou que, com ajustes pontuais e destravamento de agendas econômicas, é possível acelerar o crescimento e aproximar o Brasil das economias mais avançadas. Citou como exemplos ações adotadas em São Paulo, como a redução do contencioso tributário

por meio de mecanismos de incentivo à resolução de conflitos e a ampliação da transparência sobre benefícios fiscais.

Também destacou avanços na avaliação de políticas públicas, com apoio de instituições externas e capacitação técnica das equipes. Outro eixo mencionado foi o controle de despesas de custeio, com revisão contínua de gastos que tendem a crescer de forma automática ao longo do tempo. A estratégia, segundo ele, busca abrir espaço no orçamento para investimentos estruturantes.

Tecnologia

Para avançar na administração pública, a redução de despesas deve estar aliada à tecnologia. O CEO da X-VIA Group e head do Lide Inteligência Artificial, Hugo Leahy, defendeu que o desafio atual dos governos está em superar sistemas isolados, processos lentos e a baixa capacidade de antecipação das demandas da população.

Leahy destacou que a inteligência artificial, aliada à interoperabilidade de dados e ao governo digital, pode transformar a relação entre Estado e cidadão. De acordo com o executivo, a integração entre áreas como saúde, educação, fazenda e assistência social permite decisões mais rápidas e eficazes, além de ampliar a transparência e o acesso aos serviços públicos. Ele citou exemplos de uso em estados como Mato Grosso e Espírito Santo, onde tecnologias foram implementadas para facilitar o acesso da população a serviços públicos, inclusive por meio de totens de atendimento em locais com baixa conectividade digital.

Outro ponto destacado foi o impacto da tecnologia no trabalho do servidor público. “A inteligência artificial organiza o caos informacional, apoia decisões e melhora o atendimento ao cidadão”, disse Leahy. “A tecnologia é o meio, mas o cidadão precisa ser o fim”, concluiu.

A especialista em compliance, gestão de riscos e controles internos Marisangela Mattia, por sua vez, foi além da tecnologia e destacou a necessidade de decisões inteligentes por parte dos administradores. Comparando as gestões pública e privada, ela citou a importância de planejamento estratégico, definição clara de responsabilidades e coordenação entre diferentes órgãos, especialmente em políticas públicas complexas.

Mais um destaque da apresentação foi a gestão de riscos. “Hoje, muitas lideranças ainda estão focadas em apagar incêndios, olhando para problemas já concretizados, quando deveriam estar se preparando para riscos futuros”, argumentou. Para ela, risco é a possibilidade de eventos que podem impactar objetivos, e sua análise permite reduzir danos ou evitar prejuízos.

Ao concluir, Mattia reforçou que o desafio atual não é apenas executar melhor o orçamento, mas decidir melhor antes de gastar. “O equilíbrio fiscal não depende só de arrecadar mais ou cortar despesas, mas de evitar decisões que geram custos permanentes sem retorno à sociedade”, disse a especialista.

Leia mais sobre Celina Leão e o BRB na página 14



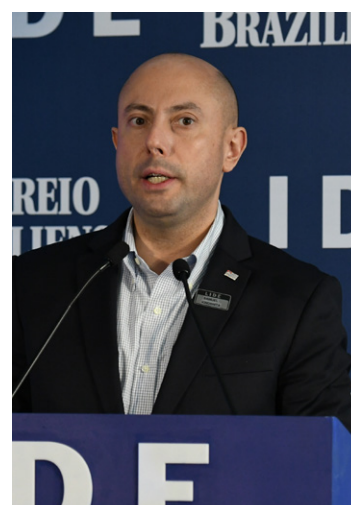
Henrique Meirelles: equilíbrio fiscal permite gerar emprego



Augusto Nardes: não é possível ser estratégico sem governança



Jean Paul Prates: guerra no Irã tem efeitos positivos e negativos



Samuel Kinoshita: é essencial criar espaço para investimentos



Hugo Leahy: IA muda a relação entre o Estado e o cidadão



Marisangela Mattia: líderes focados em apagar incêndios

ADMINISTRAÇÃO

Limitações para aplicar a lei

Embora a eficiência seja um dispositivo constitucional, questões estruturais do país impedem sua aplicação, dizem palestrantes

» FERNANDA STRICKLAND
» PEDRO JOSÉ*

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Mauro Mendes, governador de Mato Grosso: o Brasil tem rumo, mas precisa necessariamente colocar a eficiência no centro das decisões

A melhoria da gestão pública foi apontada como condição essencial para o avanço econômico e social do Brasil durante o segundo painel “Infraestrutura e Inovação: Boas Práticas na Administração Pública”, promovido, ontem, pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em parceria com o **Correio Braziliense**, em Brasília. O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, fez críticas ao modelo de gestão pública brasileiro e apontou a ineficiência como principal entrave ao desenvolvimento.

“O grande problema deste país está na ineficiência do setor público brasileiro”, afirmou. Para Mendes, essa deficiência estrutural se manifesta em áreas como saúde, Justiça e infraestrutura, incluindo o acúmulo de processos judiciais e o elevado número de obras paralisadas.

O governador destacou que, embora o princípio da eficiência tenha sido introduzido na Constituição em 1998, sua aplicação ainda é limitada. Segundo ele, ao contrário de outros princípios administrativos, a ineficiência raramente resulta em responsabilização de gestores.

Mendes citou que no setor privado a eficiência é considerada essencial para a sobrevivência das organizações. Nesse contexto, criticou a escolha de gestores sem critérios técnicos ou experiência comprovada. O governador citou a China como exemplo de país que avançou ao priorizar eficiência e meritocracia na gestão pública. Ele também demonstrou preocupação com o cenário fiscal brasileiro, destacando o impacto da dívida pública sobre a capacidade de investimento do Estado.

Ao final, Mendes reforçou a importância de mudanças estruturais para o futuro do país. “Eu tenho certeza de que o Brasil tem rumo, mas passa necessariamente por colocar a eficiência no centro das decisões”, concluiu. O evento evidenciou consenso entre lideranças sobre a necessidade de aprimorar a gestão pública como condição para destravar investimentos, melhorar serviços e promover o desenvolvimento sustentável no Brasil.

O governador defendeu ainda reformas administrativas que permitam maior flexibilidade e meritocracia no serviço público.



Antonio Anastasia: as demandas do país passam pela boa gestão

Ao final, Mendes citou ações implementadas em Mato Grosso como exemplos de melhoria na gestão, incluindo investimentos em infraestrutura e avanços na área

fiscal. Segundo ele, mesmo com limitações impostas por legislações federais, o estado conseguiu ampliar a eficiência e acelerar obras públicas.



Gustavo Montezano: existem avanços em projetos de infraestrutura

Apesar das críticas, o governador afirmou manter otimismo em relação ao futuro do país, desde que haja uma mudança consistente na forma como a administração

pública é conduzida. “Eu tenho certeza que o Brasil tem rumo, mas passa necessariamente por colocar a eficiência no centro das decisões”, concluiu.

Prioridade absoluta

Já o ministro do Tribunal de Contas da União, Antonio Anastasia, afirmou que o país precisa tratar o tema como prioridade “absoluta”. Segundo ele, não há avanço consistente sem uma administração eficiente. “Tudo depende de gestão: educação, saúde, infraestrutura, meio ambiente e assistência social”, declarou.

O ministro observou que, historicamente, a gestão pública foi tratada como tema secundário dentro da estrutura governamental, chegando a ser negligenciada em diferentes períodos. Apesar de reconhecer uma mudança gradual nesse cenário, ele defendeu um esforço mais amplo para consolidar a administração como eixo estruturante das políticas públicas.

Ao abordar a área de infraestrutura, Anastasia destacou que, ao longo do século XX, o Estado brasileiro teve maior capacidade de investimento e execução de grandes projetos. Esse cenário, segundo ele, foi alterado por fatores como a limitação fiscal e a perda de protagonismo do setor público na inovação administrativa. “O setor público não teve a agilidade necessária para acompanhar essas transformações”, afirmou.

O ministro também criticou o que classificou como excesso de controle na administração pública, associado ao desenho constitucional, que teria gerado insegurança jurídica. “Não há nada mais nocivo para a infraestrutura do que a insegurança jurídica”, disse, ao mencionar os impactos sobre contratos de longo prazo.

Apesar disso, ele apontou avanços recentes, especialmente em mudanças legislativas que contribuíram para melhorar o ambiente de negócios e fortalecer a cooperação entre os setores público e privado. Anastasia destacou ainda a importância de novas abordagens, como o foco em resultados e a busca por soluções consensuais para reduzir conflitos.

Dados apresentados durante sua fala reforçam o tamanho do desafio: cerca de 100 milhões de ações judiciais em tramitação e aproximadamente 14 mil obras paralisadas com recursos federais. Para ele, esse cenário evidencia a necessidade de reduzir litígios e aprimorar a gestão.

Segundo o ministro, o próprio TCU tem adotado uma atuação mais preventiva e pedagógica, com foco na entrega de resultados.

Falta qualificação técnica

O debate sobre eficiência e modernização da gestão pública ganhou destaque com as contribuições do advogado Giuseppe Mendes e do executivo Gustavo Montezano, que abordaram, sob diferentes perspectivas, os desafios e avanços da administração pública brasileira. CEO do escritório Piniheiro & Mendes Advogados, Mendes defendeu a adoção estruturada de práticas de governança, transparência e meritocracia como pilares para melhorar a eficiência do setor público, com ênfase nos municípios.

Segundo ele, embora a implementação dessas ferramentas seja mais simples em níveis federal e estadual, as limitações técnicas e operacionais tornam o desafio mais complexo nas administrações municipais. O advogado ressaltou que a melhoria da gestão pública passa pela valorização técnica dos servidores e pela capacidade de execução das políticas.

Nesse sentido, destacou a necessidade de descentralizar decisões e ampliar a autonomia dos profissionais que atuam na ponta. “Não podemos pensar em governança sem a transferência de competência ao servidor público que

vai, na ponta, fazer com que esse programa passe a ser eficaz”, afirmou. Mendes também destacou o papel central da transparência. “Governança sem transparência inexistente”, disse, ao defender que a abertura de informações fortalece a confiança da sociedade e amplia o controle social sobre a administração pública.

Outro ponto abordado foi a adoção de critérios meritocráticos. Para ele, é necessário qualificar o serviço público com base em desempenho e resultados, evitando o uso político da máquina administrativa. “Temos que deixar de utilizar os servidores públicos como massa de manobra eleitoral e exercer com eles aquilo que nós utilizamos nas nossas companhias do setor privado”, declarou. Ao tratar da gestão, Mendes reforçou ainda a importância de indicadores: “Quem não mede não gere, e quem não gere inevitavelmente desperdiça”.

Ao final, o advogado defendeu uma mudança de foco no planejamento de políticas públicas, com maior atenção ao nível local. “Temos que sair dessa visão micro e passar a olhar para os municípios, porque é lá que encontraremos os próximos problemas”, concluiu.

Já o CEO da Yvy Capital e ex-presidente do BNDES, Gustavo Montezano, destacou o avanço do Brasil na estruturação de um modelo de governança em infraestrutura que, segundo ele, tem servido de referência para países emergentes. De acordo com Montezano, o país desenvolveu, ao longo da última década, práticas voltadas ao planejamento de longo prazo, organização de projetos e ampliação de parcerias público-privadas. “O que temos no Brasil, através do PPI e da governança em fábricas de projetos em diversos estados do governo federal, é um exemplo em nível internacional para países emergentes”, afirmou.

Ele relatou que esse modelo foi apresentado em encontros internacionais durante sua passagem pelo BNDES e despertou interesse de outras nações em desenvolvimento. “Apesar de termos muito o que evoluir, o eixo central e a espinha dorsal da mentalidade que estruturamos no Brasil nos últimos 10 anos é exemplo global para países emergentes”, disse.

O executivo também detalhou a evolução histórica do setor de infraestrutura no país, desde o período de predominância estatal no

pós-guerra até a ampliação da participação privada a partir dos anos 1990. Segundo ele, o modelo atual busca descentralizar investimentos e ampliar a entrada de novos agentes, com menor dependência de crédito subsidiado.

Montezano destacou ainda mudanças legais e regulatórias que aumentaram a segurança jurídica e facilitaram parcerias entre o setor público e privado. Para ele, esse ambiente tem atraído investidores internacionais, especialmente diante de características como previsibilidade de retorno e proteção contra a inflação. “Os investidores querem aplicar recursos por 10 ou 15 anos protegidos da inflação, e onde encontram isso? Na infraestrutura”, afirmou.

Ao abordar o cenário global, o executivo mencionou o potencial da América do Sul para captar novos fluxos de capital e ressaltou as oportunidades brasileiras, em razão do histórico de baixo investimento no setor. “Por um lado, temos um país que durante décadas esteve subinvestindo em infraestrutura pública, mas uma boa oportunidade para empreendedores e investidores”, disse. Montezano concluiu

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Giuseppe Mendes: Governança sem transparência não existe

destacando o papel estratégico da infraestrutura no desenvolvimento econômico e social, associando os investimentos no setor à melhoria dos serviços públicos

e da qualidade de vida da população. (FS e PJ)

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza



Irã ameaça com batalha naval

Regime islâmico reage ao "contrabloqueio" dos EUA na entrada do Estreito de Ormuz e fala em impedir o tráfego marítimo até no Mar Vermelho. Paquistão articula uma nova rodada de negociações e a prorrogação do cessar-fogo

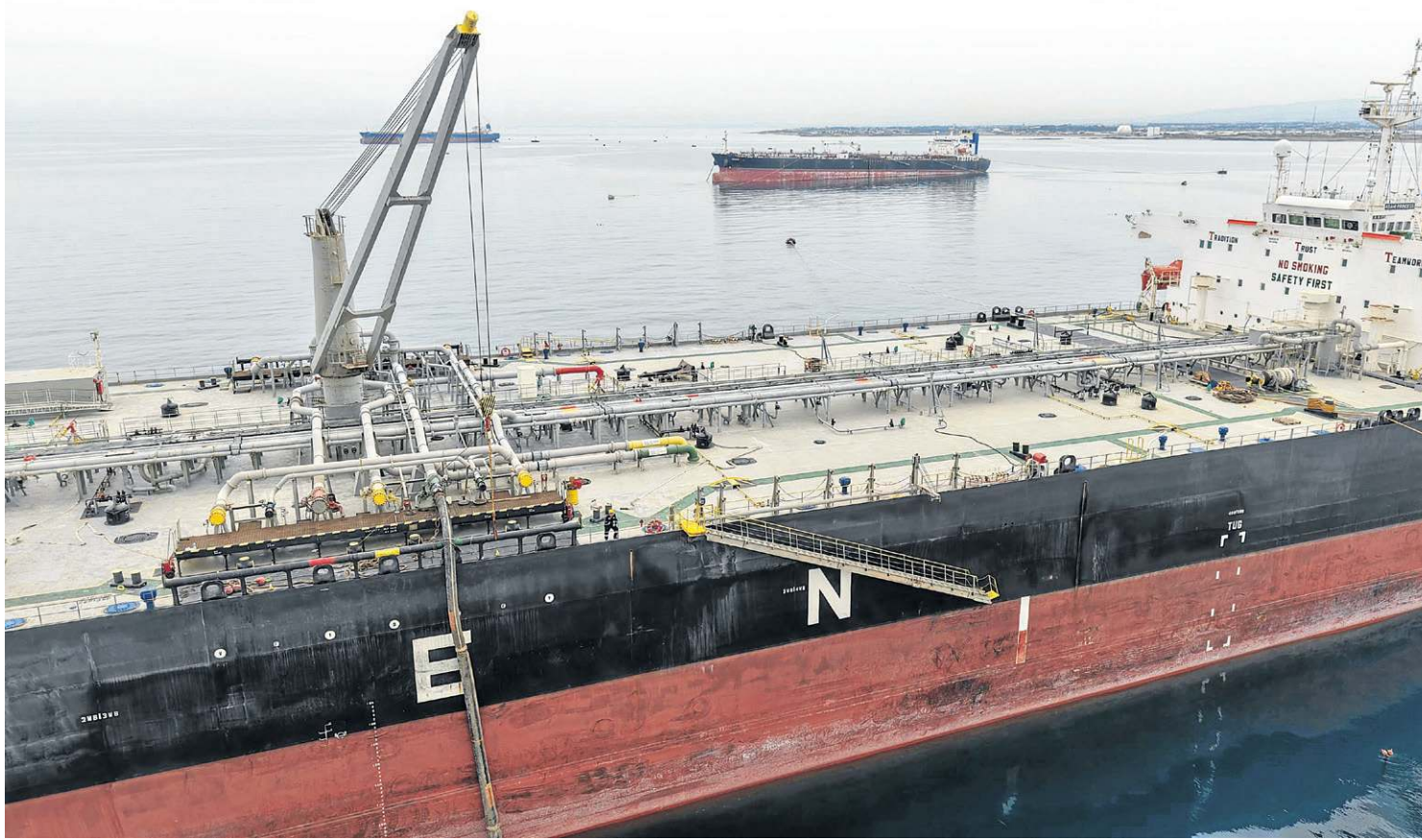
» SILVIO QUEIROZ

Kawnat Haju/AFP

Os governos de Washington e de Teerã sinalizaram ontem que estão em andamento conversações indiretas, com o Paquistão no papel de "pombo-correio", para acertar uma nova rodada de conversações a três para os próximos dias. Depois do fracasso do primeiro encontro, no fim de semana, na capital paquistanesa, os dois lados anunciaram o reforço do bloqueio naval na região do Golfo Pérsico, mas seguem observando, no fundamental, um cessar-fogo de 15 dias com vencimento na próxima quarta-feira. O Irã, em especial, reagiu à pressão dos Estados Unidos sobre suas operações de importação e exportação ameaçando estrangular o tráfego de navios mercantes também pelo Mar Vermelho — no caso, pela ação de seus aliados houthis, milícia xiita que controla metade do território do Iêmen.

Coube ao general Ali Abdollahi Aliabadi, encarregado do principal comando conjunto das forças iranianas, advertir os EUA sobre as consequências do bloqueio anunciado a navios que tenham origem ou destino em portos da República Islâmica. "Se criarem insegurança para nossos navios comerciais ou petroleiros, isso significará um prelúdio para a violação do cessar-fogo", afirmou o militar. Em resposta, o Irã acena com a interdição completa para o tráfego naval comercial pelo Golfo Pérsico, pelo Estreito de Ormuz e mesmo pelo Mar Vermelho.

Essa última é outra via marítima crucial para a entrada e saída de petróleo e outras mercadorias de todo o Oriente Médio. Em uma de suas extremidades, dá passagem para o Mediterrâneo, através do Canal de Suez. Na outra, para o Mar da Arábia, através do Estreito de Bab el-Mandab. Este, como toda a margem leste do Mar



Petroleiro de bandeira grega é carregado no litoral mediterrâneo da Síria com óleo do Iraque: importadores e exportadores buscam rotas alternativas

Vermelho, é adjacente à parte do Iêmen controlada pelos houthis, que já atacaram navios mercantes como parte de suas disputas com Israel e Arábia Saudita.

Da parte dos EUA, está em vigor desde segunda-feira um "contrabloqueio" que tem como alvo navios com origem ou destino em portos iranianos. Evitando entrar no Golfo Pérsico ou mesmo se aproximar do litoral persa, pelo risco de confronto com as defesas do regime islâmico, o dispositivo naval norte-americano já fez retornarem alguns navios que saíram do golfo pelo Estreito de Ormuz. Embora não haja números precisos e indiscutíveis, a reação do general

iraniano sugere que a medida começa a fazer impacto.

Triângulo diplomático

Foi nesse ambiente que desembarcou em Teerã o comandante do Exército paquistanês, o marechal Asim Munir, uma das peças-chaves das negociações para o cessar-fogo. O militar foi recebido no aeroporto pelo chanceler Abbas Araghchi, que confirmou as versões sobre a costura de uma nova rodada de negociações e a extensão da trégua, para que EUA e Irã possam avançar em direção a um acordo de paz que ponha fim ao conflito iniciado com o ataque coordenado

americano-israelense à República Islâmica, em 28 de fevereiro. Em missão paralela, o premiê paquistanês, Shehbaz Sharif, foi a Riad para uma "troca de opiniões sobre a situação" com a Arábia Saudita.

"As conversas estão sendo realizadas", corroborou a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt. Embora nenhuma das partes tenha confirmado oficialmente uma nova rodada de negociações, a funcionária indicou que o governo norte-americano "está otimista em relação às perspectivas de um acordo" com Teerã. Em um sinal adicional de que ambas as partes apostam na diplomacia, a porta-voz indicou que um novo

encontro "muito provavelmente" será realizado novamente em Islamabad, capital do Paquistão.

O professor de relações internacionais Gunther Rudzit, da ESPM, acredita que EUA e Irã devem retomar as negociações e, eventualmente, prorrogar o cessar-fogo, "porque é do interesse dos dois lados". "Essas mensagens trocadas são tentativas de controle da narrativa por parte de Donald Trump", disse o estudioso em entrevista ao **Correio**. "E o regime iraniano procura não parecer fraco, subordinado às pressões americanas." Ele acredita que a trégua pode ser estendida tacitamente, sem um ato formal. "Nenhum dos dois lados diz



Se criarem insegurança para nossos navios comerciais ou petroleiros, isso significará um prelúdio para a violação do cessar-fogo"

Ali Abdollahi Aliabadi,
general iraniano

que o cessar-fogo acabou, e portanto fica subentendido que está prorrogado", arrisca.

Economia em risco

A diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, advertiu que a economia mundial poderá entrar em recessão se a guerra no Oriente Médio não for resolvida em breve e os preços do petróleo se mantiverem altos. "Devemos nos preparar para tempos difíceis" se o conflito persistir, disse a jornalista durante entrevista coletiva, em Washington. "Estamos preocupados com os riscos para a inflação, que eles sejam transmitidos aos preços dos alimentos se as entregas de fertilizantes a um preço razoável não forem retomadas em breve", explicou Georgieva.

Georgieva aconselhou os bancos centrais a "esperar para ver" antes de ajustar as taxas de juros, se possível. Segundo a diretora do FMI, esse é um caso em que a população tem expectativas "bem ancoradas" de que a inflação permanecerá sob controle. "Se conseguirmos sair rapidamente da guerra, pode não ser necessário tomar medidas."

"Zona de extermínio" no Líbano

O general Eyal Amir, chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, afirmou ontem que determinou a suas tropas que estabeleçam no sul do Líbano uma "zona de extermínio" das forças do movimento xiita Hezbollah. A definição vai ao encontro de declarações feitas no mesmo dia pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que destacou o "desmantelamento" da milícia pró-iraniana como um dos "objetivos fundamentais" da campanha de bombardeios e da incursão terrestre no país vizinho, determinada nos primeiros dias desde o ataque coordenado com os Estados Unidos contra o Irã, em 28 de fevereiro.

"Ordenei que toda a zona do sul do Líbano até a linha do rio Litani seja transformada em uma zona de extermínio dos terroristas do Hezbollah", disse à imprensa o general Zamir, durante visita às unidades israelenses em território libanês. O premiê e o comando militar definiram um limite de 30km a partir da fronteira, até a margem do rio Litani,

Jacque Guez/AFP



A destruição no sul do Líbano, vista da fronteira israelense

como uma "zona de segurança" para impedir que o Hezbollah possa seguir disparando foguetes e lançando drones contra povoações do extremo norte israelense.

Desde o início do conflito, os ataques de Israel mataram mais

de 2 mil libaneses e forçaram ao menos 1,2 milhão de habitantes a deixar o sul do país com destino à capital. Beirute foi duramente castigada por bombardeios na última quarta-feira, com saldo de mais de 300 mortos. Na terça-feira,

os embaixadores de ambos os países nos Estados Unidos reuniram-se sob mediação do secretário de Estado Marco Rubio para discutir a crise. Na ausência de um acordo mais abrangente, sinalizaram com o prosseguimento do processo, possivelmente envolvendo autoridades de mais alto escalão.

"Desarmar o Hezbollah é um dos grandes objetivos de Netanyahu, pois a milícia xiita, com o Irã, sempre representou a maior ameaça a Israel", observa o professor de relações internacionais Gunther Rudzit, da ESPM. Ele vê a possibilidade de que uma negociação direta entre os governos israelense e libanês avancem à margem das tratativas entre Estados Unidos e Irã. "O Hezbollah foi severamente enfraquecido pelos ataques israelenses, e foi eleito (no Líbano) um presidente, o general Joseph Aoun, conhecido como pró-EUA", pondera. "Ele já vinha falando de desarmar o Hezbollah, mas isso sempre foi bloqueado, pois eles têm um poder militar maior que o do Exército libanês." (SQ)

Três perguntas para

GUNTHER RUDZIT, doutor em ciência política, professor de relações internacionais da ESPM e professor convidado da Universidade da Força Aérea (Unifa)

Qual é a possibilidade real de o governo libanês assumir o compromisso de desarmar o Hezbollah, como exigido por Israel?

Sozinho é muito difícil, porque, efetivamente, o Hezbollah ainda tem capacidades muito fortes. Mas elas vêm sendo degradadas por Israel, nos últimos três anos — lideranças foram eliminadas, como boa parte do arsenal ofensivo. E como boa parte da população libanesa não é xiita, não queria que o Líbano fosse trágico para essa guerra.

Israel dispõe dos meios e da vontade para desmantelar o Hezbollah?

Esse é um dos grandes objetivos do premiê Benjamin Netanyahu. E, tendo em vista as eleições em outubro, o grande objetivo de Netanyahu, até para



manter a atual coalizão de governo, é apresentar pelo menos o desarmamento do Hezbollah. E parece que ele tem o apoio da população.

Israel estaria disposto a colocar o desarmamento em prática por iniciativa própria?

Netanyahu quer construir a narrativa de que ele está lutando contra o Hezbollah, não contra o Líbano. Com isso, tem uma justificativa maior para desarmar o Hezbollah, já que o governo libanês não vai ter capacidade para tanto. (SQ)

VISÃO DO CORREIO

O INSS e o respeito com o cidadão-contribuinte

Não houve um único governo que chegasse ao fim e pudesse apresentar à sociedade um saldo positivo na Previdência Social. Voltaram seus olhares para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quando o problema tornou-se político, cuja explosão da crise trouxe um inesperado desgaste junto ao eleitorado. A deficiência na gestão não é nova, mas não faltam advertências e propostas de mitigação das lacunas.

Uma delas está no Acórdão 989/2025, publicado em 7 de maio do ano passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Refere-se ao relatório de auditoria (TC-008.309/2024-8) que examinou os indeferimentos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A não concessão de aposentadorias e pensões é a principal responsável pela fila de espera do INSS.

Uma das observações que faz o documento é que, apesar da automação — que contribuiu para diminuir os erros em indeferimentos de benefícios —, os percentuais de equívocos continuam altos. Relatado pelo ministro Aroldo Cedraz, o documento aponta alguns dos fatores da insuperável ineficiência. Entre eles estão: 1) falhas no preenchimento de formulários, situação que é piorada pela comunicação considerada de baixa qualificação com os segurados; 2) falta de mecanismos para a detecção de inconsistências antes da análise automatizada; 3) metas de produtividade impostas ao quadro de funcionários que desconsideram a complexidade das análises; e 4) falta de incentivo para que servidores do INSS detalhem corretamente os motivos dos indeferimentos da concessão do benefício.

Há, portanto, um diagnóstico do problema, que é corroborado por números. Segundo a auditoria do TCU, 27% dos benefícios inicialmente negados e não ratificados são concedidos depois de revisão

administrativa. Do total de solicitações, 37% precisaram ser refeitas pelos segurados para obtenção do direito. Mais: 28,64% dos casos analisados automaticamente, em 2024, apresentaram inconsistências que poderiam levar a indeferimentos equivocados.

Nem tudo, porém, é tragédia. Ao dar indicativos de onde estão os gargalos que estrangulam a eficiência — e facilitam a atuação de estelionatários e fraudadores —, o relatório do TCU observa avanços. Destaca que somente 13% dos benefícios foram aprovados depois de ação judicial — indica que estavam esses segurados corretos na solicitação. Observa também que, em 2023, 13,2% das negativas manuais foram consideradas indevidas, índice que caiu para 10,94% com o sistema automatizado, implementado em 2024. Mas o tribunal adverte: tais números permanecem acima dos padrões mínimos de qualidade.

Constatadas as deficiências, o TCU determinou ao INSS algumas das seguintes medidas corretivas: revisar metas de produtividade; melhorar treinamentos e suporte técnico oferecido aos servidores; aprimorar a comunicação com os segurados; e, de forma didática, tornar mais transparente os direitos previdenciários.

O acórdão do TCU foi publicado poucos dias depois da deflagração da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, em 24 de abril de 2025, que trouxe à tona o escândalo dos descontos indevidos nos benefícios de aposentados e pensionistas. Isso representa que o poder público estava atento às dificuldades de gestão, embora não a ponto de impedir a fraude. Assim, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, e a nova presidente do INSS, Ana Cristina Viana Silveira, precisam prestar contas sobre o que melhorou, piorou, pendências e medidas imediatas. Não é uma questão de respeito, mas de dever com o cidadão-contribuinte.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.dabr.com.br

CPI Crime Organizado

Uma frase cômica atribuída a Millôr Fernandes diz: “Democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você manda em mim”. A frase cai como uma luva sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). Vejamos que a mais recente investida dos ministros do STF foi dizer que o senador relator da CPI do Crime Organizado deveria se tornar inelegível em razão da sua condução na comissão de inquérito e processado por abuso de poder. Acuse-os daquilo que você faz! O modus operandi na Suprema Corte, quando confrontada, há muito tempo é somente um: politização e ameaças. Quanta democracia!

» **Ricardo Santoro**

Lago Sul

CPMI do INSS

Parlamentares vão ao STF entregar relatório da CPMI do INSS. Um relator que se presta a esse papel não busca Justiça, busca cliques e palanque político. É uma vergonha para o Congresso Nacional que uma investigação de tal magnitude seja usada para alimentar o caos informacional enquanto as facções e milícias continuam a ditar as regras no “chão” do Brasil real. É o ápice do desrespeito com o cidadão que sofre diariamente a violência que o Estado finge investigar.

» **Abraão Correia Rocha**

Rio de Janeiro

Nobreza

A Proclamação da República mudou o destino do Brasil. Seguíamos pela senda da nobreza, a qual privilegia a dignidade humana e o respeito à autoridade, e enveredamos por um positivismo instrumental que, descuidando do espírito, abriu portas para a esperteza, a leniência e a tolerância com o malfeito. Proclamamos a República sem dispor de uma nação republicana. Quem somos nós? Somos cristãos, portugueses e nos tornamos ocidentais pela razão e pela fé. Nascemos sob a cruz templária das caravelas, e isso nos conectou com a tradição judaico-cristã. Nossa tradição é de uma elite real dedicada ao Estado. Com a República, essa cabeça responsável foi subtraída, e os que sucederam raramente entenderam o nobre papel que lhes cabe. Hoje, contrito, o espírito nobre brasileiro só ousa soltar-se, publicamente, uma vez por ano, nas reverências do mestre-sala às voltas da porta-bandeira.

» **Rubi Rodrigues**

Octogonal

Influencer do passado

Meus influenciadores foram meus pais e professores. Hoje, o vazio tenta se passar por plenitude. Pertencem à geração que habita a última fronteira entre dois mundos: viemos das fichas de orelhão e das locadoras de VHS para o infinito do iPhone e dos algoritmos. Mas a grande mudança não foi tecnológica, foi sensorial. Trocamos o olho no olho das calçadas pela dinâmica febril das redes. Quem viveu essa travessia guarda uma clareza que nenhum texto, por melhor que seja, será capaz de traduzir.

» **Gilberto Tiriba**

Embaré (SP)

Desabafo

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Contestação ao relatório da CPI do Crime Organizado: mandaram muito bem a bancada governista e o ministro do STF Gilmar Mendes.

Marcos Paulino — Vicente Pires

Relatório da CPI do Crime Organizado: ué, mas foram “indiciados” ministros do STF? Incompreensível isso! Qual era o foco da CPI?

Marcos Paulino — Vicente Pires

Desarmonia entre os Poderes e CPI do Crime Organizado: os sujeitos falando dos mal-lavados.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Governadora Celina, o presidente da CEB falou, em 2024, que, até o fim de 2025, o DF não teria mais escuridão. Promessa não cumprida. Não estaria na hora de trocar o titular da Companhia?

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Até cirurgia de ex-presidente é paga com dinheiro público. Mas o problema é o Bolsa Família, o Gás do Povo, a Farmácia Popular e a escala 6X1.

Israel Feitosa — Brasília

Em países desenvolvidos, até faz sentido que haja escalas menores de trabalho. Mas ainda não chegamos a esse nível. E é trabalhando que um dia vamos chegar lá!

Mauro Fonseca — Brasília

O bem e o mal

A escalada de tensão entre a China e os Estados Unidos mostra o quanto estamos andando perigosamente perto do abismo. Cada advertência, cada gesto calculado, cada palavra escolhida para “subir o tom” revela um cenário em que essas potências tratam o planeta como um tabuleiro de xadrez. Até parece que as forças do bem e do mal estão reunindo forças para o combate final. Entretanto, é difícil saber quem é do bem e quem é do mal!

» **Paccelli M. Zahler**

Sudoeste



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Condenação sem benefícios

A mãe de Isabella Nardoni fez uma homenagem à filha, no fim do mês passado, quando se completaram 18 anos do assassinato covarde da criança. Em vídeo, Ana Carolina Oliveira falou que hoje sua família deveria ser de cinco pessoas e ressaltou que a menina não teve a oportunidade de conhecer os irmãos. “Uma história foi interrompida”, disse.

És que interromperam essa história estão aproveitando a vida, contemplados pelas benesses de nossa legislação penal. A madrastra de Isabella, condenada a 26 anos de prisão pelo assassinato, migrou para o regime semiaberto apenas nove anos após a barbárie. E, desde 2023, aproveita o regime aberto. O pai da menina, sentenciado a 30 anos, ficou somente 11 deles trancafiado. Passou então para o semiaberto e, em 2024, também foi agraciado com o regime aberto.

Isabella, de 5 anos, morreu em 29 de março de 2008. Foi agredida, asfixiada e jogada do sexto andar do prédio onde morava. Mesmo ante tamanha perversidade, seus algozes recebem regalias da Justiça. É lamentável que nossas leis beneficiem até mesmo os mais sórdidos, repugnantes e covardes criminosos.

Assim como os dois homicidas, um sem-número de torturadores, estupra- dores e assassinos de meninos e meninas, mesmo sentenciados a longos anos de prisão, usufruem das progressões de regime. Fica, inevitavelmente, a sensação de impunidade.

Essa percepção deu origem a um projeto apresentado recentemente na Câmara que propõe mudanças na Lei dos Crimes Hediondos e na Lei de Execução Penal para tornar mais rígido o cumprimento de pena. Segundo o texto, do deputado Saulo Pedrosa (PSD-SP), as sentenças em casos de crimes de extrema gravidade têm de ser cumpridas integralmente atrás das grades, sem progressão de regime e demais regalias.

O projeto cita crimes contra crianças e adolescentes, homicídios qualificados, feminicídio, estupro, entre outros. “A aprovação dessa proposta representará importante avanço no combate à criminalidade violenta e na proteção das vítimas desses delitos, reforçando a mensagem de que crimes dessa natureza exigem resposta penal rigorosa e compatível com a gravidade do dano causado às vítimas e à sociedade”, justifica o documento.

Creio ser essa uma medida urgente. Algozes de crianças e adolescentes são o esgoto da raça humana e como tal deveriam ser tratados. Tinha de apodrecer na cadeia — não acredito em ressocialização para essa escória. Mas, como a Constituição veda penas de caráter perpétuo — até mesmo para os mais abjetos dos criminosos —, eles devem, ao menos, cumprir enjaulados todo o tempo de prisão a que foram condenados. Seria um grande benefício — esse, sim, pertinente — para toda a sociedade. E suscitaria o sentimento de que houve algum tipo de justiça para suas vítimas.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br

Crônica de uma guerra estúpida

» JOSE VICENTE PIMENTEL
Embaixador aposentado



Ormuz estava aberto para cargueiros de todas as bandeiras. Os preços do petróleo mantinham-se em patamar estável, o que favorecia compradores asiáticos, vendedores árabes e o mercado global. Eis que Netanyahu convence Trump de que chegara o momento de aniquilar os aiatolás, que teriam perdido apoio popular ao reprimir os protestos populares de fevereiro. Movido por empáfia e hubris, Trump despejou bombas no território iraniano e matou Khamenei. Só que o filho assumiu e, em vez de se render, fechou as duas pontas do Estreito.

Possesso, o ministro da Defesa Pete Hegseth ameaçou fazer o Irã regredir à idade da pedra. Mais bombas caíram, atingindo também escolas, hospitais e outros alvos civis. Nem assim os iranianos se renderam. Pelo contrário, demonstraram força para atacar países aliados dos EUA no Golfo Pérsico. Nos EUA, a economia começou a dar sinais de enfraquecimento. Ato contínuo, pesquisas registraram nova queda de popularidade do governo.

Dia 7, foi a vez de Trump tropejar num tuíte apocalíptico que, caso Ormuz continuasse fechado, "uma civilização inteira desaparecerá para sempre na noite de hoje". Como? Explodindo bombas atômicas? Matando 90 milhões de pessoas?

No seu triunfalismo midiático, Trump vai logo cantando vitória e exigindo a subserviência dos adversários. Desta vez, porém, patenteou-se a miopia de sua estratégia. A dificuldade para vencer mais uma guerra que não deveria ter começado evidencia os limites do poder americano.

O regime iraniano sai até fortalecido pela extraordinária demonstração de resiliência. Ganhou consciência, ademais, de que o estreito de Ormuz pode ser um trunfo a seu favor, detalhe que Trump parecia desconhecer, e os russos conheciam de sobra. Nas negociações que se iniciam em Islamabad, o Irã dispõe da boa vontade e eventual assistência de Putin, que sai vencedor nesse imbróglio.

A Europa perde. Uma das mais preocupantes consequências da guerra é o agravamento das relações entre os EUA e a Otan. Ao negarem ajuda para desobstruir Ormuz, os europeus expuseram-se a uma confrontação com o imprevisível Trump. Assim, a retirada americana do bloco passa a ser uma hipótese real. Num tal cenário, quem se beneficiaria, mais uma vez, seria Putin.

Outra consequência com que a Casa Branca não contava é que o fechamento de Ormuz expôs a fragilidade do sistema baseado em combustíveis fósseis. Os países asiáticos estão apressando compras de maquinário de energia renovável. Os EUA perdem competitividade comercial para a China, que domina a tecnologia da energia limpa.

Trump embrulhou-se com problemas imprevistos. A segurança dos cidadãos americanos entra em jogo. Nas Filipinas, por exemplo, onde foi decretado estado de emergência devido ao desabastecimento de petróleo,

manifestações na frente da embaixada americana fizeram lembrar o tempo da guerra no Vietnã. Até na Austrália se fala em rever o Aukus, aliança estratégica trilateral com os EUA e o Reino Unido para conter a China no Indo-Pacífico.

Essa evolução na política interna australiana sugere que a China, sem dar um tiro, emergiu como a principal beneficiária da guerra. O próprio Trump confirmou que a diplomacia chinesa ajudou a convencer os iranianos a negociar a paz. A confirmação aumenta o trânsito diplomático chinês. Entre os países árabes, vários porta-vozes árabes já manifestaram de público que passaram a ter uma visão mais favorável da China.

Trump perdeu. Colou na sua imagem a manipulação por Netanyahu. Os prognósticos Democratas com relação às eleições parlamentares de 4 de novembro tornaram-se muito mais otimistas, e Trump já revelou receios de que uma derrota Republicana redunde no seu impeachment pelo Congresso americano. A campanha será acirrada e, nesse contexto, as eleições do último domingo na Hungria devem ser escrutinizadas, sobretudo para se aferir a influência da utilização da tecnologia da IA nos resultados eleitorais.

Por fim, impõe-se lembrar que o Tribunal de Nuremberg deitou jurisprudência segundo a qual palavras que estimulam a destruição de um povo equivalem a um crime. Juristas internacionais começam a emitir pareceres de que, no âmbito do direito internacional moderno, o tuíte de Trump seria o caso mais evidente da intenção de genocídio. Ou seja, além da possibilidade de um impeachment, Trump pode ter de se preocupar com um processo no Tribunal Penal Internacional.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



6x1: o velório e o controle do corpo

» LEOMAR DARONCHO
Procurador do Trabalho



Limitar o tempo de trabalho é um ponto determinante na organização da vida, da família e da sociedade. A modulação do tempo à disposição determina o controle da vida e dos corpos dos subordinados.

A reflexão parte da análise do professor Renan Kalil sobre a disputa na questão da escala 6x1, que critica a manipulação do discurso, contrário à atualização das pausas civilizatórias, visando "disciplinar os corpos e garantir que a vida do trabalhador gravite exclusivamente em torno dos interesses do empregador".

O controle sobre os subordinados e seus corpos é questão central da resistência à revisão da distribuição do tempo, impedindo que seja assegurada a realização de outras dimensões da vida do trabalhador, nas esferas individual, familiar e comunitária. O modelo atual pode inviabilizar, inclusive, a participação em atos familiares e religiosos.

O professor Kalil contesta o alarmismo conservador. Aponta evidências de que o crescimento econômico das últimas décadas agravou o constrangedor quadro de desigualdades. A divisão dos ganhos segue como uma promessa a realizar.

Além do apelo a malabarismos "técnicos" e ao terrorismo econômico, alguns argumentos contrários à atualização integrarão o anedotário

do Parlamento, em que figuram discursos contrários à Lei Áurea, em 1888. O senador Barão de Cotegipe indicava o "temor à desordem" e a ameaça de desorganização social e econômica pelo fim do "elemento servil".

Na época, o papa Leão 13 — Encíclica Rerum Novarum — apontava a necessidade de limitar as horas de trabalho e observar o repouso, permitindo que o homem se ocupasse da vida ordinária, da reflexão e do culto à divindade.

A Lei Áurea é um marco na limitação do controle sobre o corpo do trabalhador. Em seguida, leis setoriais estabeleceram modulações de tempo, até que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, fixou a regra geral de 8 horas/dia e 48 na semana. A Constituição de 1988, retomando o processo democrático, reduziu o módulo semanal para 44 horas. As inovações legislativas na matéria nem sempre são civilizatórias. No atropelo da Reforma Trabalhista de 2017, foi aprovado dispositivo que excluía as regras de duração do trabalho e intervalos do que deveria ser considerado como norma de saúde e segurança do trabalho.

Quando diversos países estão reduzindo o tempo de trabalho para a proteção da saúde, promoção de qualidade de vida e da produtividade, a sociedade brasileira tem a oportunidade de atualizar-se em modelo em que haja tempo para a família, a formação, o lazer, a cultura e a participação social e espiritualidade. Estaria sendo cumprida uma das promessas do avanço tecnológico e dos dispositivos eletrônicos.

É fato que brasileiros estão ameaçados por eventual decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em nome da fictícia liberdade, pode legitimar fraudes e legalizar a submissão de

escravos da necessidade, sem direitos mínimos e sem controle de tempo. Porém, há setores que dependem de trabalhadores vinculados. A efetiva presença de operários, mal remunerados, por vezes é assegurada de forma abusiva, ameaçando o salário ("prêmio assiduidade", que força o trabalho de doentes), ou os corpos.

O ritual da vigília à luz de velas remonta ao período medieval. A necessidade de segurança quanto ao desfecho da vida evoluiu para um costume religioso e cultural em que familiares e amigos se despedem do falecido.

Enquanto a legislação penal assegura o comparecimento de condenados, no caso de morte ou doença grave de familiares, pode causar espanto que a Justiça do Trabalho tenha sido acionada para garantir, sob pena de multa, a liberação de colegas para as últimas homenagens a oito vítimas de uma explosão na fábrica, no Paraná, em 2018.

Em Mato Grosso, em 2024, foi indenizada a empregada do frigorífico que, em trabalho de parto de gêmeas, foi impedida de buscar atendimento e abortou. Em Palmas, em 2015, o estarecedor caso da bancária que, após um aborto, não pôde deixar a agência durante o expediente, com o feto guardado em um saco plástico.

Em Minas Gerais, foram indenizados trabalhadores impedidos de comparecer ao enterro da mãe, em 2014 e 2016, e do sogro, em 2022. Em São Paulo, em 2024, foi revertida a dispensa (justa causa) de uma auxiliar que faltou ao trabalho em razão de internação do filho de 1 ano, apesar do atestado médico correspondente.

São evidências ilustrativas de que o fim da escala 6x1, atualizando o tempo de trabalho e o controle sobre os corpos, é um imperativo civilizatório.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



Transparência Internacional faz novo e preocupante alerta

Relatórios e declarações recentes envolvendo a Transparência Internacional e a atuação de parlamentares no Senado Federal reacendem um dos temas mais sensíveis da vida pública brasileira: a relação entre instituições do Estado e a criminalidade organizada. Trata-se de um debate que exige, acima de tudo, cautela, rigor analítico e responsabilidade na interpretação dos fatos. Segundo a avaliação divulgada, há sinais preocupantes de fragilidade institucional que poderiam favorecer a chamada "captura do Estado", conceito utilizado na ciência política para descrever situações em que interesses privados ou ilícitos passam a influenciar decisões públicas de maneira indevida.

A menção à "captura do Estado" carrega peso conceitual significativo. Trata-se de um fenômeno estudado em diversos países, especialmente aqueles com instituições mais frágeis ou em processo de consolidação. No entanto, sua aplicação exige critérios claros e evidências consistentes. Generalizações amplas podem gerar efeitos colaterais indesejados, como a deslegitimação indiscriminada de instituições que continuam desempenhando funções essenciais.

Outro aspecto relevante é o impacto desse tipo de debate sobre a confiança pública. Quando a sociedade passa a perceber que instituições estão comprometidas, o risco não é apenas político, mas também social e econômico. Investimentos são afetados, a governabilidade se fragiliza, e o próprio tecido democrático pode sofrer erosão. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o sistema institucional brasileiro dispõe de mecanismos de freios e contrapesos. A atuação de tribunais, órgãos de controle, imprensa e sociedade civil constitui uma rede que, embora imperfeita, tem capacidade de investigar, expor e, em muitos casos, corrigir desvios.

No mesmo contexto, declarações atribuídas ao senador Alessandro Vieira, no âmbito de uma CPI, acrescentam uma dimensão política e institucional ao debate. Relatórios parlamentares, por sua natureza, são instrumentos de investigação política, com valor relevante, mas que não substituem o devido processo legal conduzido pelas instâncias judiciais competentes. Pedidos de indiciamento, portanto, devem ser compreendidos como parte de um processo, e não como veredictos conclusivos. Esse conjunto de elementos relatórios de organizações internacionais, investigações parlamentares e cobertura midiática contribui para formar uma percepção pública de risco institucional. No entanto, é fundamental distinguir entre percepção, indício e comprovação.

Em democracias consolidadas, acusações graves contra autoridades exigem provas robustas, respeito ao contraditório e decisões fundamentadas no sistema de Justiça. Por outro lado, ignorar alertas dessa natureza também não é uma opção responsável. O Brasil já enfrentou, em diferentes momentos de sua história recente, escândalos de corrupção que envolveram agentes públicos e privados em larga escala. Investigações conduzidas por órgãos como o Ministério Público, a Polícia Federal e o próprio Judiciário revelaram esquemas complexos que afetaram a confiança nas instituições. Nesse sentido, o alerta sobre possíveis vulnerabilidades institucionais deve ser entendido como um chamado à vigilância e ao fortalecimento dos mecanismos de controle. Transparência, accountability e independência dos Poderes são pilares para evitar que estruturas estatais sejam utilizadas de forma indevida.

A cobertura da imprensa, por sua vez, desempenha papel central nesse processo. Veículos de comunicação têm noticiado tanto os alertas de organizações internacionais quanto as disputas políticas internas, contribuindo para ampliar o debate público. No entanto, a responsabilidade jornalística exige que essas informações sejam apresentadas com contexto, evitando conclusões precipitadas. O momento exige equilíbrio. De um lado, não se pode minimizar alertas sobre possíveis riscos de infiltração criminosas ou de captura institucional. De outro, é igualmente importante evitar narrativas que transformem suspeitas em certezas sem o devido respaldo factual.

A democracia se sustenta justamente na capacidade de lidar com crises por meio de instituições. Quando essas instituições são questionadas, a resposta não deve ser o descrédito generalizado, mas o fortalecimento dos mecanismos de investigação, transparência e responsabilização. O desafio, portanto, não está apenas em identificar eventuais problemas, mas em enfrentá-los dentro das regras do Estado de Direito. Isso implica respeitar processos, garantir ampla defesa e assegurar que decisões sejam baseadas em evidências. Se há riscos, eles devem ser tratados com seriedade. Se há acusações, devem ser investigadas com rigor. E se há dúvidas, devem ser esclarecidas com transparência.

Fora desse caminho, o debate corre o risco de se transformar em terreno de incerteza permanente, onde a confiança pública se deteriora sem que soluções concretas sejam construídas. No fim, a solidez de uma nação não se mede pela ausência de crises, mas pela forma como elas são enfrentadas. E é justamente nesse ponto que se define se os alertas servirão como instrumento de fortalecimento institucional ou como elemento de desestabilização.

A frase que foi pronunciada:

"A CPI do Crime Organizado não tem lado, não tem preferência institucional e não tem compromisso com órgãos, governos ou figuras públicas. Nosso compromisso é com a verdade, com os fatos e com o interesse da população brasileira."

Senador Fabiano Contarato

História de Brasília

Outra solução também dada pelo presidente foi sobre o caso dos professores. Hoje haveria aula no ensino médio, e os professores já deixaram as casas do BNDE, invadidas na madrugada de 21 de abril. (Publicada em 17/5/1962)

Edição GENÉTICA tem potencial para tratar CÂNCER

Cientistas desenvolvem técnica que permite distinção precisa de células tumorais, abrindo caminho para remoção do DNA das estruturas danificadas sem atingir as saudáveis. Método ainda é experimental, mas carrega promessa imensa de avanço

» ISABELLA ALMEIDA

As células cancerígenas são fugazes e escapam facilmente do sistema de defesa do organismo. Diferenças químicas sutis, no entanto, as distinguem das estruturas saudáveis. Agora, uma equipe de cientistas da Universidade Wageningen, na Holanda, e do Instituto Van Andel, nos Estados Unidos, identificou uma maneira de explorar essa distinção para tratar a doença. Usando uma variante do CRISPR, uma ferramenta para edição de DNA, eles conseguiram diferenciar o material genético tumoral do saudável e cortaram seletivamente apenas o do câncer. Para especialistas, o trabalho publicado ontem na revista *Nature* é o primeiro passo rumo a uma promissora terapia contra a doença.

De acordo com os pesquisadores, o novo método se baseia em grupos metil, pequenas etiquetas químicas ligadas ao DNA que regulam a expressão gênica. Esse processo, chamado metilação do DNA, é alterado em células cancerígenas e pode funcionar como uma “impressão digital” molecular que diferencia estruturas saudáveis das doentes.

Para o estudo, a equipe usou a ThermoCas9, uma variante do CRISPR descoberta em bactérias há alguns anos. Assim como outros sistemas de edição, os pesquisadores podem programá-la para localizar e cortar seções específicas de DNA dentro de uma célula.

Ao avaliar a ThermoCas9, a equipe descobriu que ele pode distinguir entre genes não metilados e metilados. Eles então o introduziram em células humanas cultivadas em placas, algumas com tumor e outras sem. A abordagem funcionou como esperado, o editor genético cortou o DNA das estruturas tumorais, deixando o DNA das células saudáveis intactas.

“A ThermoCas9 é a primeira enzima associada ao CRISPR a responder a diferenças no tipo mais abundante de metilação do DNA em células humanas e de outros eucariotos”, disse John van der Oost, cientista de Wageningen e responsável pela descoberta da ThermoCas9.

Essa é a primeira vez que um método baseado em CRISPR usou a metilação para atingir células cancerígenas humanas. “A ThermoCas9 usa a metilação como um endereço para atingir com precisão as células cancerígenas, deixando as células saudáveis intactas”, disse Hong Li, pesquisadora do instituto e líder do estudo. “Essas



Isso permitirá intervenções celulares em diferentes ambientes, dentro ou fora do corpo, que poderão levar à destruição específica da célula maligna”

Patrícia Schorn, oncologista clínica e coordenadora do Centro de Oncologia do Hospital Santa Lúcia, em Brasília

descobertas podem mudar o jogo.”

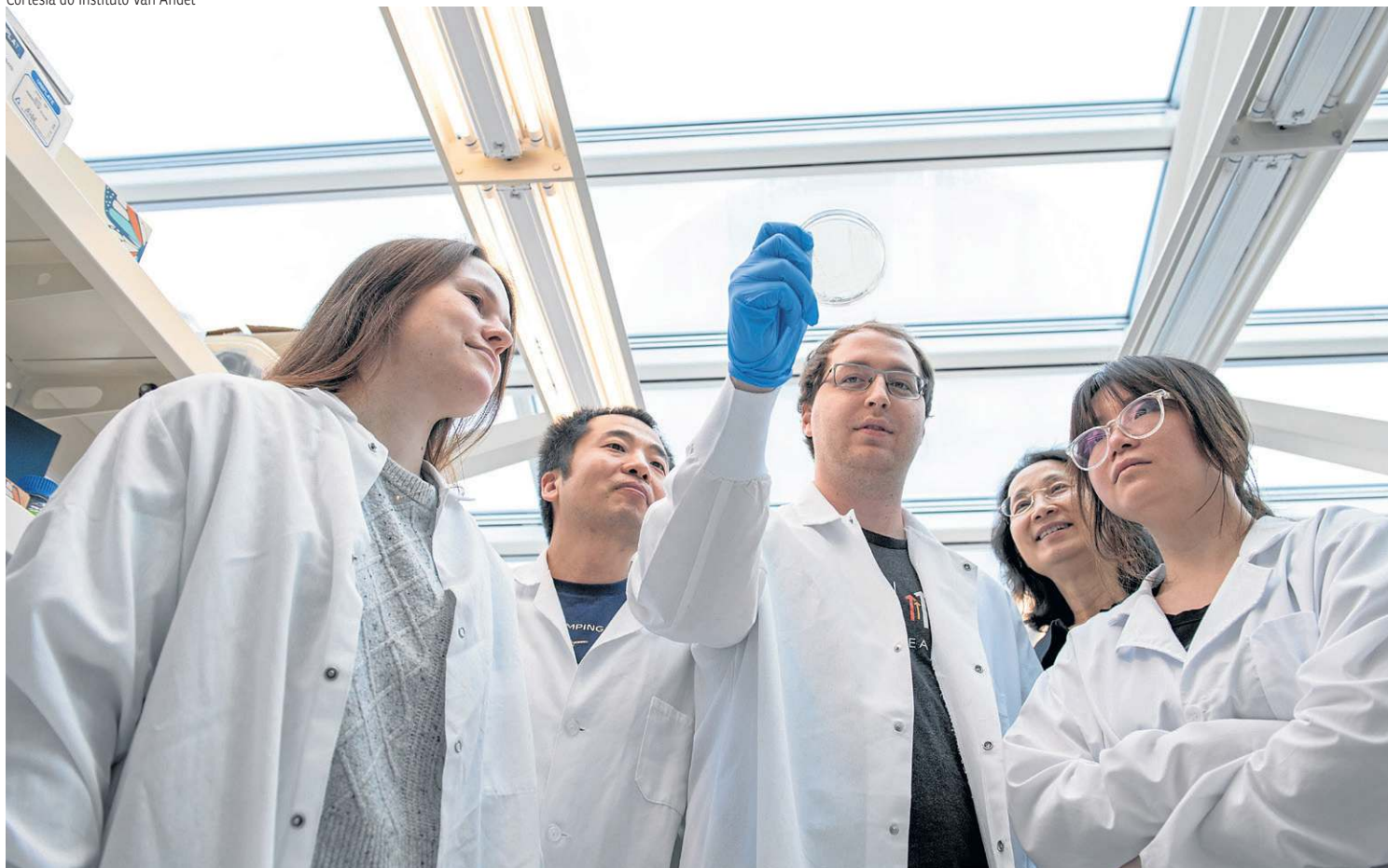
Conforme Thereza Loureiro geneticista da Dasa Genômica, no momento, terapias gênicas têm focado em mutações no código genético das células para o tratamento de tumores. “O aspecto mais relevante é que esta pesquisa inaugura uma nova lógica para a oncologia de precisão: utilizar características epigenéticas, que regulam a atividade dos genes sem mudar a sequência do DNA, do tumor, e não apenas mutações, como alvo terapêutico. Ainda assim, é fundamental comunicar com cautela que se trata de um avanço experimental promissor, mas distante da incorporação clínica rotineira. O principal mérito, neste momento, é abrir uma nova frente de pesquisa em terapias oncológicas baseadas em edição gênica”, finaliza.

Encaixe preciso

A explicação para o comportamento seletivo do ThermoCas9 está na forma como ele se liga ao DNA. Antes de um sistema CRISPR cortar o DNA, ele precisa se conectar a uma pequena sequência de reconhecimento próxima a esse alvo, conhecida como PAM — motivo adjacente ao protoespaçador. O ThermoCas9 é único porque sua sequência PAM inclui uma área de metilação humana, o que significa que ele pode conter um grupo metil, que aparece nos tumores.

“O sistema CRISPR se liga com muita precisão a esse código de reconhecimento”, explicou Van der Oost. “Compare isso a uma chave de fenda que se encaixa perfeitamente na cabeça de um parafuso correspondente. Se houver uma saliência dentro da ranhura, a chave de fenda não se encaixa mais e não consegue desempenhar sua

Cortesia do Instituto Van Andel



Equipe usou uma ferramenta de edição de DNA e a programou para localizar e cortar seções específicas do código genético de uma célula

Palavra de especialista

Alterações epigenéticas

FERNANDO VIDIGAL, oncologista do Hospital Brasília e diretor regional da Oncologia Américas Brasília

“Se essa estratégia evoluir para uso clínico, poderemos ter tratamentos com menor toxicidade sistêmica; maior precisão; e potencial combinação com imunoterapia ou terapias-alvo. Mas é importante reforçar que ainda estamos em uma fase muito inicial, e isso está longe de substituir

os tratamentos atuais no curto prazo. O ponto mais interessante do estudo é que ele muda a lógica do alvo terapêutico. Até hoje, focamos principalmente em mutações genéticas. Aqui, estamos falando de explorar alterações epigenéticas, como a metilação, que são dinâmicas e potencialmente reversíveis. Isso abre uma nova fronteira na oncologia, a possibilidade de tratar o câncer não só pelo ‘código genético’, mas também pela forma como esse código é regulado.”



Rede Américas

função. Da mesma forma, um grupo metil interrompe o encaixe entre a ThermoCas9 e o DNA, impedindo a ligação e deixando a sequência de DNA intacta.”

“Experimentos adicionais em nível celular, tecidual ou do organismo como um todo são necessários para demonstrar o direcionamento às células tumorais. No futuro, o ThermoCas9 ou uma abordagem semelhante poderá ter aplicações em outras doenças”, afirma Li ao *Correio*.

Para Patrícia Schorn, oncologista clínica e coordenadora do

Centro de Oncologia do Hospital Santa Lúcia, em Brasília, o mais importante é que a oncologia está passando por um momento muito relevante, com tecnologias cada vez mais avançadas e seletivas. “Isso permitirá intervenções celulares em diferentes ambientes, dentro ou fora do corpo, que poderão levar à destruição específica da célula maligna. É dessa forma que surge a esperança de cura: quando conseguimos atingir somente o alvo, preservando o tecido saudável, aumentamos o

sucesso terapêutico. Afinal, o objetivo é eliminar o câncer preservando a saúde.”

“Essas tecnologias são extraordinárias, e sempre que algo novo surge, aprofundamos os estudos na esperança de compreender todo o processo. Ainda não chegamos ao resultado final com essa técnica, mas a possibilidade de identificar um erro específico da célula maligna, manipulá-lo e eliminar seletivamente essa estrutura é realmente promissor”, completa a especialista.

Rumo à pesquisa clínica

Ainda há um longo caminho antes que a tecnologia se torne um potencial tratamento contra o câncer. O próximo passo da equipe é se concentrar em danificar o DNA do tumor o suficiente para desencadear a morte celular cancerígena. No futuro, o ThermoCas9 ou uma ferramenta CRISPR similar poderá evoluir para uma estratégia versátil que reconheça estruturas doentes por sua “assinatura” química e as desative.

LINGUAGEM

Comunicação das baleias-cachalote se assemelha à humana

Um novo estudo, publicado ontem na revista científica *Proceedings B*, revela que a comunicação vocal das baleias-cachalote apresenta semelhanças surpreendentes com a linguagem de pessoas, apesar da grande distância evolutiva entre as espécies. Os resultados indicam que esses mamíferos marinhos não apenas utilizam um sistema estruturado de sons, como também demonstram padrões comparáveis à fonética e à fonologia humanas.

A pesquisa mostra que as baleias-cachalote se comunicam por meio de sequências de cliques curtos, conhecidas como “codas”. A análise desses sons revelou a existência de um tipo de “alfabeto” e até mesmo de variações análogas às vogais usadas pelos humanos. Elas podem ser produzidas por alterações na duração dos cliques ou

por variações de frequência, como tons ascendentes e descendentes, mecanismos semelhantes aos encontrados em idiomas como mandarim, latim e esloveno.

Segundo o estudo, há paralelos estreitos com a fonética e a fonologia das línguas humanas, sugerindo uma evolução independente. As descobertas fazem parte das pesquisas conduzidas pelo Projeto Ceti (Iniciativa de Tradução de Cetáceos), que investiga grupos de baleias-cachalote na costa da Dominica. A iniciativa busca compreender o que esses animais estão comunicando entre si.

Vidas ricas

Até meados do século 20, não havia confirmação de que baleias-cachalote utilizavam vocalizações estruturadas. Hoje, com o auxílio

Mike Korostelev/Getty Images



Cachalotes mostram ter até uma espécie de alfabeto

de tecnologias, cientistas conseguem identificar padrões complexos nesses sons. Para o fundador do projeto, David Gruber, a descoberta traz uma reflexão

importante. “Acho que é mais um momento de humildade perceber que não somos a única espécie com vidas ricas, comunicativas, comunitárias e culturais.”

Gruber também destacou a profundidade histórica desse sistema de comunicação. “Essas baleias podem estar transmitindo informações de geração em geração há mais de 20 milhões de anos. Os humanos só agora têm as ferramentas certas e o desejo de analisar essas vozes para perceber a complexidade que sempre esteve presente.”

O estudo desses animais, no entanto, apresenta desafios logísticos. As baleias-cachalote passam até 50 minutos submersas em busca de alimento, emergindo por curtos períodos. É nesses momentos, próximos à superfície, que ocorrem suas interações sociais mais intensas.

Para os pesquisadores, os sons emitidos podem não parecer nada complexos, a princípio. No entanto, ao eliminar pausas entre

os cliques, surgem padrões comparáveis à fala humana. Assim como pessoas modulam as pregas vocais para formar diferentes sons, as baleias manipulam suas vocalizações para transmitir significados distintos.

O linguista Gaper Begu, responsável pelo estudo, frisa que o nível de complexidade observado supera o de outras espécies já analisadas. “Elas têm vidas muito diferentes das nossas, mas há muitos pontos em comum. Têm estruturas sociais complexas, cuidam umas das outras e compartilham comportamentos culturais.”

Para os pesquisadores, a expectativa é de que, no futuro, seja possível decifrar completamente esses sinais. Com isso, eles acreditam que será possível estabelecer algum tipo de comunicação entre humanos e esses animais.

SUPERENDIVIDAMENTO

Inadimplência atinge 47% dos lares no DF

Com quase metade das famílias sem condições de arcar com seus compromissos financeiros, o Distrito Federal enfrenta uma crise silenciosa que atinge até quem tem renda estável e transforma o crédito em armadilha cotidiana

» PAULO GONTIJO

Quase metade das famílias do Distrito Federal não conseguem pagar suas contas em dia. O dado, por si só, expõe uma crise silenciosa: 47,1% dos lares estão inadimplentes, índice muito acima da média nacional, de 29,6%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), divulgada pela Fecomércio-DF. Por trás dos números, há histórias que não cabem nas estatísticas: trabalhadores com renda estável, servidores públicos e famílias inteiras vivendo no limite, onde o salário mal entra na conta antes de desaparecer.

Todo mês, a professora Larissa Rocha repete o mesmo ritual: espera o salário cair e, em questão de horas, vê o dinheiro evaporar. Não sobra nada. Às vezes, falta.

“Eu comecei a usar o dinheiro do mês seguinte para cobrir o atual. E isso virou um ciclo”, conta. O cartão de crédito, que antes era um apoio pontual, se transformou em armadilha. Juros, taxas e parcelamentos se acumularam até que o básico — contas, alimentação e transporte — passou a consumir tudo o que entra.

Larissa trabalha, paga dívidas antigas, tenta se reorganizar. Ainda assim, vive sob tensão constante. “Se eu compro alguma coisinha, posso me afundar mais. Meu salário, hoje, serve só para pagar contas.”

A história dela não é exceção. No Distrito Federal, 841.657 famílias estão endividadas, de acordo com a CNC. E, embora o índice geral tenha se mantido estável, o número de inadimplentes cresce: são 497.433 famílias com contas em atraso.

Perfil invisível

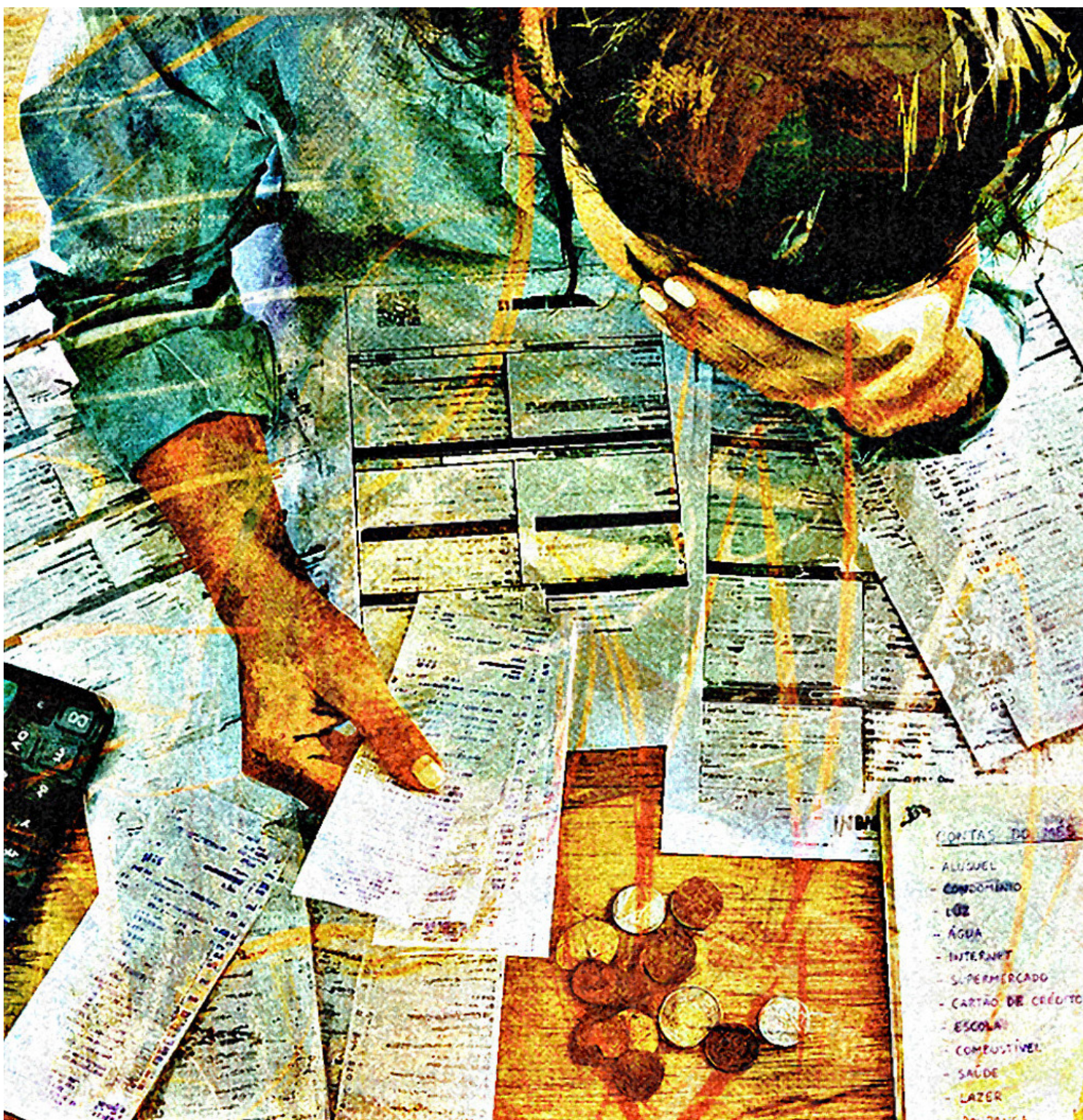
O retrato do superendividado no DF desafia o senso comum. Segundo dados da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), a maioria não está na base da pirâmide social. São mulheres, entre 30 e 50 anos, com renda acima de R\$ 5 mil, muitas delas servidoras públicas. Ou seja: pessoas com renda regular, acesso a crédito e, em tese, estabilidade.

Mas é justamente esse perfil que se torna alvo de ofertas agressivas de crédito consignado, antecipação de salário e limites elevados no cartão. O resultado é uma falsa sensação de segurança.

“Quando a renda não acompanha os compromissos, qualquer imprevisto vira um gatilho”, explica o advogado especialista em direito do consumidor Igor Ramalho. “Doença, divórcio, desemprego na família, tudo isso pode levar ao superendividamento, mesmo sem má-fé.”

Para o economista Newton Marques, ex-professor da Universidade de Brasília (UnB), o problema tem raízes estruturais. “Basicamente, existem dois motivos: deseducação financeira e má distribuição de renda. E agora, uma novidade: as apostas, que são um subproduto dessa falta de educação financeira”, afirma.

Segundo ele, o cenário se agrava pela combinação de crédito fácil e juros elevados. “Dinheiro na mão vira vendaval quando não existe planejamento financeiro. Com juros altos, fecha-se um ciclo



só aparência? Não tem nada que valha minha paz.”

Mínimo existencial

Desde 2021, a Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021) tenta oferecer uma saída para casos como esses. A legislação permite que o consumidor renegocie todas as dívidas de uma vez, em um plano único, com prazo de até cinco anos, uma espécie de recuperação financeira da pessoa física.

O objetivo é garantir o chamado mínimo existencial: um valor que deve ser preservado para despesas básicas como alimentação, moradia e saúde. “Ninguém pode ser obrigado a passar necessidade para pagar dívida”, resume o advogado Igor Ramalho. “A dignidade vem antes do crédito.”

Na prática, porém, o valor considerado mínimo é alvo de críticas. Hoje, gira em torno de R\$ 600, conforme regulamentações federais. Para especialistas, está longe de ser suficiente. “Esse mínimo é insuficiente. Só habitação e transporte já consomem tudo. E a comida? E os remédios?”, questiona o economista Newton Marques.

Mente em risco

O impacto das dívidas vai além do financeiro. Ele se instala no cotidiano, na saúde mental e nas relações pessoais. A psicóloga Gabriela Almeida descreve um estado constante de alerta: “A pessoa não consegue relaxar. Mesmo descansando, sente que deveria estar resolvendo aquilo.”

Ansiedade, insônia, irritabilidade e queda de produtividade são sintomas frequentes. O problema também afeta a autoestima. “Muitos passam a se ver como incapazes. E o dinheiro vira uma medida de valor pessoal.”

Paradoxalmente, o consumo pode se intensificar nesse cenário. Não por necessidade, mas como tentativa de alívio emocional. “O cérebro aprende que comprar traz um alívio imediato. Mesmo que depois venha a culpa.”

Saídas possíveis

Apesar do cenário crítico, há caminhos. O primeiro passo, segundo especialistas como o advogado Igor Ramalho, a psicóloga Gabriela Almeida e o economista Newton Marques, é buscar ajuda jurídica e psicológica.

A Defensoria Pública do Distrito Federal registrou 2.796 atendimentos relacionados ao superendividamento em 2025. Só nos três primeiros meses de 2026, foram 871 assistidos, segundo o Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon/DPDF).

Mutirões de renegociação, programas de educação financeira e atendimento especializado têm ajudado consumidores a reorganizar suas finanças.

Mas a solução estrutural passa por prevenção. “O principal é gastar apenas o que se ganha e evitar crédito, porque os juros são abusivos. O consumo deve ser para o essencial, não para o supérfluo”, orienta Newton Marques.

Educação financeira nas escolas, regulação mais rígida do crédito e maior transparência nas ofertas são apontadas como medidas essenciais para evitar que o problema continue crescendo.

Comecei a usar o dinheiro do mês seguinte para cobrir o atual. E isso virou um ciclo. Meu salário, hoje, serve só para pagar contas”
Larissa Rocha, professora

vicioso difícil de romper.”

Bola de neve

A história de Arthur Costa, 33 anos, morador de Ceilândia, mostra como o colapso pode ser rápido e profundo. Autônomo, ele viu sua renda desaparecer durante a pandemia. As parcelas, no entanto, continuaram chegando.

“Eu tinha começado a mobiliar minha casa. Depois veio o lockdown. Fiquei meses sem renda, mas as dívidas continuaram”, lembra.

Sem alternativa, passou a usar o cartão para sobreviver. Compras básicas, supermercado, contas essenciais, tudo parcelado. Hoje, o que entra já sai automaticamente para cobrir dívidas antigas.

“Não sei mais o que é lazer.

497.433 FAMÍLIAS
estão com as contas em atraso, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), divulgada pela Fecomércio-DF

Não consigo comprar o básico para meus filhos. Meu carro está em nome de um amigo, pois não posso ter nada no meu.” A dívida, que começou como solução emergencial, virou um ciclo difícil de romper, uma bola de neve alimentada por juros altos e crédito fácil.

No Distrito Federal, o cartão de crédito segue como principal modalidade de endividamento, presente em 86,9% das dívidas contratadas, segundo a CNC. O percentual é ainda maior entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, grupo no qual o cartão responde por 92% das dívidas. Entre aquelas com renda superior a 10 salários mínimos, o índice é de 76,0%.

Para Newton Marques, o comportamento de pagar apenas o

valor mínimo da fatura é um dos principais agravantes. “Se a pessoa não paga o total e fica só no mínimo, a dívida vira uma bola de neve”, resume.

Ponto de ruptura

Para a funcionária pública Suzi Fernandes, o momento mais crítico não foi o acúmulo da dívida, foi a percepção dela. “Só senti a realidade quando já não tinha mais limite no banco e estava nas mãos de um agiota”, relata.

Na época, grávida, Suzi não trabalhava no serviço público. Era empresária, dona de uma escola de reforço escolar. Ao se afastar por conta da gestação, viu a renda cair enquanto os custos aumentavam. Recorreu ao crédito para manter o

negócio funcionando.

“O mais difícil foi quando meu filho nasceu. Eu morava com meus pais, mas precisei me mudar com meu filho recém-nascido e minha filha adolescente. Teve um momento em que vi meus filhos tão dependentes de mim e eu incapaz, fazendo tanta besteira, e eles tão indefesos. Foi aí que percebi que tinha que amadurecer e mudar essa situação”, conta.

O ponto de virada veio com essa consciência. Suzi reorganizou a vida a partir de uma decisão radical: parar de consumir. Foram 12 meses sem compras pessoais. Um “detox financeiro” que mudou não só o orçamento, mas a relação com o dinheiro.

“Hoje eu penso: eu preciso disso? Isso vai me fazer melhor ou é

Qualquer imprevisto pode virar um gatilho. Doença, divórcio, desemprego na família, tudo isso pode levar ao superendividamento”
Igor Ramalho, advogado



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com

Governadora pede apoio da oposição para vencer a crise nas finanças

A governadora Celina Leão, em sua ofensiva para encontrar soluções para a crise financeira do Governo do Distrito Federal, se reuniu na manhã de ontem com deputados distritais da oposição. Ela pediu ajuda para abrir o diálogo com o Palácio do Planalto e intermediação para uma audiência com o presidente Lula. O quadro apresentado por Celina aos deputados foi de extrema gravidade nas contas públicas. Segundo parlamentares, o buraco deste ano chega a R\$ 3 bilhões. E os problemas são grandes na saúde. A governadora convocou o secretário de Saúde, Juracy Cavalcante, para um diagnóstico sobre as filas e outros problemas no atendimento público.

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília



Distritais se comprometem a ajudar

Em três horas de reunião, Celina também apresentou medidas que pretende adotar para reduzir despesas, como corte de aluguéis de prédios para alocar órgãos públicos e redução de contratos com empresas terceirizadas. A situação do BRB, segundo a governadora, é realmente grave e, por isso, a ajuda do governo federal é importante. Estavam presentes no encontro, no Palácio do Buriti, os três deputados do PT, Chico Vigilante, Gabriel Magno e Ricardo Vale, além de Fábio Felix (PSol) e Dayse Amarílio (PSB). Max Maciel (PSol) não participou porque está fora de Brasília. A deputada Paula Belmonte (PSDB) também foi convidada, mas não compareceu. "Vou tentar ajudar. O presidente Lula gosta muito de Brasília. Não podemos deixar a cidade nessa situação", afirma o líder do PT na Câmara Legislativa, Chico Vigilante.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Crise na UnDF

Os distritais discutiram também com a governadora Celina Leão a questão da greve da UnDF. Dois professores e dois alunos da universidade estiveram na reunião para apresentar suas reivindicações. A nova chefe do Buriti disse que vai entrar mais diretamente no assunto. Em plena crise financeira, a UnDF transferiu seu campus do Lago Norte para um prédio do Iesb em Ceilândia, pelo custo de R\$ 100 milhões em cinco anos. Os deputados distritais saíram com a sensação de que a reitora da universidade do DF, Simone Benck, terá temporada encurtada no comando da instituição.

Comando do TJDF toma posse na próxima quarta-feira

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) dará posse, na próxima quarta-feira, à nova administração, para o biênio 2026-2028. A cerimônia será realizada às 16h, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno. O desembargador Jair Soares (foto) assumirá a Presidência do Judiciário do DF no lugar do desembargador Waldir Leônico Júnior. Na mesma solenidade, o desembargador Fernando Antonio Habibe Pereira tomará posse como 1º vice-presidente; o desembargador Teófilo Rodrigues Caetano Neto, como 2º vice-presidente; e Arnaldo Camanho de Assis, no cargo de corregedor da Justiça. A eleição por unanimidade dos novos dirigentes foi realizada pelo Tribunal Pleno, em 24 de fevereiro, com quórum de 45 desembargadores.

Divulgação



MPDFT quer que soldado acusado de feminicídio seja transferido para a Papuda

O promotor de Justiça Leonardo Jubé, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), pediu à Justiça que autorize a transferência do soldado Kelvin Barros da Silva, acusado de assassinar a cabo Maria de Lourdes Freire Matos, para o Complexo Penitenciário da Papuda. O militar está detido no Batalhão da Polícia do Exército de Brasília. O promotor argumenta que a custódia deve ser em prisão comum, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a competência para processar e julgar o soldado pelo crime de feminicídio é do Tribunal do Júri e não da Justiça Militar.

Reprodução/Redes Sociais



Divulgação/TRE-DF



Homenagem pelo conjunto da obra

O desembargador Diaulas Costa Ribeiro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, recebeu a Medalha do Mérito Eleitoral do DF, na categoria Comendador, concedida a personalidades que tenham colaborado com serviços prestados à Justiça Eleitoral. A outorga foi feita pelo presidente do TRE-DF, desembargador Jair Soares. O presidente enalteceu a trajetória profissional de Diaulas, destacando seus anos dedicados ao Ministério Público do Distrito Federal, ao Tribunal de Justiça do DF e ao ensino superior do direito.

Sala vip do BRB em foco

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) admitiu uma representação do vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Ricardo Vale (PT), com pedido de apuração de possíveis irregularidades em contrato de patrocínio de sala VIP no Aeroporto de Brasília firmado pelo BRB e pela BRB Card. O Tribunal determinou que o BRB, a BRB Card e a concessionária apresentem, em até cinco dias, explicações detalhadas e documentos sobre o contrato, incluindo estudos de viabilidade, motivação administrativa e a compatibilidade do gasto, estimado em R\$ 58,3 milhões. A representação de Ricardo Vale aponta possível uso inadequado de recursos públicos em um momento de fragilidade do banco e reforça a necessidade de rigor na gestão.

Divulgação



De olho no debate

A advogada Máira Konrad de Brito acompanhou ontem os debates no 6º Brasília Summit, com discussões sobre eficiência em gestão. Tinha a seu lado os advogados Jessica Oliva e Antônio Carlos de Brito.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

BRB

Governadora do DF lembrou que o banco Digimais foi socorrido com R\$ 9 bilhões, mas o Banco de Brasília não recebeu aceno de auxílio. "Fazer para um e não fazer para outro? E nós aqui precisamos de menos, de R\$ 6 bilhões", questionou

Celina lamenta falta de ajuda do governo federal

» SAMANTA SALLUM

Junto do presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson de Souza, a governadora do Distrito Federal, Celina Leão, participou do Brasília Summit na manhã de ontem. Ela contou que não teve resposta alguma do governo federal ao seu pedido de ajuda. "Está parecendo que não há mesmo vontade em colaborar com o banco da nossa cidade. Sou governadora de direita. Mas, todas as vezes que tiver que conversar sobre a minha cidade com o presidente (Lula, do PT), eu estarei pronta. E eu esperava isso também dele (Lula), mas não aconteceu", lamentou a governadora ao falar com a imprensa.

A chefe do Executivo local apontou que o governo federal,

nesta semana, socorreu o banco Digimais. "Eu acho que é missão mesmo do governo federal fazer. Mas fazer de um e não fazer de outro? Para o Digimais, foram R\$ 9 bilhões. Nós precisamos de menos de R\$ 6 bilhões", questionou.

A liquidação do Master pelo Banco Central, no final de 2025, atingiu outras instituições financeiras. Entre elas, a Digimais, banco do líder religioso Edir Macedo. A instituição já enfrentava crises e processos judiciais. E, segundo a declaração de Celina Leão, acaba de receber ajuda federal.

Fundo Constitucional

A governadora do DF, no discurso oficial, defendeu ainda a mudança de matriz econômica da capital federal para não depender de

"esmola" da União. "A gente não pode mais esperar esmola do Fundo Constitucional, com todo respeito. Porque por duas vezes, só neste meu mandato, tentaram nos tirar, para praticamente mostrar para o DF: olha, sem nós, vocês não funcionam", frisou.

Segundo ela, a capital federal deve buscar uma nova vocação econômica, além de ser sede administrativa dos Três Poderes, para depender menos de verbas federais. "Essa cidade tem que levantar a sua cabeça, tem que buscar vocação financeira e econômica."

Sobre o BRB, sustentou que é um banco "sólido". "É bom que se faça uma separação do que é Master do que é BRB. O BRB é vítima de uma situação que aconteceu. Mas é um banco que tem valor de mercado, que tem mais de

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Declarações da governadora foram feitas por ocasião do Brasília Summit

30 mil contas jurídicas, quase 800 mil contas individuais, é um banco que tem várias formas de sair deste momento. E irá sair deste momento", afirmou.

A atual líder do GDF destacou

que teve a preocupação de realizar um planejamento estratégico antes de assumir o governo. "Agora, como governadora do Distrito Federal, tenho essas duas premissas básicas, que são

eficiência e eficácia. Eficiência é você alcançar o objetivo, eficácia com o menor tempo possível, com o menor recurso possível".

Nova gestão

O presidente da BRB, Nelson de Souza, elencou os pilares da nova gestão do banco: elevar o nível de exigência de todas as decisões, foco em eficiência operacional, melhoria de governança e disciplina na administração. "Estamos revisando processos e fortalecendo controles", reforçou durante o Brasília Summit.

O executivo não falou muito. Não deu detalhes sobre as medidas que estão sendo tomadas para tirar o BRB da crise. Mas destacou: "Tenho plena convicção de que estamos no caminho certo". Nelson de Souza fez questão de repetir que o BRB não vai quebrar. "Seguiremos fortes, sólidos e, acima de tudo, presentes na vida de Brasília, especialmente na vida de quem mais precisa, sem perder a essência. Somos um banco público, com o compromisso direto com o desenvolvimento econômico e social."

O Brasília Summit foi realizado pelo Lide — Grupo de Líderes Empresariais em parceria com o Correio Braziliense. O tema desta edição foi eficiência na gestão pública. O evento reuniu autoridades, especialistas e lideranças, no Brasília Palace, para debater caminhos mais estratégicos para o desenvolvimento do país.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

As músicas de Vladimir

Recebi um precioso presente, que vou dividir com vocês no papel impresso: o link do programa *Memória Musical*, da antiga Rádio Nacional (atual EBC) com o nosso amigo Vladimir Carvalho, que nos deixou há dois anos. É isso mesmo. O programa foi gravado em 7 de março de 2013 por Márcio Lacombe. Os que tinham uma imagem dogmática de Vladimir se surpreenderão. A sua voz, agora, parece vir de outro mundo, para evocar as músicas marcantes de sua vida. A primeira é *Cheek to cheek*, com Louis Armstrong e Ella Fitzgerald. É uma canção que vem envolvida pelas reminiscências

da infância e da adolescência. Ouçamos a voz de Vladimir: "Enquanto cuidava dos afazeres domésticos minha mãe cantava. E uma das canções era *Cheek to cheek*. Afiora a ternura que sinto por minha mãe Maria José, Mazé".

A segunda música, *Adágio*, de Abinoni, foi um sopro de sugestão que Vladimir recebeu do irmão mais novo, Walter Carvalho. "E, para mim, foi uma coisa sublime. É ambivalente, se estou triste, ponho o *Adágio*. É como um frescor na alma. Se estou muito alegre, está na hora de celebrar."

Vozes da seca, de Luiz Gonzaga, a terceira canção, está no sangue do menino nordestino. Vladimir a usou como trilha sonora do filme *O homem de areia*, sobre José Américo de Almeida, escritor e governador da Paraíba: "Gonzagão era um gênio, mostra a seca quase como um carma do nordestino. Por

sorte ou infelicidade, durante uma seca, José Américo distribuiu dinheiro. Recorri a *Vozes da seca*: mas, doutor dar uma esmola a um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão".

A quarta música é o *Hino da internacional comunista*, composto em 1871, com música da Marselhesa, o hino da França. Depois, ganhou outra melodia: "É um hino, fabulosamente, integrado à luta das massas. É de uma força extraordinária. Quem foi para a rua na década de 1960, cantou. Conclama: 'De pé, ó, vítimas da fome, famélicos da Terra'".

Quando entrevistou Renato Russo para o filme *Rock Brasília - A era de ouro*, o roqueiro disse a Vladimir que *Faroeste Caboclo* não era nada mais do que um cordel. "São 157 versos. Encontro muita rapaziada nova que sabe de cor, fazem quase um coral

acompanhando. Como nordestino, me deixa comovido".

A primeira vez que Vladimir conheceu a sexta música escolhida, *Rock around the clock*, com Bill Halley e seus Cometas, foi em uma sessão matinal do Cine Rex, no centro de João Pessoa. Todos caíram na dança seduzidos pelo ritmo irresistível: "Quebraram tudo, o dono teve de reformar o cinema."

"Quem é esse que conhece Alagoas e Gerais/De quem é essa ira santa?", indaga a letra de Fernando Brandt, na canção *O menestrel de Alagoas*, outra preferida de Vladimir, cantada por Fafá de Belém, no filme *O evangelho segundo Teotônio*: "Quando Teotônio (Vilela) morreu, me meti em um avião com a equipe a Maceió e me encontrei com Fafá de Belém no avião. Pedi que ela cantasse ali para eu filmar, mas a empresária não deixou. No entanto, Fafá soltou a garganta em um

comício enorme com Mário Covas. É essa música que carrega o filme sobre Teotônio".

Quando ouvia o *Coro dos escravos*, do Coral Nabuco, sempre visualizava os escravizados carregando pedras no martírio cotidiano. Estava na sala de montagem do filme *Contrerraes velhos de guerra*, com as imagens dos buracos e voçorocas da Ceilândia dos tempos iniciais, para onde foram levados os candangos que construíram Brasília: "Ergueram os barracos frágeis, levavam as crianças, pareciam sobejos da seca. Lembrei do *Coro dos escravos* e se encaixou que é uma beleza."

E a *Memória Musical* se encerrou em alto astral, com o *Hino do Flamengo*, de Lamartine Babo. "Sei que posso contrariar minorias, mas o meu Flamengo tem uma das maiores torcidas do mundo. Fechou nossa conversa com chave de ouro."

DIA DO CICLISMO / Apesar dos avanços na infraestrutura da cidade, quem usa a bicicleta como veículo de locomoção reclama da manutenção das ciclovias, que danificadas podem causar acidentes

Ciclistas cobram mais segurança

» LUANA NOGUEIRA

Luana Nogueira/CB/DA Press



Jesiel Batista Gomes destaca os benefícios do ciclismo para o bem-estar

DF conta com uma malha cicloviária de 745 km, segundo a Secretaria de Mobilidade (Semob-DF). Ciclistas reconhecem que a cidade oferece infraestrutura para quem pedala, no entanto, cobram mais segurança na locomoção diária. Ontem, Dia Mundial do Ciclista, o Departamento de Trânsito (Detran-DF) promoveu uma ação educativa no Parque da Cidade voltada para a segurança dos amantes do pedal.

Jesiel Batista Gomes, de 55 anos, aproveita todo o tempo livre que tem para ir ao Parque da Cidade praticar o seu hobby favorito: o ciclismo, uma paixão que começou há 10 anos e que remete o auxiliar de limpeza à infância, promovendo vitalidade.

"Eu vejo os benefícios de andar de bicicleta em todos os aspectos da minha vida, sinto mais alegre, mais disposto para trabalhar, com mais saúde. Eu, por exemplo, tenho 55 anos, trabalho com um rapaz que é jovem e ele quase não consegue alcançar o meu pique. Eu me sinto até mais jovem por causa do ciclismo".

Por conta dos benefícios gerados, Jesiel acha necessário haver mais segurança para quem pedala. "Seria bom se construísem ciclovias corretas, com menos relevos, mais retas, melhor sinalizadas. Além disso, é necessário dar manutenção nas ciclovias que já existem, tem ciclovias aqui no DF que é cheia de buracos, e quando chove fica muito perigoso."

Jesiel já sentiu na pele a falta de segurança para ciclistas. No ano passado, por causa de um acidente que sofreu andando de bicicleta, fraturou a clavícula e precisou ficar afastado do trabalho durante seis meses.

"Eu estava na altura da EPTG quando a ciclovias fez uma curva e, como o chão estava desnivelado, e bati na quina da calçada e fui jogado longe. Isso porque eu estava em uma velocidade bem baixa, quase parado", explicou.

Mortes por acidentes ainda são uma realidade frequente para os amantes do pedal. De acordo com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF), em 2025, foram registradas 17 mortes

Artigo

Brasília é ciclável? Por quê?

Brasília vive um desafio que nasceu com ela há 66 anos. Naquela época, o carro era considerado o veículo do futuro, que todos teriam na garagem, e o modernismo, com suas faixas amplas, garantiria viagens rápidas. Hoje, existe uma visão diferente do que é uma boa cidade para seus moradores, e a mobilidade ativa e sustentável faz parte dela.

Brasília vive os vícios de uma cidade desenvolvida para os carros: vias de alta velocidade projetadas para dar fluidez ao transporte individual, enquanto o transporte público e a mobilidade ativa ficam com as bordas. Temos que desviar, fazer voltas e parar sempre que for necessário para que o carro passe tranquilamente. Podemos observar que nossas

ciclovias se tornam desconectadas em locais onde há cruzamentos com carros e o poder público não teve coragem de resolver.

Ao mesmo tempo, as velocidades das pistas assustam as pessoas nas calçadas, nas ciclovias e até nos ônibus, com sua violência. Já conversei com diversas pessoas que têm medo de andar de bicicleta na cidade. Tento construir em suas mentes um quadro em que elas tentam pedalar em uma pista de baixa velocidade, mas é uma visualização difícil de se fazer morando em Brasília. A velocidade está impregnada na mente e nos costumes da cidade.

Dessa forma, os estímulos que temos para pedalar pela cidade são os inerentes à bicicleta. Quem pedala tem mais saúde, conhece

as pessoas da região, as lojas, os sons e as cores, porque a velocidade em que transitamos permite que tenhamos o tempo e a atenção necessários para isso. Ao mesmo tempo, economiza, pois escolheu um modal com muito menos custos que o carro.

Para que Brasília seja ciclável, a lógica de prioridade do carro deve ser quebrada. Para isso, devemos desestimular seu uso. Temos que aumentar a infraestrutura para bicicletas, pedestres e transporte coletivo, adaptando as pistas da nossa cidade. Temos que deixar que as bicicletas e os ônibus fluam, e que os carros parem. Assim, criaremos uma cidade que movimentará mais gente e gasta menos em viadutos.

Rafael Barros Dorneles, coordenador-geral da ONG Rodas da Paz

de ciclistas, em 2024 houve 18 óbitos e em 2023, 21.

Magda de Melo Brandão, gerente de ação educativa de trânsito do Detran-DF explica que o ideal é zero sinistro para condutores, pedestres e ciclistas. Para que isso ocorra, segundo ela, é crucial que haja

um relacionamento harmonioso entre todos. "O carro precisa dar preferência para o ciclista e deve obedecer a distância lateral de um metro e meio. O ciclista é frágil, ele não tem nada que possa protegê-lo. Então, qualquer coisa, até o vento pode desequilibrá-lo".

Na visão da especialista, os ciclistas, por sua vez, devem tomar medidas de segurança para se protegerem no trânsito. "Eles devem sempre fazer a circulação pelo bordo da via, no sentido dos veículos, e circular em ciclofaixas e ciclovias sempre que possível."

Saúde e bem-estar

Carlos Carneiro de Mendonça Neto tem 61 anos e é corretor de imóveis. A bicicleta entrou na vida dele quando tinha apenas 10 anos. Quando criança, a bicicleta era brincadeira, quando jovem virou aventura e competição e, agora mais maduro, é lazer. Mas sabe o que a bike nunca deixou de representar bem-estar.

"É o que mantém a minha saúde, tanto mental quanto física. Eu me sinto mais disposto, durmo bem, me ajuda a ter mais sanidade mental. Eu mesmo tenho 61 anos, eu não tomo remédio para nada, meu remédio é bicicleta, é um psiquiatra, um psicólogo, uma academia. Se eu ficar sem bicicleta é um vazio enorme que fica na minha vida."

Carlos coleciona medalhas e

troféus de competições que realizou durante a vida, nas modalidades de asfalto e trilha. Até viagem do corretor já fez em sua bicicleta. Hoje, apesar de não competir mais, ele percorre Brasília inteira em cima da sua bike.

Incentivos

O Programa Vai de Bike do Governo do Distrito Federal (GDF), lançado em setembro de 2024, prevê a construção de 300km de infraestrutura cicloviária em todo o Distrito Federal. Em 2024 foram concluídos 20,19km de ciclovias e, em 2025, mais 34km. Para 2026, a previsão é finalizar 140km de ciclovias, que estão em obras.

A reportagem não conseguiu contato com a Novacap para falar sobre a manutenção das ciclovias. O espaço está aberto para manifestações.

ANEEL AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90005/2026 – UASG 323028

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO por grupo, cujo objeto é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de desenvolvimento e manutenção de soluções de software e de dados, incluindo gestão de projetos, agilidade, arquitetura, design, engenharia, elicitação de requisitos, análise, modelagem, codificação/parametrização, testes e controle de qualidade, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sob demanda, nos moldes da Portaria SGM/MI nº 750, de 2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A abertura da sessão será às 10h00, do dia 05/05/2026, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sites <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

ANDERSON VIERA MARTINS
Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

ANEEL AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo nº 48500.024526/2025-37. Intimado: Mariana Rodrigues Costa. Assunto: A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – C-PAD constituída por meio da Portaria ANEEL nº 6990, de 7 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 12 de agosto de 2025, edição 151, seção 2, página 51, prorrogada pela Portaria nº 7.001, de 29 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União, edição 186, em 30 de setembro de 2025, reconduzida pela Portaria nº 7.031, de 04 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União, edição 232, em 5 de dezembro de 2025, e prorrogada pela Portaria nº 7.051, de 02 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial da União, edição 24, seção 1, página 64, em 4 de fevereiro de 2026, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, por meio do presente Edital, faz a presente CITAÇÃO à ex-servidora Mariana Rodrigues Costa para tomar ciência do Termo de Indiciamento emitido e para, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação deste edital, apresentar defesa escrita no referido processo. Com vistas a lhe dar conhecimento dos fatos, possibilitar-lhe o acompanhamento da apuração, à ampla defesa e ao contraditório, que lhe é garantido pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, informo-lhe está concedido acesso para visualização e acompanhamento do processo "nº 48500.024526/2025-37" por meio de solicitação encaminhada para a Comissão Processante, no endereço corregedoria@aneel.gov.br, com a indicação do número do processo. Esta Presidente está disponível para esclarecimentos ou outras comunicações, por meio do e-mail anapaulazevedo@aneel.gov.br e no telefone (61) 2192- 8092. Informamos que a confirmação de recebimento deste Mandado, bem como o envio de defesa escrita, deve ser realizada, preferencialmente, com comunicação para o e-mail anapaulazevedo@aneel.gov.br, com cópia para corregedoria@aneel.gov.br, ou entregue via protocolo digital da ANEEL para encaminhamento para a Corregedoria. Caso não seja apresentada a defesa no prazo firmado, será decretada a revelia. A citação por Edital fez-se necessária por a ex-servidora se encontrar em local incerto e não sabido, após reiteradas tentativas de comunicação via postal das demais comunicações no transcorrer deste processo.

Brasília, 14 de abril de 2026

(Assinado digitalmente)
ALYSSON FABIO ROCHA FERNANDES
Membro da Comissão

(Assinado digitalmente)
AUGUSTO MEIRA HOMRICH
Secretário da Comissão

(Assinado digitalmente)
ANA PAULA CHAVES AZEVEDO DE AQUINO
Presidente da Comissão

SECRETARIA EXECUTIVA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

Pregão Eletrônico nº 90002/2026

O objeto da presente licitação é contratação de serviços de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, na modalidade Franquia Mensal de Páginas + Excedente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

EDITAL: Disponível na *Internet* nos endereços: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php

ABERTURA: 05/05/2026, às 10h (dez horas), no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

Débora de Carvalho Sousa
Chefe da Divisão de Compras e Licitações

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 90005/2026

UASG 253002

Objeto: Aquisição de material de consumo para formação de registro de preços mediante assinatura de atas nos termos do edital.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 05/05/2026, às 10:00h, www.compras.gov.br.

INFORMAÇÃO GERAL: O edital encontra-se à disposição dos interessados no site oficial do Governo Federal: www.compras.gov.br e na Coordenação de Licitações Públicas - COLIP/GGAF/ANVISA, localizada no SIA, Trecho 5, Área Especial nº 57, Bloco D, Térreo, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:59 horas.

RENATA MENESES DE MELO
Coordenadora de Licitações Públicas



“A Terra era como um barco salva-vidas pairando tranquilamente no universo”
Christina Koch, astronauta da Artemis II



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Itaú Unibanco vai comprar ativos do BRB



O banco Itaú Unibanco divulgou comunicado em resposta a questionamento feito pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acerca de notícia publicada pelo **Correio Braziliense**. O Itaú Unibanco confirmou que uma de suas subsidiárias “celebrou instrumento por meio do qual se comprometeu a adquirir” ativos do Banco de Brasília (BRB). Não foi informado valores ou detalhes do acordo. O Bradesco também está na negociação, em consórcio com o Itaú.



Paulo H. Canhalho/Agência Brasília

Valores envolvidos “imateriais”

O diretor de Relações com Investidores do banco, Gustavo Lopes Rodrigues, assinou o informe oficial. Esclareceu à CVM porque a instituição não publicou Fato Relevante para divulgar a aquisição. “Não obstante, os valores envolvidos na referida transação são imateriais para a Companhia, de acordo com os seus critérios, razão pela qual tal transação não se qualifica como “Fato Relevante” para o Itaú Unibanco para fins da legislação”, respondeu.

Negociação com BTG

Segundo matéria de jornalista do **Correio Rosana Hessel**, publicada na terça-feira, o banqueiro André Esteves, do BTG, afirmou em evento em São Paulo que estaria avaliando a aquisição de ativos do BRB e que Itaú Unibanco e o Bradesco “já negociaram com o BRB R\$1 bilhão em carteiras de contratos de empréstimos concedidos pelos estados e municípios com aval da União”.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Celina afirma que não teve acesso a resultado de auditoria

A governadora do DF, Celina Leão, informou que não recebeu o resultado da auditoria externa realizada no BRB que apurou o tamanho do rombo e as falhas de gestão nas operações com o Master. “É preciso ainda manter sigilo sobre informações por ser tratar de um banco. O zelo que está sendo tomado é para cuidado da instituição. As auditorias que estão sendo entregues não estão passando nem por mim, que sou, na condição de governo, a acionista controladora. Tudo está sendo encaminhado somente para órgãos de controle, Polícia Federal, Ministério Público, e PGR também”, alegou.

Sigilo

Em conversa com a imprensa, durante o Brasília Summit, ontem, Celina explicou que, no momento, não pode mais detalhar as próximas providências para tirar o BRB da crise. Ela disse que informações fora da hora podem atrapalhar o avanço das negociações devido à sensibilidade do mercado financeiro.

“O que eu posso garantir a todos vocês é que todas as medidas necessárias estão sendo tomadas. Todas elas dentro do aspecto da transparência, da austeridade, do compromisso por parte da controladoria aqui do GDF”

Celina Leão, governadora do Distrito Federal

O meu caminho para Brasília, de JK

O presidente do Lide-DF, Paulo Octávio, fez uma reflexão, durante o Brasília Summit, inspirada nos registros de Juscelino Kubitschek. Comparou a determinação e o planejamento de JK em cumprir metas com a atual escassez de propostas de desenvolvimento do país. “Lendo o livro *O meu caminho para Brasília* de JK, eu consigo entender que tudo é possível, que é possível cumprir metas, desde que você tenha metas. O que nós vivemos no Brasil, hoje, é muita falta de planejamento. Eu vejo muitas candidaturas colocadas em nível municipal, federal e estadual, mas não vejo propostas. E quando a gestão pública é comandada por pessoas que não têm planejamento, não têm propostas, ela fica despedaçada”, avaliou.



Marelio Ferreira/CB/D.A. Press

Cai de 8% para 5,7% projeção de expansão do setor de seguros para 2026

A revisão das estimativas do mercado de seguros reflete cenário macroeconômico desafiador, com avanço mais moderado em alguns segmentos. Mas seguros de saúde, automóvel e habitacional continuam em alta. A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) apresentou, ontem, as novas projeções para 2026. O setor — que tinha feito uma prévia em dezembro passado — deve manter trajetória de crescimento, ainda que em ritmo moderado, com expansão nominal de 5,7% na arrecadação.

R\$ 808 BILHÕES

Projeção da arrecadação para 2026

Saúde suplementar

O segmento de saúde suplementar deve continuar como um dos principais vetores de expansão do setor, com crescimento projetado de 9% na arrecadação.

Ed Alves/CB/D.A. Press



De olho na inflação e nos juros

O desempenho esperado ocorre em um ambiente macroeconômico que combina inflação próxima de 3,9%, crescimento do PIB em torno de 1,8% e taxa básica de juros acima de 12% ao ano, fatores que seguem condicionando o ritmo de expansão. “Como o setor de seguros é um reflexo direto da saúde da economia, qualquer redução na atividade econômica ou na renda das famílias acaba resultando em uma menor demanda por proteção”, afirmou o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

Herança de sangue

Durante julgamento, ontem, depoimentos de dois acusados divergiram entre si. Um deles declarou ter sido coagido e apontou participação de uma das 10 vítimas da família morta. O terceiro se manteve calado no plenário. Interrogatórios continuam hoje

Contradições entre réus da chacina

» DARCIANNE DIOGO

Por mais de seis horas, Gideon Batista, apontado como o mentor da chacina que dizimou 10 pessoas da mesma família, surpreendeu jurados, advogados e promotores com o depoimento prestado perante o conselho de sentença no júri, no Fórum de Planaltina. Pausada e detalhadamente, narrou uma versão completamente oposta à acusação e colocou-se na posição de vítima. A declaração diverge da relatada por Fabrício Silva, o terceiro réu a depor, que atribuiu a Gideon o papel de mandante do plano sangrento.

Gideon foi o primeiro da lista dos cinco réus a prestar depoimento, ontem. Iniciou afirmando ser graduado em pedagogia. Nas primeiras palavras, foi curto e direto: não participou dos crimes e foi coagido. Segundo ele, estavam por trás do esquema criminoso Carlomam dos Santos (um dos réus), Fabrício e Thiago Belchior, uma das vítimas mortas.

Conforme narrado, Carlomam e Fabrício o renderam na chácara de Marcos Antônio — patriarca da família e uma das vítimas —, assim que ele chegou de carro. Gideon alegou que amarraram suas mãos e o levaram para o imóvel. “Eles exigiram a chave da casa

que eu aluguei com Horácio Carlos (outro acusado), sob a justificativa de levar as vítimas. Estava rendido. Tinha outra opção além de entregar?”, declarou. O imóvel, localizado no Vale do Sol, em Planaltina, funcionaria como uma oficina mecânica.

A todo momento, Gideon afirmou que era convocado por Carlomam e Fabrício para executar tarefas específicas — entre elas, a mudança da casa de Cláudia da Rocha e Ana Beatriz, duas das vítimas. “Cada movimento nosso era monitorado por Thiago”, declarou ele, que também denunciou tortura policial.

Versões

Na sua vez, Horácio Carlos ficou calado no plenário. Na sequência, Fabrício Silva desmentiu a versão apresentada por Gideon e afirmou que o acusado foi o responsável por liderar o plano criminoso de extermínio, exercendo com Horácio Carlos o comando das ações, enquanto os demais atuavam sob ordens diretas. Carlomam dos Santos, um dos acusados, atuava na parte “operacional”, tanto nas execuções quantos nos sequestros.

Fabrício relatou que foi procurado por Gideon com a promessa de obtenção de dinheiro, sem detalhamento inicial do plano. “Ele

Darcianne Diogo/CB/D.A. Press



Gideon Batista nega ser mandante da morte de 10 pessoas de uma família, contestando acusação de Fabrício Silva

“(Eu) Estava rendido. Tinha outra opção além de entregar?”

Gideon Batista, réu, acusado de ser mandante

Gideon e Horácio comandavam tudo”

Fabrício Silva, réu

disse que daria muito dinheiro e que o Horácio já tinha aceitado”, afirmou. De acordo com o réu, foi a partir desse contato que passou a se envolver, ainda que, segundo garante, sem conhecimento prévio da dimensão dos crimes.

a tarefas como preparo de alimentos, enquanto Carlomam mantinha contato direto com as vítimas. “Não tinha nada contra elas”, pontuou.

Ainda conforme o depoimento, ele decidiu deixar o grupo após tomar conhecimento da morte de

Renata e Gabriela. “Fiquei nervoso quando soube. Abandonei, mas não ia entregar eles”, frisou. Fabrício relatou que chegou a ser chamado de volta dias depois, sob a alegação de que ainda era necessário para a continuidade do plano.

O réu também alegou que Gideon determinou o sequestro de Thiago Belchior por suspeitar que ele poderia comprometer a ação. Por fim, sustentou que não participou das mortes. “Gideon e Horácio comandavam tudo”, afirmou.

Foram assassinadas, ainda, a cabeleireira Elizamar da Silva e os três filhos menores, Rafael, Rafaela e Gabriel.

Hoje, o julgamento segue com os interrogatórios de Carlomam e Carlos Henrique. A expectativa é a de que o começo dos debates ocorra no período vespertino.

» Justiça mantém preso latrocida

Preso na noite da última terça-feira, Bruno Cruz de Araújo, de 26 anos, conhecido como “Coveiro”, passou por audiência de custódia ontem. Ele é investigado por participação no latrocínio que vitimou um pastor italiano de 80 anos, identificado como Orazio, em São Sebastião. Durante a audiência, a Justiça analisou a legalidade da prisão e as circunstâncias em que o suspeito foi detido. Bruno havia sido localizado após monitoramento da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e capturado na casa de familiares. Segundo a investigação, ele teria ido até o local para visitar o primo, apontado como coautor do crime. A PCDF informou que o investigado possui antecedentes por crimes graves, incluindo homicídio. Ele deve responder, junto com o outro suspeito já preso, pelos crimes de latrocínio e ocultação de cadáver. A vítima estava desaparecida desde o último sábado e foi encontrada morta na terça-feira, em uma região de difícil acesso de São Sebastião, após dias de buscas. A vítima estava desaparecida desde o último sábado, quando familiares registraram o sumiço após a falta de contato. O corpo foi encontrado na terça-feira, em uma região de chácaras de difícil acesso em São Sebastião, após dias de buscas e diligências das equipes policiais.

ANIVERSÁRIO

Bar tradicional reúne música, promoções e mostra fotográfica em parceria com o **Correio** durante programação especial

Beirute celebra 60 anos com exposição

» AMANDA S. FEITOZA

Um dos endereços mais emblemáticos da capital federal, o Beirute completa 60 anos de história com uma programação que mistura cultura, memória e celebração. As atividades ocorrem de hoje a sábado, nas unidades da Asa Sul e da Asa Norte, reunindo música, feirinha literária e promoções no cardápio.

Como parte das comemorações, a casa apresenta a exposição *Beirute 60 anos — uma história de subversão, amor e tradição*, na unidade da 109 Sul, até 30 de abril. O evento revisita momentos marcantes da trajetória do estabelecimento a partir de reportagens do **Correio Braziliense**. A proposta é traduzir, em recortes históricos, como o local construiu sua identidade e se transformou em um dos símbolos da cidade.

Sob o comando de Francisco Frota Marinho, o Chiquinho, o Beirute atravessou seis décadas mantendo-se como ponto de encontro de diferentes gerações em Brasília. Ao longo dos anos, consolidou-se não apenas como bar e restaurante, mas como espaço de convivência, debate e expressão cultural.

Inaugurado em um período em que Brasília ainda se estruturava e contava com poucas opções de lazer, o bar ganhou contornos únicos poucos anos depois. Em 1970, três garçons assumiram o controle do negócio ao

comprar o estabelecimento, um episódio incomum que redefiniu sua história. A mudança não foi apenas administrativa: trouxe uma nova lógica, marcada pela valorização do trabalho, pela proximidade com os clientes e por um forte vínculo afetivo com o espaço. Essa é a história relembrada pela curadora Cilene Vieira, do Centro de Documentação do **Correio** (Cedoc), na apresentação da exposição.

Com o passar dos anos, o Beirute se tornou palco de manifestações culturais, encontros políticos e celebrações sociais. Frequentado por estudantes, artistas, jornalistas, intelectuais e boêmios, o local ganhou fama como espaço plural, associado à diversidade e à liberdade de expressão.

A casa também ultrapassou os limites da gastronomia, servindo de cenário para produções audiovisuais, tema de livros e objeto de estudos acadêmicos, além de presença constante em reportagens sobre a história da capital.

Mesmo com as transformações do país e da própria Brasília, o Beirute preserva características que atravessam gerações: o ambiente simples, o cardápio tradicional e o atendimento próximo, elementos que ajudaram a construir sua reputação.

Além da unidade original na 109 Sul, o legado se expandiu com a criação da filial na Asa Norte, conhecida como “Beirutinho”, que também se consolidou como referência na cidade.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Equipe do Cedoc do Correio preparando material para a mostra sobre o Beirute

» Exposição

Beirute 60 anos — uma história de subversão, amor e tradição

» **Local:** 109 Sul

» **Período:** de hoje (abertura às 19h) até 30 de abril

» **Curadoria:** Cilene Vieira e Juliana Nova

» **Acervo:** Centro de Documentação e Memória – Cedoc do **Correio Braziliense**

» **Pesquisador:** Mauro Roberto Silva

» **Produção e arte:** Juliana Nova

» **Realização:** **Correio Braziliense** e Beirute

» **Patrocínio:** Gráfica Movimento



LUZES DO CERRADO

Cultura e Energia de Brasília

A Maratona Brasília 2026 abre espaço para a cultura durante o feriado. **Nos dias 20 e 21 de abril**, o público poderá aproveitar a programação especial gratuita do palco Luzes do Cerrado, que promete reunir arte, música e entretenimento em meio ao clima esportivo.

Confira a programação completa:

20 de abril (segunda-feira)

7h às 7h40 – Kilombrasília
Local: palco
Modalidade: aula-show de capoeira

7h40 às 8h10 – Circus Kids
Local: gramado
Modalidade: performance cênica circense

8h10 às 8h50 – Hit Haus
Local: palco
Modalidade: aula show de boxe

8h50 às 9h20 – Asas Para Dançar
Local: palco
Modalidade: dança inclusiva (PCD)

9h20 às 10h – DeeJay Pavanny + Circus FY
Local: palco + gramado
Modalidade: música de ambientação + performance circense

10h às 11h30 – Samba Tia Zélia convida Marcelo Café e Ana Cardoso
Local: palco
Modalidade: samba show

11h30 às 12h – DeeJay Pavanny
Local: palco
Modalidade: música de ambientação

21 de abril (terça-feira)

7h às 7h40 – Aula Fitdance
Local: palco
Modalidade: aula-show de dança

7h40 às 8h10 – Arca de Arabesco
Local: gramado
Modalidade: futebol de pernas de pau - circense

8h10 às 8h50 – Banda Surdodum
Local: palco
Modalidade: percussão inclusiva (PCD)

8h50 às 9h20 – Circus FY
Local: gramado
Modalidade: performance cênica circense

9h20 às 10h – Pagodão + coletivo afrontasia
Local: palco + gramado
Modalidade: aula show de dança + música

10h às 10h20 – DeeJay Pavanny + Circus FY
Local: palco + gramado
Modalidade: música + aula show

10h20 às 11h30 – Eduardo e Mônica + The Corre
Local: palco + gramado
Modalidade: música + aula show

11h30 às 12h50 – DeeJay Pavanny
Local: palco
Modalidade: música de ambientação

Ed Alves/CB



Chiquinho começou como garçom e se tornou dono do bar

Obituário

Sepultamentos realizados em 15 de abril de 2026

» Campo da Esperança

Agnelina Aparecida Vieira da Silva, 88 anos
Almiro Felipe da Silva, 61 anos
Antônio Lustosa da Cunha, 92 anos
Antônio Silva Miranda Reis, 1 ano
Celma Roewer Lagemann, 94 anos
Domingas Chaves de Oliveira, 96 anos
Francisco das Chagas Marques dos Reis, 70 anos
Gabriel Lucas da Silva Cândido, 30 anos
José Francisco Costa, 74 anos
Luiz Cesarino da Rosa, 75 anos
Marco Antônio Marques de Macedo, 67 anos
Maria Neusa de Aguiar, 69 anos
Otávio Petronilo de Araújo, 78 anos
Sívio Siqueira Barbosa, 70 anos
Yollanda Haddad Brandão, 95 anos

» Taguatinga

Edilamar das Graças Risuenho de Carvalho de Melo, 77 anos
Edna Lúcia Santana de Souza, 73 anos
Geremias Rosa da Silva, 53 anos
Jairo David da Silva, 54 anos
Márcia dos Santos Silva, 62 anos

Maria Edinalva de Freitas, 81 anos
Orlindo Lima dos Santos, 62 anos
Paulo Freire do Nascimento, 68 anos
Raimunda Brandão da Silva, 97 anos
Soraya Gomes de Almeida Silva, 59 anos

» Gama

Caiubi José de Almeida, 83 anos
Elieser da Silva Pereira, 48 anos
Javier Armando Retana Padilla Pecego, 36 anos
Maria Lúcia Chaves de Lima, 65 anos

» Planaltina

Astrogildo de Araújo, 72 anos

» Sobradinho

Edson Martins da Silva, 61 anos
José Alberto de Oliveira, 61 anos

» Jardim Metropolitano

Francisca Pereira dos Santos Lima, 72 anos
Eulália da Conceição Pereira, 94 anos
Maria da Conceição de Oliveira Monteiro, 67 anos (cremação)



Em quatro décadas de existência, o Centro de Cultura e Educação Popular Paulo Freire alfabetizou mais de 16 mil jovens e adultos utilizando a metodologia de ensino baseada na valorização da realidade vivida pelos estudantes



Alunos produzem curta-metragem em oficina de cinema



O trabalho é coletivo e baseado na metodologia freiriana

A educação popular como resistência

» AMANDA S. FEITOZA

No aniversário de 55 anos de Ceilândia, comemorado em 27 de março, histórias que nasceram junto com a cidade ajudam a explicar a identidade da região marcada pela resistência e pela organização popular. Entre elas, está a trajetória do Cefafre — Centro de Cultura e Educação Popular Paulo Freire de Ceilândia, que, após quase quatro décadas de atuação, conquista sua primeira sede própria e reafirma o papel da educação popular como ferramenta de transformação social no maior centro urbano do Distrito Federal.

Fundado em 1986, antes mesmo da consolidação da nomenclatura Educação de Jovens e Adultos (EJA), o projeto surgiu como Núcleo Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, criado por alunos do mestrado em Educação da Universidade de Brasília (UnB). A iniciativa nasceu a partir da escuta da comunidade, que apontava a alfabetização como uma das principais demandas da população local.

Desde o início, a proposta foi inspirada na metodologia freiriana, baseada no diálogo, na construção coletiva do conhecimento e na valorização da realidade vivida pelos estudantes. A parceria com a universidade permanece até hoje, com formação de educadores populares e ações conjuntas.

Logo nos primeiros anos, 1.182 jovens e adultos foram alfabetizados. Mas a caminhada foi marcada por desafios. A liderança histórica do projeto, Madalena Torres, lembra que a extinção de programas federais voltados à educação afetou diretamente a continuidade das atividades. “Após o governo Collor extinguir a Fundação Educar e o Projeto Rondon, as instituições ficaram desamparadas. Muitos estudantes deixaram de participar por falta de recursos e incentivo”, recorda.

Mesmo diante das dificuldades, o trabalho continuou, sustentado principalmente por voluntários e pelo compromisso com a comunidade. Para Madalena, a existência do projeto é essencial diante do cenário nacional. “Ainda há cerca de 9 milhões de pessoas não alfabetizadas no Brasil. Muitas estão nas periferias. É um dado alarmante”, afirma.

Ela também lamenta a falta de dados atualizados sobre a alfabetização nas regiões administrativas, como Ceilândia. “Fico entristecida ao elaborar um projeto sem saber o número real de pessoas não alfabetizadas em Ceilândia e nas regiões próximas. O governo deveria divulgar essas informações de forma mais clara”, acrescenta.

É nesse contexto que o Cefafre ganha relevância. “O Cefafre está onde o Estado não chega. Funciona no Sol Nascente, onde estão o trabalhador e as pessoas mais vulneráveis da nossa sociedade”, afirma o presidente da instituição, Pedro Lacerda.

A atuação, no entanto, enfrenta obstáculos cotidianos. A maior parte dos estudantes é formada por mulheres negras com mais de 50 anos, que acumulam jornadas de trabalho e responsabilidades domésticas. Muitas são mães e avós. “Mesmo quando a turma é perto de casa, elas precisam deixar tudo pronto antes de ir para a aula. Às vezes chegam atrasadas ou precisam faltar por causa das tarefas do dia a dia”, explica Pedro.

Além da alfabetização, o Cefafre forma educadores populares e desenvolve atividades culturais. “A grande beleza do Cefafre é fazer uma atuação freiriana, uma educação libertadora, crítica e coletiva. Só somos o que somos porque existe esse coletivo de voluntários, professores e educadores”, destaca Madalena.

Vidas transformadas

Histórias ajudam a dimensionar o impacto do projeto. A cuidadora de idosos Maria Lucimar Ferreira do Nascimento Carvalho, 59 anos, participou das aulas em 2019. Na época, trabalhava em serviços gerais e não sabia ler nem escrever. “Minha chefe me incentivou a voltar a estudar. Um dia, passei em frente à casa de um professor, peguei o número e liguei. Perguntei quanto seria. Ele disse que não cobraria nada, que só dependia de mim”, conta.

As aulas aconteciam na área da casa do educador, em um ambiente simples. “Ele me deu um caderno e uma caneta e sentamos na mesa. Foi lá que aprendi a ler e escrever”, lembra.

A metodologia valorizava o cotidiano dos alunos. “A gente trabalhava com palavras do dia a dia, como ‘comida’. Quem sabia um pouco mais ajudava o colega. Era muito coletivo”, diz.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Equipe do Cefafre: o presidente, Pedro Lacerda, à frente, Goete de Borgonha, Maria do Socorro de Jesus Lima, Maria Madalena Torres e Jacira Chaves Ribeiro ao fundo

Fotos: Cedido ao Correio - Cefafre/Reprodução



O centro formou mais de 16 mil pessoas, a maioria mulheres negras com mais de 50 anos, que acumulam jornadas de trabalho



Maria Lucimar na formatura do Cefafre

Para Maria, a experiência foi decisiva. “Foi uma gratificação enorme. Foram meus primeiros passos para continuar meus estudos.” Hoje, ela cursa fisioterapia. “Estou em uma sala de faculdade. Nunca imaginei isso.” Ela também deixa uma mensagem para quem tem receio de voltar à escola. “Não tenha preconceito. A idade é só um número. Eu me sinto mais jovem depois dessa experiência.”

Em 2025, o Cefafre, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, criou ações em que metade dos estudantes participaram de cine-debates semanais sobre temas como pobreza, trabalho e a realidade da cidade. As outras turmas desenvolveram atividades de audiovisual e inclusão digital. “Ao final, cada grupo produziu um curta-metragem com histórias que eles querem contar. Foi um projeto inédito, que une alfabetização, cultura e tecnologia”, explica Pedro.

Terreno garantido

A conquista da sede própria marca um novo capítulo dessa trajetória construída junto com Ceilândia. O espaço, localizado no Setor O, foi cedido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) por 10 anos, renováveis por mais uma década. Com cerca de 370 metros

quadrados, o imóvel permitirá centralizar atividades e ampliar ações culturais.

A decisão de permanecer na cidade foi uma escolha consciente. “Ceilândia está no nosso DNA. Não faria sentido ter uma sede com o nome da cidade em outro lugar. Nosso pensamento e nossa atuação estão voltados para Ceilândia o tempo todo”, afirma Pedro Lacerda.

Durante décadas, o Cefafre funcionou em espaços cedidos, como salas no polo de extensão da UnB. A sede própria simboliza a consolidação de um trabalho que já alfabetizou mais de 16 mil pessoas, principalmente em Ceilândia e no Sol Nascente.

Mesmo com a conquista, o prédio ainda precisa de adaptações. Voluntários trabalham para estruturar cozinha, auditório e salas. A instituição também busca doações da comunidade para equipar o local. Para os integrantes, a nova sede representa mais do que um espaço físico. É o reconhecimento de uma história construída junto com a cidade. Ao completar 55 anos, Ceilândia celebra não apenas seu crescimento urbano, mas também iniciativas que nasceram do esforço coletivo e continuam transformando vidas por meio da educação.

O Cefafre, assim como a própria cidade, segue reafirmando que o conhecimento pode ser instrumento de cidadania, pertencimento e esperança.

ESPORTES

correibraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Infantino reforça Irã na Copa

A dois meses do início da Copa do Mundo 2026, o presidente da Fifa, Gianni Infantino, reiterou que a seleção iraniana estará no Mundial, apesar dos conflitos envolvendo a nação asiática e os Estados Unidos, um dos países sede do torneio. A declaração do dirigente veio ontem. "A equipe iraniana está vindo, com certeza. Esperamos que até lá a situação seja pacífica. Como eu disse que isso ajudaria", destacou Infantino, durante um fórum sobre investimentos nos Estados Unidos.

LIBERTADORES Flamengo e Palmeiras abrem série de jogos como mandantes nesta rodada da competição, com força recente no Maracanã e no Allianz Parque como trunfo para consolidar liderança e presença no G-2 dos grupos do torneio

Alicerce caseiro

DANILO QUEIROZ

Miguel Schincariol/AFP



Gustavo Gómez exhibe faixa com mantra de Abel Ferreira: alviverde não perde no Allianz Parque pela Libertadores desde a temporada 2021

A noite de Libertadores ganha contornos familiares para dois protagonistas recentes do continente. Palmeiras e Flamengo voltam a atuar diante da própria torcida hoje, pela segunda rodada da fase de grupos, em cenário construído como base para a sequência de títulos sul-americanos nos últimos anos. O time paulista abre a programação às 19h, diante do Sporting Cristal, no Allianz Parque. Mais tarde, às 21h30, a equipe carioca recebe o Independiente Medellín, no Maracanã. Dois palcos habituais de decisões recentes, agora utilizados como ponto de partida para mais uma campanha continental consistente.

Desde 2019, o futebol brasileiro construiu domínio raro na Libertadores, com sete títulos consecutivos. Dentro desse recorte, Flamengo e Palmeiras assumiram papel central, com três conquistas rubro-negras (2019, 2022 e 2025) e duas alviverdes (2020 e 2021). A repetição de campanhas sólidas passa, invariavelmente, pela força dentro de casa. Em todas as trajetórias recentes, as equipes fizeram dos próprios estádios alicerces de força e de jogos inesquecíveis, com retrospecto alto de vitórias.

No Allianz Parque, o Palmeiras sustenta uma invencibilidade expressiva desde maio de 2021. São 17 vitórias e nove empates no período, nona maior marca da história da competição. O retrospecto reforça a importância do estádio como elemento de controle de jogo e imposição técnica. O cenário mais amplo também impressiona. Desde o início do ciclo vitorioso do futebol brasileiro, o clube paulista sofreu apenas três derrotas como mandante, somando 27 vitórias e nove empates. Um desempenho consistente, sustentado por regularidade e capacidade de decidir jogos em momentos de pressão.

No Maracanã, o Flamengo segue trilha semelhante. A equipe não perde em casa pela Libertadores desde maio de 2025 e chega embalada por cinco vitórias consecutivas no período. O estádio se transformou em ambiente

AGENDA

2ª RODADA

Libertadores

Terça-feira

LDU 2 x 0 Mirassol

Ontem

Cruzeiro 1 x 2 U. Católica

Fluminense 1 x 2 Rivadavia

Corinthians 2 x 0 Santa Fé

Hoje

19h Palmeiras x Sporting Cristal

21h30 Flamengo x Ind. Medellín

Sul-Americana

Terça-feira

São Paulo 2 x 0 O'Higgins

Grêmio 1 x 0 Deportivo Riestra

Vasco 1 x 2 Audax Italiano

Santos 1 x 1 Dep. Recoleta

Hoje

Racing 2 x 3 Botafogo

Hoje

19h Atlético-MG x Juventud

21h30 Bragantino x Blooming

de domínio, com alto aproveitamento e imposição ofensiva constante. O recorte desde 2019 reforça esse padrão. O clube carioca acumula 31 vitórias, três empates e três derrotas como mandante, números capazes de explicar a presença frequente em fases decisivas. O desempenho em casa funciona como base para campanhas longas e competitivas.

Como inspiração para manutenção dos retrospectos positivos

nas partidas de hoje, Palmeiras e Flamengo podem recuperar diversas noites mágicas do período. No ano passado, o alviverde protagonizou a remontada contra a LDU. Depois de perder o jogo de ida no Equador por 3 x 0, os palmeirenses aplicaram 4 x 0 e eternizaram a frase proferida pelo técnico Abel Ferreira na ocasião: "90 minutos no Allianz Parque é muito tempo". Invicto em mata-matas da Libertadores no Maracanã nas temporadas

de títulos, o rubro-negro tem em mente o sonoro 5 x 0 no Grêmio, em 2019. Na campanha da taça de 2025, o time fez Internacional, Estudiantes e Racing de vítimas.

Peso da rodada

A rodada desta semana pode ampliar o cenário de controle. No Grupo A, um triunfo rubro-negro coloca a equipe com seis pontos, abrindo vantagem significativa

sobre o próprio adversário da noite e encaminhando a liderança isolada na chave. No Grupo F, o Palmeiras entra em campo com possibilidade de assumir a ponta. Uma vitória leva o time aos quatro pontos e reposiciona o clube dentro da zona de classificação, em chave ainda marcada por equilíbrio nas primeiras rodadas.

A Libertadores, ao longo dos últimos anos, consolidou uma lógica clara para os clubes brasileiros. Resultados fora de casa garantem competitividade, mas o domínio no próprio estádio sustenta campanhas vencedoras e aproxima o título. Entre tradição recente e expectativa por novas conquistas, Flamengo e Palmeiras iniciam mais um capítulo com o mesmo roteiro: transformar o mando de campo em vantagem real. Em um torneio de detalhes, o alicerce caseiro segue como um dos principais caminhos para manter a hegemonia.

Corinthians ganha do Santa Fe; Flu perde para o Rivadavia

Fernando Diniz indica ter resgatado o futebol do Corinthians. Assumiu um clube que não vencia há nove partidas e, em três jogos, orquestrou o time a um empate com menos dois jogadores contra o Palmeiras e a dois triunfos pela Libertadores. O mais recente, contra o Independiente Santa Fe, da Colômbia, por 2 x 0, ontem, na Neo Química Arena. O volante Raniele e o zagueiro Gustavo Henrique marcaram para os alvinegros.

Com o resultado, o Corinthians encerra dois meses sem vitórias em casa. A última alegria da Fiel na Neo Química Arena havia sido

em 12 de fevereiro, no 2 x 0 sobre o Red Bull Bragantino, pela 3ª rodada da Série A do Campeonato Brasileiro. A sequência contemplava duas derrotas (para Coritiba e Internacional) e dois empates (contra Flamengo e Palmeiras).

A vitória reforça a convicção de Fernando Diniz. O treinador repetiu a escalação pela terceira partida seguida. Sem a bola, o sistema era 4-4-2, com Rodrigo Garro ao lado de Yuri Alberto. O objetivo era deixar o meia argentino sem tanto compromisso na recomposição e diminuir o desgaste dele.

O maestro contribuiu com uma assistência, a terceira desde a chegada de Fernando Diniz.

Flu perde em casa

No Maracanã, o Fluminense perdeu de virada para o modesto Independiente Rivadavia, da Argentina, por 2 x 1, e se complicou no grupo C da Libertadores da América. Em noite ruim, o tricolor ouviu vaias da torcida e caiu para a terceira colocação da chave, ficando cinco pontos atrás dos rivais, líderes com seis.

A noite começou positiva, quando o lateral Guilherme Arana colocou os cariocas em vantagem, logo aos nove minutos. Apesar da maior posse de bola e chances criadas, o Fluminense tomou mais um gol de bola aérea: Sartori empatou e recolocou os argentinos no jogo.

A virada veio no segundo tempo, igualou novamente, mas o Fluminense abusou da quantidade de gols perdidos no Maracanã. Os erros em sequência comprometeram a atuação e deixaram o resultado irreversível.

Nelson Almeida/AFP



O zagueiro Gustavo Henrique decretou a vitória com belo voleio

SUL-AMERICANA

Botafogo vence na Argentina

Foi com contornos dramáticos que Franclim Carvalho conquistou a primeira vitória no comando do Botafogo. Saindo atrás do placar, conseguiu dar a volta por cima, virou o marcador, mas cedeu o empate na segunda etapa e via vitória escapando até aos 47 do segundo tempo, quando Danilo resolveu e decretou o triunfo carioca sobre o Racing, por 3 x 2, ontem, no estádio El Cilindro, de portões

fechados, pela segunda rodada do Grupo E da Sul-Americana.

Novamente decisivo, Danilo vai cavando cada vez mais o próprio nome na lista final de Carlo Ancelotti para a Copa do Mundo. Bastante elogiado pelo treinador italiano, o volante iniciou a partida no banco de reservas, mas no segundo tempo mostrou poder de reação, pisou na área e completou para as redes. Outro destaque da

partida foi o goleiro Neto, que teve um duelo particular com Adrián Martínez, operando diversos milagres durante os 90 minutos.

Antes de Danilo decidir, o Racing saiu na frente com Santiago Sosa, aos três. O Botafogo alcançou a virada ainda no primeiro tempo, com Arthur Cabral, aos 22, e Júnior Santos. Adrián Martínez, aos 18 do segundo tempo, igualou novamente, mas o time brasileiro encontrou forças para marcar o terceiro e ganhar a primeira na temporada 2026 da Copa Sul-Americana.

Na Argentina, o Botafogo teve

uma razão a menos para se preocupar no El Cilindro. A partida foi disputada com os portões fechados, uma vez que o Racing ainda cumpre punição sofre a festa realizada na partida contra o Flamengo, nas semifinais da Libertadores de 2025, por uso de rojões e sinalizadores.

Com o resultado, o Botafogo, agora, soma quatro pontos e lidera a chave, empatado com o Caracas-VEN, porém, levando vantagem no critério de gols pró (4 x 2). Já o Racing conheceu a primeira derrota e ocupa a terceira colocação, com três pontos.

Juan Mabromata/AFP



Com vaga encaminhada na Copa do Mundo, Danilo decidiu o jogo

Cruzeiro joga mal e perde no Mineirão

JOÃO VICTOR PENA

Belo Horizonte — A torcida do Cruzeiro voltou a ver uma partida de Copa Libertadores no Mineirão após sete anos de espera. O resultado, porém, foi muito distante do que os cruzeirenses esperavam para esse tão aguardado retorno. Em noite pouco inspirada, a Raposa perdeu por 2 x 1 para Universidad Católica, do Chile, ontem. Com o tropeço amargo, o time se manteve com três pontos.

O gol do Cruzeiro foi marcado pelo meia Matheus Pereira, de pênalti. Já os chilenos balançaram as redes com o atacante Justo Gianni e o volante Jimmy Martínez. A liderança do Grupo D é do Boca Juniors, que venceu os dois primeiros jogos e soma seis pontos, três a mais que a Católica, segundo colocada.

O Cruzeiro até teve algumas chegadas ao ataque, mas não fez bom primeiro tempo. A Raposa pecou na construção de jogadas e perdeu muitas bolas no terço final. Com isso, não marcou e acabou sendo vazada pela Universidad Católica. A equipe chilena abriu o placar aos 28 minutos, quando o meio-campista Fernando Zuqui cobrou escanteio na área do Cruzeiro, e Justo Gianni subiu alto para cabecear a bola no canto direito, sem chance de defesa: 1 x 0.

No lance anterior, o Cruzeiro já havia levado um susto. A Católica fez blitz na área celeste e quase marcou gol, mas o zagueiro Fabrício Bruno tirou bola em cima da linha, desafiando momentaneamente a pressão. Depois do 1 x 0, a Raposa não mostrou capacidade de reação. A maioria das jogadas do Cruzeiro morreu na entrada da área chilena, que fez atuação faltosa, mas compacta no meio-campo e segura na defesa.

Uma falha defensiva colocou a Católica em apuros ainda no começo do segundo tempo. O atacante Clemente Montes acertou a mão no rosto do lateral-esquerdo Kaiki e cometeu pênalti. Matheus Pereira converteu a cobrança e igualou o placar para o Cruzeiro. Após o gol, a Raposa não virou a chave e seguiu pouco inspirada. O time até apareceu no ataque e levou algum perigo para o goleiro Vicente Bernedo, mas sem volume suficiente para desestabilizar o adversário.

Nos acréscimos finais, a Católica marcou o segundo gol, em invasão de Jimmy Martínez à área celeste. Ele havia acabado de entrar em campo. O volante Jhojan Valencia levantou bola na área, e o jogador apareceu bem colocado para marcar de cabeça por entre as pernas do goleiro Matheus Cunha.

» Brasil em campo

Dois clubes brasileiros jogam pela Sul-Americana, hoje, em busca de recuperação dos tropeços da estreia. Derrotado pelo Puerto Cabello, o Atlético-MG recebe o Juventud, às 19h, na Arena MRV. Às 21h30, o Bragantino busca se recuperar da derrota para o Carabobo em duelo contra o Blooming, no Cícero de Souza Marques. Em caso de vitória, os representantes do país ganham posições e força na luta pela liderança dos Grupos B e H.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio em conjunção com Netuno. A qualidade de nossos desejos define nosso nível de evolução, e por mais que no âmbito da civilização mascaremos nossos desejos para navegar na banal normalidade, cada um de nós, no íntimo do coração, conhece muito bem a verdadeira qualidade dos desejos que nos fazem arder de vontade de os realizar. O nível de evolução não é determinado geneticamente, portanto, não é exclusivo de nenhuma etnia, porque a evolução humana não se dá pelo tamanho do cérebro nem pela aparência, mas pela orientação que o ser interior, invisível e subjetivo, dá aos seus pensamentos e desejos. Nossa humanidade é um catálogo muito amplo de desejos, abrangendo a mais hedionda abjeção quanto também a mais abstrata e ampla concepção de Vida, que leva a uma atuação sábia, solidária e amorosa.

ÁRIES 21/03 a 20/04

Decida o que pretende e faça acontecer, se tornando independente das circunstâncias, porque se você se posicionar em dependência dessas, verá passar o tempo e nada acontecer em relação às suas pretensões. Tome a dianteira.

TOURO 21/04 a 20/05

São tantas emoções e acontecimentos que a alma não sabe o que fazer, se sente presa nos dilemas. Apesar de essa ser uma condição desconfortável, é o melhor que poderia acontecer, para você não se precipitar.

GÊMEOS 21/05 a 20/06

A força do grupo é imbatível, e as pessoas sabem disso, porém, mesmo assim há toda uma resistência a se consolidarem os laços de solidariedade e cooperação necessários para as pessoas formarem um grupo coeso.

CÂNCER 21/06 a 21/07

Fundamental é mesmo você estar no domínio das situações que lhe interessam, porque nesta parte do caminho quem manda é você, já que todo o esforço e responsabilidades recaíram sobre suas costas. Faça valer sua autoridade.

LEÃO 22/07 a 22/08

O cenário não se amplia atualmente por obra de alguma mágica misteriosa, mas como resultado de tudo que você andou investindo nos meses anteriores. Respire com alívio, daqui para frente há muitas aventuras.

VIRGEM 23/08 a 22/09

Apesar de você não ser mais essa pessoa que foi no passado, muita gente não percebeu sua mudança e continua colocando você dentro da mesma moldura. É hora de destruir essa moldura para se libertar do passado.

LIBRA 23/09 a 22/10

Enquanto você tenha certeza do que você pretende e se movimente com determinação nesse sentido, as pessoas sinceras e as falsas irão ficando evidentes, sendo isso fundamental para fazer boas escolhas de parcerias.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11

Uma pequena semente contém uma árvore gigantesca. Isso se também aplica às oportunidades que a vida oferece. Aquilo que à primeira vista possa parecer abaixo de suas ideias, com o tempo pode exceder suas expectativas.

SAGITÁRIO 22/11 a 21/12

Todas essas novidades que fazem seus olhos brilharem e que atacam o coração para se envolver em novas aventuras, tudo há de ser selecionado com muita calma, sem você se precipitar em nenhuma direção. É assim.

CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/01

Não apenas há males que vêm por bem, porque a proteção da vida às vezes parece um castigo, como também você precisa tomar atitudes que aos olhos de outras pessoas parecem erradas, mas o tempo demonstra corretas.

AQUÁRIO 21/01 a 19/02

Algumas conversas agradam sua alma, porque vêm recheadas de boas perspectivas para o futuro, enquanto outras, de encerramento de ciclos, lhe dão nos nervos. O cenário é assim, tudo junto e misturado. É a vida.

PEIXES 20/02 a 20/03

Defenda seus interesses e invista em atividades que compensem, porque este é um momento auspicioso que pode trazer como resultado um futuro mais agradável e consolidado e, por isso, com menos ansiedade envolvida.

MÚSICA

Vozes de Brasília



Renato Matos durante concerto Cabeças, em 1979

» JÚLIA COSTA

A música e poesia brasilienses serão homenageadas hoje, no Clube do Choro, às 20h30, com a segunda edição do espetáculo Canta Brasília. Nomes antigos e jovens da cena cultural do Distrito Federal estarão presentes, como Passo Largo, Fred Brasiliense, Aldo Justo (Liga Tripa), Daniela Firme (Rock Beats), Marcus Vital (Eduardo e Mônica), Zelito Passos, Salomão Di Paduá e Haroldinho Mattos. Os ingressos custam R\$ 35 e estão à venda no site Bilheteria Digital.

O objetivo do espetáculo é mostrar que existe uma produção artística genuína do DF de artistas que, por vezes, não tem espaço em outros palcos da capital. "A nossa toada é aprimorar cada ano mais e tornar o Canta Brasília um festival consolidado. Então, nós estamos aí aprendendo a cada ano, trazendo artistas que são importantíssimos para a história da arte e cultura de Brasília", diz Tita Lyra, idealizadora do evento.

O Canta Brasília relembra, também, projetos dos anos de 1960 e 1970, que marcaram a cultura da cidade e abriram portas para muitos dos grandes artistas brasilienses. "Projetos que praticamente abriram picadas no Cerrado, para que as pessoas, então adolescentes, pudessem mostrar a sua arte e aconteceram coisas malucas", reflete Lyra. "No projeto Cabeças, no Arte por toda parte... malucas, eu estou dizendo, descer um piano do quinto andar para levá-lo ao

estacionamento de uma lanchonete, para que pudesse acontecer ali um espetáculo; Oswaldo Montenegro descendo com a caixinha de som e o violão para fazer som embaixo do bloco; Haroldinho Mattos com 15 anos de idade, aprendendo a tocar guitarra elétrica e fundando o Mel da Terra."

A programação do festival é baseada na importância dos artistas homenageados para Brasília. O Canta Brasília resgata obras de artistas como Renato Vasconcelos, Liga Tripa, Mel da Terra, Matuskela e Fred Brasiliense, e traz artistas atuais, como Passo Largo e Eduardo e Mônica, que resgata as músicas de Renato Russo. "Fazemos também um passeio por grandes nomes que saíram da cidade, como é o caso de Cássia Eller, Zélia Duncan e Oswaldo Montenegro", conta Lyra.

O espetáculo foi pensado em dois blocos: no total, o repertório é composto de 24 músicas. Os músicos presentes também interagem com poesia de escritores brasilienses consagrados como Sóter, Noélia Ribeiro, Janine Oliveira e Nicolas Behr, que recitarão textos alusivos a Brasília.

CANTA BRASÍLIA

Hoje, às 20h30, no Clube do Choro. Ingressos a R\$35, à venda no site Bilheteria Digital.

*Estagiária sob supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

O MUNDO É GRANDE

O mundo é grande e cabe nesta janela sobre o mar.
O mar é grande e cabe na cama e no colchão de amar.
O amor é grande e cabe no breve espaço de beijar.

Carlos Drummond de Andrade

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

	2			4			
		3		8			5
7	8			1			2
							9
		9		5	7		3
1				8		4	
		2	4		5	9	1
6		8					
		1					5

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

O líder da Inconfidência Mineira	▼	Nisia Trindade, por seu cargo em 2024	▼	Ao (?) livre: a céu aberto	▼	Santo-(?), seita acriana	▼	Uma das provas de Atletismo	▼	Dois tipos de estacionamento	▼	"(?) Vermelha", obra de Jorge Amado
▶			▶							▶		▶
Vida, em francês		Sílabas de "rampa" Bem-(?): conforto	▶	Muito grande (fem.)	▶			"(?) País", jornal espanhol	▶	"Tratado", em Otan Sinhá (red.)	▶	
▶		▶						▶		▶		
Tornar parecido ou semelhante				A "arma" do estelionatário				Divindade islâmica A primeira hora	▶			
Relatório Anual de Lavra (sigla)	▶			▶		A maior cidade saudita		▶		A menor flexão verbal existente		(?) de esturjão, ingrediente do caviar
▶						▶		▶		▶		▶
Criação de Susana Vieira no seriado "Cinquentinha"		A avó da mãe (fam.) 601, em romanos	▶					Bioma silvestre Fica como sobra	▶	Principal, em inglês		
Procrastinar	▶	▶						▶				(?) 1980, a Década Perdida do Brasil
▶												▶
Atração da Igreja da Penha (RJ)				Há tempo, em inglês	▶	Instala-se na cadeira Período de 30 dias	▶					
O processo que ocorre no estômago		Um dos profetas menores (Bíblia)	▶							(?) e vir: direito de todo cidadão		
Ruas estreitas e sem saída	▶									▶		
▶								Armação do pan-deiro (pl.)	▶			

BANCO 3/ago — main. — vie. 4/amós — ova — 37

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

C	D	N	M	A	R
L	O	B	O	D	O
E	M	A	N	A	R
X	O	D	O	I	T
I	D	S	O	A	N
C	O	R	C	E	N
H	O	R	A	R	I
G	O	I	O	A	L
R	C	O	S	M	O
G	A	L	E	G	O
F	A	I	R	T	A
I	N	A	T	E	R
P	A	G	I	N	A
O	I	D	I	L	A
M	A	R	T	E	A

SUDOKU DE ONTEM

4	2	7	5	3	8	6	9	1
1	9	5	7	2	6	8	3	4
8	3	6	4	9	1	2	5	7
9	7	4	8	6	3	1	2	5
5	8	1	2	7	9	3	4	6
3	6	2	1	5	4	7	8	9
6	4	3	9	1	2	5	7	8
7	1	8	3	4	5	9	6	2
2	5	9	6	8	7	4	1	3

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Assine nosso site!

GO QUE TEL

Diversão & Arte



Uma corrente de boas energias

Beth Goulart, no papel de Maria Júlia, é o destaque no elenco do longa



Fotos: Ique Esteves/Divulgação

MAIS UM TÍTULO DO SEGMENTO ESPÍRITA CHEGA ÀS TELAS: É O ADVOGADO DE DEUS, QUE ENGROSSA A FILA DE FILMES NACIONAIS DE SUCESSO, COM MUITOS LONGAS INCLUSIVE DESTACADOS PARA FUTURA MOSTRA NO CINE BRASÍLIA

e sem liberdades. O espiritismo é um manancial de conhecimentos que alimenta — e ainda alimentará — incontáveis histórias porque ele nasce das relações humanas e das realidades que nos cercam. Traz um paradigma de vida que é muito potente e reverbera muito sempre.

Sente mudança no teu senso de espiritualidade, desde as incursões na temática?

Sinto que seremos “metamorfoses ambulantes” quando nos propomos a investigar as fronteiras que são as mais importantes para nós, como seres humanos, e elas são o conhecimento espiritual que nos cerca, que é sempre perseguido ao longo da história.

O que mudou na sua vida?

Desenvolver uma fé raciocinada, por exemplo, é um exercício diário de transformação — e os filmes propõem reflexões, emoções, conexões que são muito relevantes, ao menos para mim. Ou seja, tudo muda o tempo todo comigo quando estamos falando de realidades eternas. E isso é o mais maravilhoso de abordar essa temática num meio de comunicação e arte tão poderoso como o cinema.

O que atores, individualmente, agregaram à trama?

Não há algo mensurável nisso. Mas há detalhes da atuação que é construída junta, por exemplo, em que você pode ver que aquele momento, ou aquela sensação, reflete mais nesse ou naquele personagem interpretado. Ter a Beth Goulart, por exemplo, que tem em seu DNA familiar uma ligação direta com o tema espiritualidade, espiritismo, é um luxo, mas ela empresta pro personagem algo que está muito além disso. Assim como ter a Lorena Comparato, que tem no DNA a dramaturgia, ou o Nicolas Prattes, que atua desde criança. O Lucas Leto, que tem ligações diretas com o candomblé, por exemplo.

» RICARDO DAEHN

Exemplares da corrente de cinema espírita prestigiada pelo público não faltam ao Brasil, levando-se em conta filmes como *Chico Xavier*, *Bezerra de Menezes*, *E a vida continua...* e *Divaldo — o mensageiro da paz*. Num país com quase 2% população seguidores da doutrina espírita, e mais de 30 milhões de simpatizantes, em população que segue majoritária, em termos de vocações cristãs e evangélicas, um dos grandes fenômenos de público na telona atende pelo nome de Wagner de Assis, cineasta de 53 anos, responsável por títulos como o documentário *Chico para sempre* e os marcos *Nosso lar* (2010) e *Nosso lar 2* (2024). *A Kardec e Ninguém é de ninguém*, agora, o diretor Assis ainda soma mais um título, a partir de hoje, nas salas: *O advogado de Deus* (a partir de escritos de Zíbia Gasparetto e da entidade Lucius).

Um dos roteiristas da novela *Além do tempo* (2015), Assis só com a saga *Nosso lar* atingiu público superior a 5,5 milhões. Associado a astros como Edson Celulari, Carlos Vereza, Nelson Xavier e Lima Duarte, o cinema conectado ao mundo dos espíritos agora, com *O advogado de*

Deus, ganha o reforço de artistas como Nicolas Prattes, Beth Goulart (que esteve, nos anos de 1970, no clássico *Joelma, 23º andar*), Lorena Comparato, Lucas Leto e Eucir de Souza, Henri Pagnoncelli e Gisele Fróes.

Para além dos efeitos visuais a cargo de Zeca Esperança, o longa tem relevância específica para a direção de elenco (função valorizada no Oscar, com nova categoria no Oscar, e na qual o brasileiro *O agente secreto* competiu), desta vez, a cargo de Enrico Callado e Viviane Ávila.

Mas, afinal, ter atores experimentados, e experientes com a doutrina, abria caminhos de conhecimento (para o longa)? “O ofício de atuar é tão mágico que permite que a inexistência sirva à história, por vezes. Noutras, o conhecimento prévio de temas ligados à história pode ajudar. Mas, em geral, a escolha de elenco é das coisas mais difíceis de se fazer um filme — ao menos para mim. Como premissa, jamais convidei alguém para contar uma história comigo em função de uma posição pessoal ligada à espiritualidade e à religião. Isso seria um contrassenso total. A proposta é sobre talento, imagem e

compromisso”, conta Wagner de Assis, em exclusiva ao **Correio**.

Na trama de *O advogado de Deus* — composto por dilemas sociais e injustiças do passado — um profissional traz veia altamente idealista. Um dos futuros processos em que se envolverá traz como protagonista Alberto, posicionado como vítima. Sede de vingança se mistura à caça da verdade, na trama em que os envolvidos ainda se vinculam à personagem Lídia e à aparentemente aristocrática Maria Júlia.

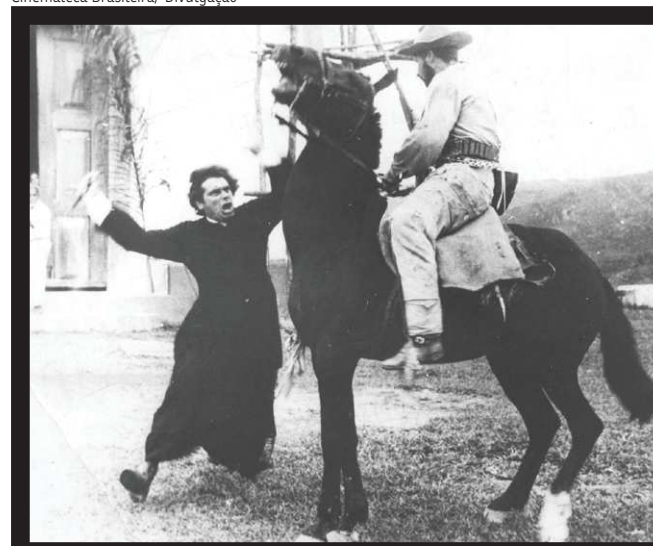
Entrevista // Wagner de Assis, cineasta

Você recebe que tipo de retorno com seus filmes? O feedback é amplo ou mais condicionado a um filão de entusiastas do espiritismo?

Ah, isso é quase um livro sem fim. É também de um prazer imensurável. Lá se vão 30 anos — ano que vem — da produtora. Mais de uma dezena de filmes. Isso é semanal, diário, de algum lugar do mundo. O que me prova que não há o menor sentido em circunscrever o tema a um filão religioso. Espiritualidade interessa a todas as pessoas. Em todos os países do mundo, posso afirmar. Mesmo os mais fechados

Conexão Cine Brasília-Cinemateca

Cinemateca Brasileira/ Divulgação



A hora e a vez de Augusto Matraga, um clássico premiado em Brasília

Seis dias e 23 filmes projetados, em mais de 30 sessões — todas com entrada franca, no coração pulsante do cinema na capital: o Cine Brasília (EQS 106/107) será a vitrine da terceira edição da mostra A Cinemateca é Brasileira — da Comédia ao Drama. A itinerância da Cinemateca pelo país é propiciada pelo projeto Viva Cinemateca, detido na recuperação de acervos, e no reaparelhamento (mais moderno) da instituição.

Grande sala de projeção do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o Cine Brasília exibirá vencedores de múltiplos prêmios como *A hora e vez de Augusto Matraga* (1965), de Roberto Santos (isso ainda na chamada 1ª Semana do Cinema Brasileiro) e títulos como *Branco sai, preto fica*, do ceilandense Adirley Queirós que venceu troféu Candango, em 2014, de melhor

filme, ator (Marquim do Tropa) e direção de arte (Denise Vieira).

Junto com filmes de Jorge Furtado, Roberto Farias, Fernando Coimbra e Juliana Rojas, será a oportunidade de rever longas como *Los silencios* (2018), que reordena o cotidiano de uma família abalada pela violência. À época do lançamento, a cineasta contou ao **Correio**: “Sou feminista e acredito que meu filme, que brotou de mim, também o seja. Além de ele ter sido escrito, dirigido e produzido por mim, quase todas as cabeças de equipe eram mulheres”.

Criada em Taguatinga, e premiada em 2015 (aos então 26 anos, no Festival de Sundance), Camila Márdila, uma “privilegiada brasileira”, está em *Que horas ela volta?* (incluído na programação). Quando da premiação no exterior, ela confidenciou:

“Não posso dizer que frequentei, desde pequena, o Cine Brasília, mas, para você ter uma ideia, no de 2014, fui para Brasília só para acompanhar o festival inteiro. É o mais legal no qual já fui”.

A mostra da Cinemateca ainda traz frente de longas destacados no cenário internacional, como a animação *O menino e o mundo* (de Alê Abreu), indicada para o Oscar, em 2016. O então quarentão Abreu, demarcou a importância do “caminho natural”, depois das lições de animação, no Museu da Imagem e do Som, iniciadas aos 12 anos.

Um tom de elegia também indireto se acopla à mostra, como indicam as projeções de *Última parada 174*, de Bruno Barreto, e ainda *Últimas conversas*, de Eduardo Coutinho (finalizado por João Moreira Salles, diante da morte de Coutinho em 2014). O filme de Barreto examina

a morte, aos 22 anos, em 2000, de Sandro do Nascimento, sobrevivente da Chacina da Candelária e que sequestrou um ônibus, em evento de proporções midiáticas. Na versão ficcional de Bruno Barreto há recusa de sentimentalismo ao narrar da vida pregressa do menino em situação de rua que virou trágica celebridade.

Atestando a rotina como algo insuportável, Eduardo Coutinho (protagonista em *Últimas conversas*) prezava, na realização de seus documentários, personagens singulares. Diplomático e experiente, ele, em si, era um deles. No filme que trata de sua ligação com a sétima arte (“um meio de estar vivo”, como havia confessado). A vivência e revelações de sua vida estampam a tela do homem cioso da intimidade doméstica e que abruptamente saiu de cena, em episódio violento. (RD)



O que muda com o PL da misoginia?

Maria Eduarda Lavocat

Uma onda de violência contra as mulheres vem alarmando o país. Os números são expressivos: no último ano, a Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180 — registrou 1.088.900 atendimentos, dos quais 155.111 foram denúncias de violência, o equivalente a uma média de 425 casos por dia. Diante desse cenário, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 896/2023, popularmente conhecido como “PL da misoginia”, que busca criminalizar esse tipo de discriminação e reforçar a proteção às mulheres.

De acordo com a advogada e voluntária do Projeto Retoma, Amanda Leite de Farias Ponte, a proposta do PL busca alterar a legislação para incluir crimes motivados por misoginia no rol de crimes resultantes de discriminação ou preconceito previstos na Lei nº 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo. “Atualmente, estão previstas apenas hipóteses de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, explica.

Apesar de ter como objetivo a proteção das mulheres, o projeto tem gerado amplo debate e levantado dúvidas sobre seus possíveis efeitos caso seja aprovado. Para compreender melhor a proposta, o primeiro passo é entender o conceito de misoginia. Segundo Amanda Leite, trata-se do ódio, aversão ou discriminação contra a mulher.

Embora machismo e misoginia sejam ambas formas de opressão, há uma distinção importante: o machismo é uma ideologia de superioridade masculina enraizada na sociedade, enquanto a misoginia se manifesta de forma mais direta, por meio de violência, desprezo e hostilidade contra as mulheres.

Nesse contexto, o texto do projeto define misoginia como “a conduta que exteriorize ódio ou aversão às mulheres” e equipará-la, em determinados aspectos, aos crimes de racismo.

Entre as mudanças previstas, está a alteração do artigo 2º da Lei nº 7.716/1989, incluindo a misoginia como hipótese de ofensa à dignidade ou ao decoro, com pena de reclusão de dois a cinco anos, além de multa. O projeto também modifica o artigo 20 da mesma lei, passando a considerar crime induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito com base em misoginia, com pena de reclusão de um a três anos e multa.

Além disso, a proposta prevê alterações no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer como causa de aumento de pena os crimes contra a honra praticados contra mulheres no contexto de violência doméstica e familiar, podendo resultar na aplicação da pena em dobro.



Para Amanda Leite, o projeto tem potencial de impactar, na prática, a redução da violência de gênero, na medida em que propõe alterações legislativas para punir de forma mais severa crimes motivados por misoginia. No entanto, ela aponta que o principal desafio para a aplicação efetiva da norma está no contexto social atual, marcado pela ascensão de discursos que disseminam ódio. “Vivemos em uma sociedade que ainda naturaliza a violência de gênero”, lamenta.

Parte dos críticos da proposta levanta possíveis conflitos com o direito à liberdade de expressão. Sobre isso, a diretora da Mulher da OAB-DF e doutora em direito, Nildete Santana, destaca que não existem direitos absolutos no ordenamento jurídico. “A liberdade de expressão termina onde começa o ataque à dignidade da pessoa humana. O desafio do legislador é evitar a criação de um tipo penal excessivamente aberto, garantindo que o Estado não atue como censor, mas como protetor das mulheres”, ressalta.

Nildete também rebate interpretações de que a proposta poderia criminalizar situações cotidianas, como elogios feitos por homens às mulheres. Segundo ela, essa leitura não encontra respaldo jurídico consistente. “Trata-se, a meu ver, de uma estratégia de desinformação para esvaziar a relevância da pauta. O direito penal se ocupa de condutas que lesionam bens jurídicos relevantes. Um elogio, ainda que inoportuno, não se confunde com o ódio ou com a negação da dignidade da mulher, elementos que

caracterizam o tipo penal da misoginia”, explica.

Em relação ao risco de interpretações subjetivas, a diretora da Mulher da OAB-DF reconhece que ele existe, mas ressalta que o próprio ordenamento jurídico dispõe de mecanismos para lidar com essa questão, por meio da doutrina e da jurisprudência. “A lei deve ser acompanhada de definições claras e objetivas, garantindo maior taxatividade, para que o magistrado tenha balizas seguras ao julgar o caso concreto”, afirma.

Quanto a possíveis ajustes e aprimoramentos, ela sugere a inclusão de medidas educativas, e não apenas punitivas, além de uma definição mais precisa do conceito de “incitação”, de modo a preservar o debate acadêmico e político. Também destaca a importância de políticas públicas de prevenção que acompanhem a legislação penal. “Quando a cultura do ódio se torna epidêmica, o Direito Penal precisa atuar como o sistema imunológico da democracia, em defesa das mulheres e da sociedade”, conclui.

Misoginia no cardápio

O aumento dos casos de violência contra a mulher tem sido acompanhado por um fenômeno preocupante nas redes sociais: a disseminação de discursos que incentivam comportamentos misóginos sob o disfarce de “opiniões” ou “conselhos de comportamento”.

É nesse cenário que surge o perfil “Café com o teu pai”, criado pelo influenciador Breno Vieira Faria. O nome faz referência a um livro

devocional diário idealizado pelo pastor Junior Rostirola, cuja proposta é fortalecer a fé, ajudar na superação de desafios e promover a intimidade com Deus. No entanto, o conteúdo publicado pelo influenciador não guarda relação com os valores ou objetivos da obra original.

Servidor da Polícia Rodoviária Federal, Breno foi denunciado na última semana ao Ministério Público Federal. As acusações envolvem tanto a possível violação de normas internas da corporação — que vedam o exercício de atividades comerciais paralelas — quanto a publicação de conteúdos considerados discriminatórios e misóginos.

A deputada estadual de São Paulo, Ediane Maria (PSOL-SP), uma das responsáveis pela denúncia, afirma que a iniciativa integra um conjunto mais amplo de ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. “Entre com o pedido de implementação da CPI do Femicídio, apresentei o PL contra a Violência Política de Gênero, entre outras medidas. Uma delas foi a notificação ao Ministério Público Federal contra o TikTok, cujo algoritmo facilita a disseminação de conteúdos misóginos para meninos e adolescentes”, explica.

Para a parlamentar, o conteúdo produzido por Breno Vieira é especialmente preocupante por reforçar estereótipos de gênero de forma velada. Como exemplo, ela cita publicações em que o influenciador afirma que mulheres independentes, com carreira e autonomia financeira, teriam menos valor para os homens por supostamente deixarem de ser “femininas”.

“Ele constrói uma narrativa cínica, alegando apenas descrever a realidade, quando, na verdade, atua ativamente na reprodução de estigmas apresentados como verdades absolutas e imutáveis. No fim, trata-se de um discurso doutrinário e ideológico que contribui para a redução e a opressão das mulheres”, critica.

A deputada também relaciona esse tipo de conteúdo ao agravamento de diferentes formas de violência. “Além das altas taxas de feminicídio no país esses discursos alimentam uma cultura de violência sexual, com frases como ‘nem todo não é não’, que demonstram desprezo pela autonomia e pela vida das mulheres”, afirma.

Ediane Maria acrescenta que a expectativa é de responsabilização pelo descumprimento de seus deveres como servidor público federal e também pelo teor do conteúdo que divulga. “O que ele faz não é opinião, nem mentoria amorosa. É a propagação de uma ideologia misógina e a monetização do ódio nas redes, com consequências graves e concretas para a sociedade. Não é coincidência que a violência contra a mulher tenha crescido ao mesmo tempo em que esse tipo de conteúdo também se expandiu”, conclui.



ENTREVISTA — GUILHERME VEIGA

Advogado com atuação em tribunais superiores, professor, especialista em direito constitucional internacional pela Università di Pisa/UNIPI, Itália

O papel dos advogados nos tribunais superiores

Ana Maria Campos

Autor do livro *no Exercício da Advocacia perante o STJ, o advogado Guilherme Veiga trata dos desafios de litigar perante os tribunais superiores. Como ele explica nesta entrevista,*

advocacia nessas instâncias exige conhecimento dos precedentes e capacidade de discutir e enfrentar teses jurídicas. É preciso ultrapassar a barreira cada vez mais estreita da admissibilidade e construir teses argumentativas que não passam pela revisão de provas e fatos. “A lógica argumentativa deixa de ser estritamente

casuística e passa a exigir uma construção mais específica, voltada à demonstração da relevância jurídica da controvérsia, à delimitação precisa da questão de direito e à sua inserção no sistema de precedentes.”

Veiga é um estudioso do tema. Advogado nos Tribunais Superiores, ele é professor especialista em direito constitucional

Internacional pela Università di Pisa/UNIPI, Itália (2019). Recentemente ele concluiu o doutorado em direito constitucional pelo Ceub, tendo como integrantes da banca o presidente do STF, Edson Fachin, o ex-presidente Michel Temer, o ministro aposentado Carlos Ayres Britto e os professores Luiz Rodrigues Wambier e Bruno Buonicore.

Divulgação

Atuar nos tribunais superiores ainda é visto como algo distante para muitos advogados. O que muda na prática quando se chega ao STJ e ao STF?

A atuação perante os tribunais superiores ainda é percebida por muitos advogados como algo distante, quase inacessível. Essa percepção, contudo, decorre menos de uma barreira formal e mais da compreensão insuficiente sobre a lógica própria de funcionamento dessas Cortes. Eu escrevi um livro chamado *Exercício da Advocacia Perante o STJ: Diretrizes Teóricas e Aplicações Práticas* pelo qual procuro compartilhar minhas experiências no STJ e apresentar a dinâmica de atuação. Na prática, o que muda ao se chegar ao STJ e ao STF é, sobretudo, a natureza da função jurisdicional exercida. Enquanto os tribunais de segunda instância, como os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais estão vocacionados à solução do caso concreto, com foco na justiça da decisão para as partes envolvidas, os tribunais superiores desempenham uma função distinta. Visa a assegurar a unidade e a estabilidade na interpretação do direito federal e da Constituição. Os julgamentos no STJ e STF não se orientam pela reanálise de fatos e provas, mas pela definição de teses jurídicas, aptas a orientar todo o sistema judicial. Daí a centralidade dos precedentes, especialmente em mecanismos como os recursos repetitivos e a repercussão geral. Essa mudança de paradigma impacta diretamente a atuação do advogado. A lógica argumentativa deixa de ser estritamente casuística e passa a exigir uma construção mais específica, voltada



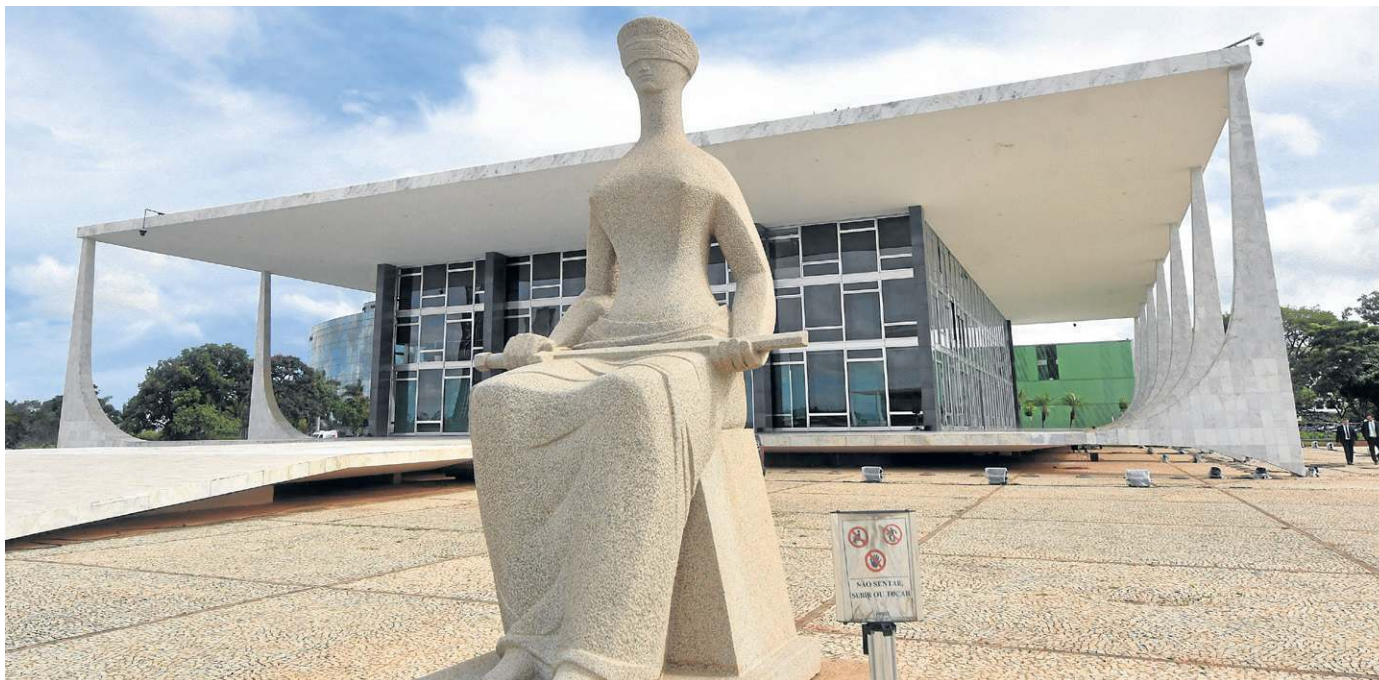
à demonstração da relevância jurídica da controvérsia, à delimitação precisa da questão de direito e à sua inserção no sistema de precedentes. Em síntese, atuar nos tribunais superiores demanda um preparo específico,

que envolve não apenas domínio técnico do direito material e processual, mas também compreensão metodológica do papel institucional dessas Cortes e da forma como se constroem essas decisões.

Na sua avaliação, o acesso ao STF e ao STJ está mais restrito hoje do que há alguns anos?

Na minha avaliação, há hoje uma diferença sensível entre o acesso ao STF e ao STJ, especialmente quando comparado ao que se via alguns anos atrás. No caso do Supremo, é possível afirmar que o acesso se tornou mais restrito. Isso decorre de uma mudança institucional relevante na forma de atuação da Corte, que passou a operar de maneira mais concentrada e seletiva. Mecanismos como controle concentrado de constitucionalidade e a repercussão geral evidenciam essa transformação. O STF deixou de funcionar como uma instância de controle da jurisprudência do texto constitucional e passou a assumir, de forma mais nítida, o papel de Corte Suprema de Precedentes voltada à definição de teses com impacto sistêmico. Esse movimento, embora institucionalmente adequado, naturalmente reduz o número de casos que conseguem ultrapassar a fase de admissibilidade. Já no STJ, o cenário ainda é distinto. O acesso permanece relativamente amplo, sobretudo para aqueles que dominam a técnica recursal própria dessa Corte. O desafio, aqui, não é tanto a restrição institucional do acesso, mas a exigência de rigor na construção do recurso especial, na delimitação da questão federal e na superação dos óbices de admissibilidade. Em outras palavras, o acesso continua possível, desde que haja preparo técnico adequado.

Ed Alves CB/DA Press



“É preciso reconhecer que o foco da advocacia mudou. Já não basta discutir apenas o caso concreto; é necessário dialogar com a formação, aplicação e eventual superação de precedentes”

“O STJ e o STF não são instâncias vocacionadas à revisão ampla do caso concreto, mas à uniformização da interpretação do direito federal e da Constituição”

Acha que é possível vislumbrar no futuro uma evolução do STJ para um modelo mais restritivo?

Sim, em linha com a racionalização do sistema e com o fortalecimento da lógica de precedentes. No entanto, esse ainda não é o quadro atual. O que se percebe, portanto, é um sistema em transição, no qual o STF já consolidou um modelo mais seletivo e o STJ ainda mantém uma via de acesso mais aberta, embora tecnicamente exigente. Nesse contexto, a atuação do advogado exige não apenas conhecimento, mas compreensão do papel institucional de cada Corte e da forma como elas vêm redefinindo seus próprios critérios de atuação.

Sustentar oralmente nessas Cortes é um diferencial real ou, na prática, os processos já chegam definidos?

A sustentação oral, especialmente de forma síncrona e presencial, é, a meu ver, um dos maiores diferenciais da advocacia nos tribunais superiores. Não se trata de um ato meramente protocolar, mas de um momento efetivo de interlocução institucional com a Corte. A sustentação oral qualificada, fundada em domínio profundo do caso e na capacidade de destacar a questão jurídica central, pode influenciar a formação do convencimento e, em alguns casos, redefinir o rumo do julgamento. A relevância desse momento é tamanha que o próprio STF, na presidência do ministro Luís Roberto Barroso, em casos de maior complexidade, passou a adotar uma metodologia que considero

extremamente virtuosa: a realização de sustentações orais em momento anterior à elaboração dos votos pelos ministros. Ou seja, cria-se uma sessão prévia, em que os advogados apresentam suas razões, e somente depois o processo retorna ao gabinete do relator para a construção do voto. Trata-se de uma inversão metodológica relevante, que prestigia o contraditório substancial e reforça o papel da advocacia na formação da decisão. Tenho, inclusive, defendido essa prática em artigos acadêmicos, por entender que ela eleva a qualidade deliberativa das Cortes. E me parece que esse modelo poderia ser também considerado no âmbito do STJ, especialmente em julgamentos de recursos repetitivos, em que a definição da tese jurídica terá impacto para além das partes. Portanto, longe de ser um ato simbólico, a sustentação oral é um instrumento importante de deliberação e, quando bem utilizada, pode efetivamente fazer diferença no resultado do julgamento.

O peso dos precedentes tem mudado o papel do advogado? Ainda há espaço para convencer o tribunal?

O peso dos precedentes, sem dúvida, tem redesenhado o papel do advogado. Hoje, atuar no STJ e no STF exige não apenas a defesa de um caso, mas a compreensão de que se está, muitas vezes, diante da formação de uma tese com impacto coletivo e prospectivo. Nesse contexto, há um ponto que considero central e que ainda passa relativamente despercebido. Quando se

afeta um recurso especial repetitivo ou se reconhece a repercussão geral, as Cortes não têm realizado um controle da chamada representação adequada. Ou seja, não se verifica, com a profundidade necessária, se os advogados que estão à frente daqueles processos possuem condições técnicas e institucionais de representar, de maneira qualificada, a multiplicidade de interesses que será atingida por um precedente vinculante. Tenho defendido, inclusive em âmbito acadêmico, que esse controle é um dos pilares democráticos para a legitimidade dessas decisões. Isso não significa, por outro lado, que o espaço de convencimento tenha desaparecido. Ao contrário, ele permanece e é essencial. Nem tudo gira em torno do que já foi decidido. O sistema de precedentes admite mecanismos de superação, como o overruling, que permite o confronto crítico de entendimentos consolidados à luz de mudanças relevantes no plano jurídico, social ou econômico. Mas é preciso reconhecer que o foco da advocacia mudou. Já não basta discutir apenas o caso concreto. É necessário dialogar com a formação, aplicação e eventual superação de precedentes. Nesse cenário, o aperfeiçoamento do controle da representação adequada se apresenta como um passo importante para reforçar a legitimidade democrática das decisões proferidas em regime de precedentes vinculantes.

Qual é o erro mais comum que o senhor vê advogados cometerem quando tentam levar um caso ao STF ou ao STJ?

O erro mais comum que observo, na prática cotidiana, é a tentativa de transformar o recurso especial ou o recurso extraordinário em uma espécie de apelação sofisticada. Muitos advogados ainda insistem em levar ao STJ e ao STF discussões que envolvem reanálise de fatos, provas ou cláusulas contratuais, o que, como se sabe, é vedado nessas instâncias. No fundo, trata-se de uma incompreensão sobre a própria função dos tribunais superiores. O STJ e o STF não são instâncias vocacionadas à revisão ampla do caso concreto, mas à uniformização da interpretação do direito federal e da Constituição. Quando o recurso é estruturado como se fosse uma continuidade da discussão fática, ele não ultrapassa sequer a barreira da admissibilidade. Por isso, o ponto central está em compreender que a atuação nessas Cortes exige uma mudança de postura. Sair da lógica da reanálise do caso e ingressar na construção de uma questão jurídica bem delimitada, apta a ser apreciada em sede extraordinária. Sem isso, o recurso dificilmente será conhecido.

Diante de tantas exigências processuais, o senhor diria que hoje advogar nos tribunais superiores é mais uma questão de estratégia ou de técnica?

A técnica não apenas prevalece, como é condição de possibilidade para qualquer atuação eficaz nos tribunais superiores. É ela que viabiliza o acesso, por meio da admissibilidade recursal, que estrutura o argumento e, em última análise, permite que o caso seja efetivamente apreciado.

Na sua opinião, faltam mulheres nos tribunais superiores?

Sim, ainda faltam mulheres nos tribunais superiores e, de forma mais ampla, nos espaços de liderança. Essa não é uma realidade exclusiva do Brasil. Trata-se de um fenômeno global. No entanto, no contexto brasileiro, essa assimetria se torna mais visível, especialmente quando se observa a composição atual do STF e, também, em alguma medida, do STJ. A reflexão, contudo, deve ir além do diagnóstico. É preciso compreender o momento histórico e, sobretudo, projetar o futuro que se deseja construir. E o caminho tende, de forma consistente, à ampliação da participação feminina em posições de liderança, seja nos tribunais, nas instituições públicas ou na iniciativa privada. Isso não se vincula a uma lógica de substituição de critérios técnicos. Ao contrário. A competência não se define por gênero, mas por entrega, consistência e resultado. O que se busca é garantir que essas qualidades possam emergir em um ambiente efetivamente aberto e plural, no qual mulheres tenham as mesmas condições de acesso, permanência e ascensão. Em síntese, há um espaço que precisa ser preenchido, e a tendência institucional e social é de avanço nessa direção, com maior equilíbrio e representatividade nos centros de decisão.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Ministros elegem por unanimidade novo comando do STJ



Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Divulgação/Senado

Em decisão unânime, os ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques foram eleitos como novos presidente e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o biênio 2026-2028. O ministro Benedito Gonçalves foi escolhido como o próximo corregedor nacional de Justiça, e o ministro Raul Araújo será o novo diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O ministro Sebastião Reis Júnior será o diretor da *Revista do STJ*. As eleições para os cargos de presidente e vice do tribunal, além da função de corregedor nacional de Justiça, foram feitas por voto secreto. Os demais, por aclamação. Eles tomarão posse em agosto.

Presidente e vice entraram juntos, nomeados por Lula

Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques ingressaram no STJ na mesma data, em 17 de junho de 2008, nomeados pelo presidente Lula. Nascido em Salvador (BA), Salomão entrou no STJ em vaga destinada à Justiça estadual— ele foi juiz e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Antes disso, foi promotor de Justiça em São Paulo. Ele presidiu, no Senado Federal, a comissão de juristas responsável por propor a legislação que ampliou a arbitragem e criou a mediação no Brasil. Também presidiu a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de reforma do Código Civil. Campbell, natural de Manaus (AM), fez carreira no Ministério Público do Amazonas, e ingressou no STJ pela vaga do quinto constitucional. Mauro Campbell também presidiu a comissão do Senado responsável por propor normas para a desburocratização da administração pública brasileira, além de comandar a comissão que elaborou o anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa.



Ed Alves/CB/D.A. Press

Etapas a vencer

A indicação do ministro Benedito Gonçalves ao cargo de corregedor nacional de Justiça será submetida à apreciação do Senado Federal, e a nomeação caberá ao presidente da República.

Sob nova composição

Houve mudanças, também, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dois ministros do STF nomeados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro — Nunes Marques e André Mendonça — foram eleitos presidente e vice-presidente da Corte e vão comandar as eleições. A presidente do TSE, Cármen Lúcia, decidiu antecipar a sucessão para favorecer o trabalho da Justiça em ano eleitoral.



Felipe Sampaio /SCO/STF



Rosinei Coutinho / STF

Primeira mulher na Vara da Infância e Juventude



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Pela primeira vez desde que foi criada, a 1ª Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal terá como titular uma mulher. A juíza Rejane Jungbluth Suxberger foi removida para o cargo por aclamação em sessão do Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

(TJDFT). Vai deixar uma marca não só pela competência de seu trabalho como pela representação feminina.

Sucessão masculina

O primeiro juiz titular foi Jorge Duarte Azevedo, nomeado em março de 1967. Em seguida, passaram por lá os juízes José Manoel Coelho, Nívio Gonçalves, Celmo Fernandes Moreira, Josué Ribeiro de Souza, José Carlos Souza e Ávila, Renato Rodovalho Scussel e Evandro Neiva de Amorim.

Acordo entre OAB-DF e TRF1 impulsiona valorização profissional da mulher

A OAB/DF e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) firmaram Acordo de Cooperação Técnica com o propósito de aprimorar atividades educacionais para a



Divulgação

valorização profissional de mulheres. O termo foi assinado pelo presidente da seccional, Paulo Maurício Siqueira, Poli, e pela vice-presidente do TRF1, desembargadora federal Gilda Sigmarinha Seixas, com a presença da diretora de Mulheres da OAB-DF, Nildete Santana de Oliveira. A ação conjunta decorrente do acordo promoverá igualdade de gênero no âmbito das instituições em ações planejadas conjuntamente, por 10 anos. Pelo TRF1, haverá foco em políticas antidiscriminação e igualdade no Judiciário federal. Pela OAB-DF, ênfase em direitos humanos, empoderamento na advocacia e prerrogativas profissionais.

"Da minha parte, digo: podem dormir tranquilos. Não há uma linha minha que esteja fora da lei"

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF)



Alejandro Zambrana/Secom/STF

Visão do Direito



Suzana Cremasco

Doutora em direito pela UFMG, professora de processo civil do IBMEC e advogada especialista em gestão de disputas

Acesso à Justiça sob condição? Os riscos da exigência de solução extrajudicial

A promessa constitucional de acesso à Justiça nunca foi apenas uma garantia formal. Ela representa o compromisso de que nenhum cidadão ficará sem resposta diante da violação de seus direitos. Não por outra razão, propostas — legislativas ou judiciais — que condicionam esse acesso a etapas prévias obrigatórias merecem atenção redobrada, pois sob o argumento da eficiência, corre-se o risco de transformar um direito fundamental em um percurso condicionado.

É sabido que o Poder Judiciário brasileiro convive, há décadas, com um volume expressivo de demandas, especialmente no campo do direito do consumidor. Dados recentes indicam milhões de processos envolvendo relações contratuais e pedidos de indenização, o que, frequentemente, alimenta diagnósticos simplistas sobre uma suposta “judicialização excessiva”. No entanto, reduzir esse fenômeno a um problema de litigiosidade — excessiva ou abusiva — ignora uma questão mais profunda: a persistente falha estrutural na prevenção e resolução adequada de conflitos nas relações de consumo.

É nesse contexto que ressurge, com força, a proposta de exigir do consumidor a

demonstração de tentativa prévia de solução extrajudicial como condição para o acesso ao Judiciário. A discussão, inicialmente travada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e, hoje, em pauta no Superior Tribunal de Justiça, revela uma tensão central do processo civil contemporâneo: como incentivar métodos consensuais de resolução de conflitos sem esvaziar o direito fundamental de acesso à Justiça.

A Constituição Federal é clara ao assegurar que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação judicial. O Código de Processo Civil, por sua vez, encampou um sistema de justiça multiportas, que valoriza a autocomposição, sem, contudo, estabelecer, como regra geral, a obrigatoriedade de tentativa prévia.

Nesse cenário, a eventual consolidação desse requisito — em linha do que decidiu o TJMG, portanto, não é apenas uma mudança procedimental — trata-se de uma inflexão relevante no modo como se compreende o próprio direito de ação.

Sob o argumento da eficiência, busca-se filtrar demandas que poderiam ser resolvidas por canais como SACs, Procons ou plataformas digitais. É inegável que, em determinados casos, tais mecanismos podem proporcionar soluções mais céleres

e menos onerosas. O problema reside em transformar essa possibilidade em condição obrigatória, especialmente em um cenário marcado por profundas assimetrias informacionais e estruturais entre fornecedores e consumidores, em um país de dimensões e disparidades continentais como o Brasil.

A imposição de uma etapa prévia obrigatória tende a produzir efeitos seletivos. Consumidores mais informados e organizados conseguirão cumprir as exigências formais. Os mais vulneráveis — porque menos instruídos, com idade avançada ou vivendo em condições precárias — que são justamente aqueles que mais necessitam da tutela jurisdicional — poderão encontrar novas barreiras e, é preciso dizer, terem a sua proteção excluída. O risco, portanto, não é apenas de redução de demandas, mas de exclusão silenciosa de direitos.

Além disso, a ausência de parâmetros claros sobre a extensão e a forma dessa exigência pode gerar um cenário de insegurança jurídica. A depender da interpretação judicial, processos poderão ser extintos por insuficiência de comprovação de tentativas extrajudiciais, criando um mosaico de decisões divergentes e reforçando a imprevisibilidade do sistema.

O desafio não está, portanto, em negar a importância das soluções consensuais, mas em evitar que elas sejam instrumentalizadas como filtros de acesso. Incentivar o uso das múltiplas portas do sistema de solução de conflitos e estimular a autocomposição é compatível com o modelo constitucional. Condicioná-la, de forma rígida, ao exercício do direito de ação pode representar um deslocamento perigoso de foco: do acesso à Justiça para a contenção de demandas.

A discussão em curso, portanto, não diz respeito apenas à organização do sistema de Justiça ou à redução de seu volume de demandas. Trata-se, em última análise, de definir se o acesso à Justiça continuará sendo compreendido como um direito fundamental incondicionado ou se passará a ser progressivamente condicionado ao cumprimento de etapas prévias, muitas vezes inacessíveis a quem mais precisa.

Em um cenário de profundas desigualdades, transformar o acesso em percurso obrigatório — e não em garantia — pode significar, na prática, deslocar o centro do processo civil: da proteção de direitos para a gestão de fluxos. E esse é um movimento que, sob o pretexto da eficiência, corre o risco de esvaziar aquilo que o sistema deveria, antes de tudo, assegurar.



Ernani Teixeira Ribeiro Jr.

Sócio do Atra Advogados e especialista em negócios digitais e gestão legal de riscos em inteligência artificial

Consultório jurídico

A Comissão de Segurança Pública aprovou o Projeto de Lei nº 615/2021, que criminaliza a comercialização de dados obtidos por meio de interceptações

telefônicas, telemáticas ou informáticas ilegais. Qual será o impacto desse projeto caso vire lei?

Esse não é um fenômeno recente. Há hoje um reconhecimento claro da importância da informação e, sobretudo, dos dados sensíveis, que há muito tempo já são monetizados. O PL 615/21 surge nesse contexto para

fechar o cerco ao ecossistema do cibercrime. Enquanto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) prevê sanções administrativas e a possibilidade de indenização, o projeto de lei amplia o escopo de responsabilização. O texto, que agora segue para a Câmara dos Deputados, também reforça a necessidade de aprimoramento da governança corporativa no

tratamento de dados. O PL criminaliza essas condutas e eleva o patamar de responsabilidade. Ao punir quem lucra com a comercialização ilegal de dados, fecha-se o cerco não apenas na esfera administrativa, mas também na criminal. Isso inclui a responsabilização pessoal de dirigentes que utilizem dados clandestinos para fomentar seus negócios.



Visão do Direito



Humberto Lima

Especialista em gestão e CEO da *cancelou.com*

Advogado pode antecipar sentença antes do fim do processo?

O Brasil é o país onde há o maior número de ações judiciais em tramitação em todo o mundo. Para se ter ideia, nós entramos em 2026 com nada menos que 75 milhões de processos em andamento, segundo números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Isso ajuda a explicar por que os trâmites nas esferas judiciais, muitas vezes, se arrastam por um tempo maior do que poderia ser o esperado. Qualquer jurista sabe que, por mais simples que seja o caso, é quase impossível prever um prazo para a sentença.

O problema é que o advogado é um profissional liberal, o que significa que ele depende exatamente das decisões judiciais para receber os honorários de cada processo. Em

muitos casos, um advogado vive o paradoxo de estar à frente de várias ações judiciais tramitando simultaneamente, algumas delas com alto potencial de ganho, mas, ao mesmo tempo, enfrentar problemas financeiros de curto prazo. Esse é um conflito cada dia mais presente na rotina da advocacia.

Uma saída que vem se popularizando cada vez mais no Brasil, em particular, é a antecipação de sentenças. Diversos advogados vêm encontrando nessas transações uma forma de minimizar a dependência do tempo de espera e acelerar seu acesso a uma fatia importante dos honorários referentes àquele caso. O chamado substabelecimento, ou seja, a transmissão da titularidade da procuração de um processo em andamento

para outro escritório, vem se tornando uma forma de desafogar o número de casos e garantir o recebimento antes do previsto.

Outro detalhe importante é que, no acordo, todos os riscos e responsabilidades, inclusive eventuais perdas judiciais, são transferidos ao escritório adquirente. Mais um ponto relevante: a ação pode ser negociada a qualquer etapa da tramitação, bastando apenas que o processo já tenha iniciado seu curso.

A prática é legal e amparada pelo Código de Ética e Disciplina da OAB. A única recomendação para que a transação se efetive é que haja uma comunicação prévia junto ao requerente do processo.

Um levantamento da plataforma Jusbrasil mostra que, somente entre janeiro de

2023 e maio de 2025, houve a entrada em primeira instância de mais de 1,2 milhão de novos processos contra os bancos somente nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Outras 266 mil ações tinham como alvo as companhias aéreas. Contra os planos de saúde, eram 130 mil processos computados, enquanto aqueles que tinham as seguradoras como réus totalizavam 118 mil processos.

Com um Judiciário sobrecarregado e prazos difíceis de prever, esse movimento tende a crescer. Mas não se trata de uma decisão simples. Antecipar pode aliviar o caixa no curto prazo, mas exige leitura estratégica para não comprometer o resultado lá na frente.

Visão do Direito



Ricardo da Silva Azevedo

Advogado do escritório Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados



João Paulo Aquino

Advogado do escritório Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados

A proposta de modernização do crowdfunding pela CVM: um segmento em expansão

A agenda regulatória da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para 2026 propõe inovações relevantes, dentre as quais se destaca a proposta de reforma das regras aplicáveis ao mercado de crowdfunding.

A proposta é oportuna, considerando que este mercado atingiu, em 2025, o patamar de 861 ofertas e uma captação total de R\$ 3,9 bilhões. Esse desempenho mais que dobrou o número de operações e mais que triplicou o volume financeiro observados em 2024.

As mudanças propostas são amplas. A mais significativa consiste em permitir o acesso de empresas que não se enquadram como “de pequeno porte” a esse mercado.

Hoje apenas sociedades empresárias com receita bruta anual de até R\$ 40 milhões podem emitir títulos em plataformas de

crowdfunding. A minuta da reforma elimina esse teto e amplia o rol de emissores elegíveis.

Nesse contexto, a proposta prevê o ingresso de cooperativas do agronegócio e produtores rurais pessoas naturais no mercado de crowdfunding. O objetivo é ampliar o mercado de capitais e facilitar investimentos no setor, reconhecendo a relevância do agronegócio para a economia brasileira e o papel das cooperativas e de produtores rurais na atividade econômica nacional.

Além da ampliação do universo de emissores, a autarquia sugere um sistema de classificações modular inspirado na disciplina dos fundos de investimento. Dessa forma, os emissores passariam a ser organizados em categorias com requisitos e obrigações proporcionais, além das normas gerais aplicáveis a todos.

Dentre os parâmetros propostos, sociedades empresárias emissoras não registradas na CVM passariam a poder captar até R\$ 25 milhões por ano. Trata-se de um aumento de R\$ 10 milhões em relação à norma vigente. Por sua vez, pessoas naturais ficariam limitadas à emissão de um único tipo de valor mobiliário e sujeitas a deveres informacionais específicos.

Esse redesenho reposiciona o crowdfunding. Deixa de ser encarado apenas como um “mercado de acesso” e passa a funcionar como um segmento de ofertas públicas de menor complexidade e volume. Abre assim uma via de acesso ao mercado de capitais para agentes econômicos que não são companhias abertas registradas.

A CVM também propõe autorizar que instituições tradicionais de distribuição de valores mobiliários atuem na distribuição de títulos emitidos nas plataformas de

crowdfunding. Essa atuação ocorreria mediante acordos comerciais firmados entre as plataformas, distribuidoras e emissores.

A medida favorece a integração entre o mercado tradicional e o mercado alternativo, amplia o alcance das ofertas, melhora as condições de liquidez e tende a contribuir para uma precificação mais eficiente dos ativos. O movimento também pode atrair novos investidores com perfil mais conservador, para esse segmento.

O conjunto das alterações propostas pela CVM converge para um objetivo claro: ampliar o acesso ao mercado de capitais para empresas e para investidores. A proposta normativa é inovadora e coerente com a experiência acumulada nos últimos anos e representa uma abertura regulatória relevante para o crowdfunding, sinalizando a maturidade alcançada pelo segmento.

Visão do Direito



Alexandre Miguel

Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO)

Julgar é fazer a gestão dos conflitos humanos

A atividade de julgar é um exercício de responsabilidade que nem sempre se traduz em manchetes de modo fidedigno. No cenário brasileiro, o debate público sobre o Poder Judiciário tem sido reduzido a uma tabela contábil, que ignora o que é o ato jurisdicional e qual o papel da magistratura na manutenção da paz social. Escrever sobre esse tema não é um exercício de autodefesa – afinal, prerrogativa não se confunde com privilégio –, mas um dever de franqueza com a sociedade.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Judiciário bateu recorde de produtividade em 2024, julgando 44,6 milhões de processos: um aumento de 28% em relação ao ano anterior. Por trás de cada número reside uma vida, uma liberdade em xeque, uma família em disputa ou o destino de políticas públicas essenciais. Julgar é fazer a gestão dos conflitos humanos.

O magistrado opera em uma zona de incertezas em que a urgência impera: é ele que, na calada da noite, precisa decidir sobre uma medida protetiva de urgência

– em que o deferimento pode evitar um feminicídio, e o indeferimento equivocadamente, por outro lado, custar uma vida. Essas circunstâncias impõem ao juiz o peso ético das consequências irreversíveis de suas decisões, tomadas sempre sob pressão. Das varas de família, onde o destino de uma criança é selado, às varas empresariais – que gerem recuperações bilionárias e milhares de empregos –, o Judiciário é o arrimo da civilidade.

É preciso, portanto, qualificar o debate sobre a independência da magistratura. As garantias constitucionais – inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de subsídios – não existem em benefício do ocupante do cargo. Elas servem, em última análise, à proteção da própria população. Um juiz que depende de favores políticos, que teme retaliações financeiras ou que busca a aprovação efêmera das redes sociais deixa de ser um julgador para se converter em refém.

A remuneração digna é a blindagem que permite ao magistrado decidir contra o governador poderoso, contra o empresário influente ou contra o clamor das

ruas – nas hipóteses em que este atropela o devido processo legal ou vai na direção contrária à da lei. Países de sólida tradição democrática compreendem há séculos que a independência judicial é diretamente proporcional à segurança institucional e financeira de quem julga. Quando se fragiliza tal salvaguarda sob o pretexto de um populismo fiscal, o que desmorona, muito além do salário do trabalhador, é a autonomia necessária para a tutela dos direitos fundamentais.

A narrativa simplista que carimba garantias como “privilégios” produz efeitos colaterais perigosos. O primeiro deles é a corrosão da legitimidade, com a sociedade induzida a acreditar que o juiz atua em causa própria – situação que estremece a arquitetura do Estado de Direito. O resultado é uma postura defensiva, em que o medo da exposição e do linchamento midiático pode inibir a coragem necessária para as sentenças difíceis.

O Brasil enfrenta desigualdades estruturais inaceitáveis, todavia, a solução para esses gargalos não passa pelo

enfraquecimento das instituições. Pelo contrário: quanto maior a desigualdade, mais necessário é um Judiciário forte, íntegro e independente para mediar as tensões sociais. O custo da democracia – que inclui a manutenção de magistrados tecnicamente preparados e imunes a pressões – é imensamente menor do que o preço do arbítrio.

Julgar o Brasil exige mais do que conhecimento técnico: exige resistência. Em comarcas distantes e varas criminais complexas, há homens e mulheres que alteram suas rotinas e enfrentam riscos pessoais para garantir que a lei seja cumprida. A magistratura brasileira entrega produtividade recorde porque compreende sua missão. Não pedimos complacência, mas o reconhecimento de que, sem um juiz livre, não há cidadão seguro.

A democracia não sobrevive sobre ruínas institucionais. Preservar a magistratura é, antes de tudo, preservar o direito de cada brasileiro de ter seus conflitos decididos por uma Justiça que não se dobra, não se acovarda e não depende de nada além da Constituição.



Gustavo Maffioletti,

Advogado tributarista do Maffioletti & Arndt Advogados

Consultório Jurídico

Quais são os principais riscos financeiros e jurídicos para as empresas que continuam tratando a DCTF apenas como uma obrigação operacional, e que mudanças práticas o senhor recomenda para transformá-la em uma ferramenta estratégica de gestão fiscal?

O maior risco não está na multa por atraso, está no que a DCTF revela sobre a empresa quando é mal preenchida. Uma

declaração inconsistente pode gerar malha fiscal, bloqueio de CND, impedimento em licitações, restrição de crédito bancário e, nos casos mais graves, autuações com qualificação de dolo.

O problema de fundo é cultural. Muitas empresas tratam a DCTF como tarefa de sistema, delegada para contabilidade sem processo definido e sem integração com o planejamento tributário. O resultado é previsível: a obrigação que deveria ser um instrumento de controle vira um ponto cego de gestão.

E aqui está o ponto que poucas empresas enxergam: a DCTF não serve apenas para reportar, ela deveria refletir uma

estratégia. Quando a contabilidade operacional trabalha isolada, sem conexão com advogados especializados em planejamento tributário, a empresa cumpre a obrigação, mas desperdiça oportunidades reais de otimização da carga tributária. Créditos não aproveitados, enquadramentos ineficientes e oportunidades por alterações legislativas, judiciais e administrativas que sequer chegam à declaração representam algo grave no mercado atual: dinheiro da empresa que fica no bolso do fisco. A consultoria tributária é o investimento que transforma conformidade fiscal em ganho de margem.

As mudanças práticas que recomendo são objetivas. Instituir conferência integrada

entre fiscal, contabilidade e financeiro antes de qualquer envio. E, mais decisivo, garantir que o planejamento tributário conduzido por especialistas externos esteja permanentemente conectado à rotina contábil. Quando não há sinergia entre a empresa, a contabilidade e os especialistas tributários, a empresa paga mais imposto do que deveria, perde margem para o concorrente e ainda corre risco de autuação.

Tratar o calendário tributário como planejamento estratégico, e não como lembrete de vencimento, é o que separa empresas que sobrevivem disputando preço sem margem daquelas que usam a gestão tributária como alavanca real de competitividade.

Visão do Direito



Celeste Leite dos Santos
Promotora de Justiça em último grau do Colégio Recursal do Ministério Público (MP) de São Paulo



Elisabete Ferreira Sato
Delegada no Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil de São Paulo e professora da Academia de Polícia (Acadepol)

Suzane Richthofen na Netflix: o crime como espetáculo, o bem jurídico violado e o desrespeito às vítimas

O caso Suzane von Richthofen à luz da mais nova série da Netflix suscita questões relevantes para o direito penal, para a vitimologia, para a política criminal e, não menos importante, para a aplicação do Estatuto da Vítima - Projeto de Lei (PL) 3890/2020. A análise jurídica deve considerar o impacto social da representação midiática de crimes graves e a necessidade de se preservar a dignidade das vítimas, conforme diretrizes constitucionais e internacionais.

Afinal, Suzane, personagem da produção anunciada pela plataforma de streaming, vale destacar, foi condenada a 39 anos e seis meses pelo assassinato (a pauladas) dos pais, a psiquiatra Marísia von Richthofen e o engenheiro Manfred von Richthofen. Cometido em outubro de 2002, o crime entrou para a lista dos mais chocantes da crônica policial brasileira.

Do ponto de vista dogmático, o “culto ao criminoso” pode ser compreendido pela criminologia como um desdobramento da criminalidade midiática — fenômeno no qual a espetacularização do delito altera

padrões da percepção social, podendo gerar distorções acerca da função preventiva e retributiva da pena.

A estetização de Suzane, importante frisar, autora confessa e condenada pela execução dos pais, e figura central em outras adaptações audiovisuais, tende a deslocar o foco da ilicitude para aspectos biográficos da ré, diluindo, assim, a gravidade do bem jurídico violado: a vida. Ao mesmo tempo, se idolatra a mentora do homicídio dos próprios pais, tendo como executores o namorado à época e o irmão deste.

A vitimologia, especialmente em sua vertente de terceira geração, alerta para a necessidade de proteção da memória e da integridade moral das vítimas indiretas.

Em apreciação no Senado, o Estatuto da Vítima, por seu turno, consagra, entre outros direitos, a salvaguarda contra exposições midiáticas que acarretem revitimização, reconhecendo o direito à preservação da memória e a não banalização do sofrimento. O que significa que, narrativas que privilegiam a autora do crime podem violar tal princípio, promovendo o apagamento simbólico

de Manfred e de Marísia, mortos dentro de casa, enquanto dormiam, e sujeitos centrais da tutela penal.

No campo constitucional, o artigo 5º, parágrafos 25 e 59, combinado ao artigo 1º, parágrafo 3, estabelece o dever estatal de assegurar justiça, dignidade e respeito às vítimas. Logo, gerar lbope, likes e visualizações por meio da memória de quem teve a vida ceifada brutalmente não nos parece razoável e aceitável. Pior ainda se o que a imprensa reproduziu, nas últimas horas, for verdade: para contar sua versão da chacina à Netflix, Suzane teria recebido um cachê de R\$ 500 mil - ou seja, a condenada fatura, enquanto sapateia no túmulo de seus genitores.

No plano internacional, a Declaração das Nações Unidas sobre Princípios Fundamentais de Justiça para Vítimas de Crime e Abuso de Poder (1985) impõe a necessidade de que vítimas e familiares tenham preservadas suas identidades e esfera moral.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Belém do Pará) não tem orientação diferente. Ela defende que representações

mediáticas não reproduzam estigmas ou discursos que normalizem a violência.

A reiteração narrativa da série da Netflix centrada na ré, Suzane, se não adequadamente contextualizada, pode configurar forma indireta de revitimização, contrariando, indiscutivelmente, o movimento contemporâneo de fortalecimento das garantias das vítimas.

A Política Criminal moderna exige que, mesmo em manifestações culturais, a memória daqueles que sofreram a violência seja respeitada como elemento essencial da Justiça restaurativa e da ética pública.

O Direito, a Vitimologia e o Estatuto da Vítima, portanto, convergem no tocante que, nenhum enredo sobre o caso Richthofen pode transformar o crime em espetáculo, antes de tudo, as vítimas - diretas ou indiretas.

Que fique claro: não estamos tratando, aqui, de censura. A representação artística é legítima, mas não está imune ao dever moral de não desumanizar aqueles que, afinal, tiveram suas vidas interrompidas de forma assustadoramente brutal.

Visão do Direito



Sergio Pelcerman
Sócio da área trabalhista do Almeida Prado e Hoffmann

O rigor do TST e o novo custo da desatenção trabalhista

A recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que anulou o pedido de demissão de uma empregada doméstica gestante sem assistência sindical não representa uma ruptura, mas um endurecimento relevante na interpretação das garantias já previstas na legislação. Ao aplicar a tese vinculante do Tema 55, a Corte reforça um ponto sensível para empregadores: a formalidade, nesses casos, deixou de ser detalhe e passou a ser condição de validade.

O entendimento consolida a leitura de que a proteção à maternidade — com

fundamento constitucional — deve prevalecer mesmo quando o desligamento parte, em tese, da própria trabalhadora. A exigência de assistência sindical, prevista no artigo 500 da CLT, ganha contornos mais objetivos e, na prática, transforma-se em um filtro rigoroso para a validade do pedido de demissão de gestantes.

O impacto é direto. Ao mesmo tempo em que aumenta a previsibilidade jurídica, a decisão eleva o risco trabalhista. Empresas que não observaram essa cautela, mesmo em situações já formalizadas, passam a enfrentar um potencial passivo relevante. A

ausência de assistência sindical cria uma presunção robusta de invalidez, invertendo o ônus da prova e tornando a defesa, na prática, extremamente difícil.

O caso concreto julgado pela 5ª Turma é emblemático: ainda que o Tribunal Regional do Trabalho tenha validado a rescisão com base na iniciativa da trabalhadora, o TST reformou a decisão e determinou o pagamento integral do período de estabilidade. A mensagem é clara — a vontade formalizada não basta quando há vulnerabilidade jurídica envolvida.

Esse movimento tende a ampliar a

judicialização. A estabilidade gestacional já é tema recorrente na Justiça do Trabalho, especialmente em grandes centros como São Paulo. Com a uniformização do entendimento, é natural que mais ações sejam propostas, seja para revisar desligamentos passados, seja para questionar procedimentos adotados sem a devida cautela.

Para o empregador, o recado é inequívoco: a gestão de riscos trabalhistas exige mais do que boa-fé — exige conformidade estrita com os requisitos legais. Em um ambiente regulatório cada vez mais rigoroso, a negligência procedimental pode custar caro.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 16 de abril de 2026

Para anunciar ▶ **3342-1000**
1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
& SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1
IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
1 QUARTO
CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

1.2 ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ÁGUAS LINDAS
2 QUARTOS
CONSULTORA
INCORPORADORA

SÃO BENTO
VENDE APARTAMENTOS em Águas Lindas de Goiás. Até 100% financiado, 01 vaga de garagem, varanda e área de lazer. Valor R\$ 170 mil. Toda documentação paga pelo construtor. Agende sua visita e garanta o seu. Chamar no Whatsapp Vinicius (61) 99142-0412.

ASA NORTE
QUITINETES
PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS
PLANO EMPREEND.
404 BLOCO 1 Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL
3 QUARTOS
CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO
3 QUARTOS
PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ
3 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS
SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE
2 QUARTOS
RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA
2 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE
2 QUARTOS
INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA
2 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS
ÁGUAS CLARAS
4 OU MAIS QUARTOS
ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

ÁGUAS LINDAS
2 QUARTOS
ÁGUAS LINDAS DE GOIAS GO Vendo ágio de casa em condomínio fechado, c/ apenas 10 casas. R\$ 40 mil Aceito carro. Tr: 61 99226-4020

CIDADE OCIDENTAL
4 OU MAIS QUARTOS
QD AC Alphaville Brasília. Casa de alto padrão, 4 qtos, todos suítes com closet, 5 banheiros, 370m² de área construída em um terreno de esquina com 703 m², espaço de sobra para viver com conforto, privacidade e segurança. Tratar: Proprietário 61 99196-8360 / Corretor 61 98277-9767

1.3 CRUZEIRO

CRUZEIRO
4 OU MAIS QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA
3 QUARTOS
CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE
4 OU MAIS QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE
3 QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY
4 OU MAIS QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO
4 OU MAIS QUARTOS
PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadral Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

4 OU MAIS QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechada, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS
LOJAS
SUDOESTE
TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. >tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES
MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitación al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS
ÁGUAS CLARAS
PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE
SRTVN 701 C.E.Norte duas salas juntas reformadas phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL
ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE
INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

OS MELHORES
REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

OUTROS ESTADOS

VENDO
CAVALCANTE-GO Lindíssimo terreno 12hec. escriturado ao pé do morro, há 8Km de Cavalcante (Chapada dos Veadeiros) GO 241 (asfalto), vista c/mirante 360 graus. Tr: Zap 62 99967-4507

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDE-SE CHACARA
1 HECTARE casa c/5 quartos, cs de caseiro, 2qts. churrasq. Entre Outlet e Alexânia. (61) 99439-3883

VENDO OU TROCO
 Sítio 20 hectares Agrovila BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cerca-da, etc... doc. Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel**
- 2.2 Apartamentos**
- 2.3 Casas**
- 2.4 Lojas e Salas**
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 2.6 Quartos e Pensões**
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.500 991577766 c9495

2.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m2 no 3 pavimento. Tr: 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
 CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 400 metros, sendo 200 metros de térreo e 200 de subsolo, de frente W3 Sul Tr: 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.4 CANDANGOLÂNDIA

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GUARÁ

QE 38 Al Loja 96m2 c/ subsolo 1wc Ref. piso granitina frente p/nasc \$ 1.400 991577766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis**
- 3.2 Caminhonetes e Utilitários**
- 3.3 Caminhões**
- 3.4 Motos**
- 3.5 Outros Veículos**
- 3.6 Peças e Serviços**

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

3.1 CHEVROLET

CHEVROLET

CELTA/09 inteiro R\$17.500 Vendo ou Troco Tr: (61) 99969-9595

FIAT

PALIO/13 2 portas, 93mil/km, limp e desem traseiro, pneu Continental 98346-4080

RENAULT

DUSTER 17/18 Expression completo 4x2 manual 1.6 cinza 154.000km ágio R\$ 44.000 + 32 parcelas R\$ 1.150,00. Particular Tr: 98308-0999.

VOLKS

AUTOCRED VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

PREZADA, MICHELLE Santos Mota, a empresa Marzuk Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ: 10.923.812/0005-96, informa que você está ausente desde o dia 16/03/2026, sem justificativa. Informamos que foram enviados 2 telegramas de convocação ao endereço cadastrado, porém o mesmo retornou devido à sua ausência no local. Solicita-se seu retorno ou contato em até 48 horas após o recebimento desta, para regularização da sua situação junto a empresa. A falta de retorno poderá caracterizar abandono de emprego conforme a legislação trabalhista vigente artigo 482, letra "I" da CLT. Sem mais, Marzuk.

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobra consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

RECADOS

PRECISA-SE MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. >timos ganhos 61 98184-6503

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

VENDO TÍTULO IATE CLUBE DE BRASÍLIA. Tr: 61 98157-9961

OUTROS

ACOMPANHANTE

RENATO ATIVÃO MACHÃO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963



ANUNCIE O SEU PRODUTO

LIGUE PARA:

61 3342-1000

CLASSIFICADOS

SICOOB Empresarial EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO DE VENDA DE IMÓVEIS Lei 9.514/97

AVISO DE VENDA - EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO 003/2026

MOACIRA TEGONI GOEDERT, Leiloeira Pública Oficial, inscrita na JUCIS/DF sob o nº 63/2013, comunica a todos quanto o presente aviso virem ou dele tiverem conhecimento que, devidamente autorizada pelo credor fiduciário SICOOB Empresarial - Cooperativa de Economia e Crédito de Livre Admissão Ltda, CNPJ nº 05.856.736.0001-80, com sede em Brasília/DF, promoverá a venda em LEILÃO PÚBLICO on-line (internet), do tipo "Maior Lance ou Oferta", com base na Lei 9.514/97 e no Decreto 21.981/1932, de imóveis com consolidação da propriedade fiduciária em favor do SICOOB Empresarial, a saber:

Descrição dos Imóveis:

Item	Descrição e endereço	Lance mínimo	
1	Imóvel edificado: Lote nº 14, Conjunto "A", Quadra 37, Vila São José, Brazlândia/DF, medindo 10,00m de frente e 10,00m de fundos, 20,00m pela lateral direita e 20,00m pela lateral esquerda, perfazendo uma área de 200m², limitando-se pela frente com via pública, pelos fundos com área a ser urbanizada, pelo lado direito com o Lote 12 e pelo lado esquerdo com o Lote 16, conforme matrícula nº 9349 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Inscrição nº 45153175 no GDF.	1.000.000,00	970.445,20
2	Imóvel edificado: Lote 02, Conjunto "A", Quadra 37, Vila São José, Brazlândia-DF, medindo 10,00m de frente e 10,00m de fundos, 20,00m pela lateral direita e 20,00m pela lateral esquerda, perfazendo uma área de 200,00m², limitando-se pela frente com via pública, pelos fundos com área a ser urbanizada, pelo lado direito com via pública e pelo lado esquerdo com o Lote 04, conforme matrícula nº 9173 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Inscrição nº 45153051 no GDF.	1.000.000,00	970.445,20

Datas e horários: Se no primeiro leilão público, às 10h do dia 11/05/2026, o maior lance oferecido for inferior ao valor de avaliação dos imóveis estipulado na forma da Lei 9.514/97, será realizado o segundo leilão às 10h do dia 25/05/2026, quando será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela alienação fiduciária. No segundo leilão, caso não haja lance igual ou superior ao valor definido nos itens 4.1 e 4.1.1 do edital, poderá ser aceito e declarado vencedor, a exclusivo critério do SICOOB Empresarial, lance que seja igual ou maior que 50% da avaliação do imóvel. (Lei 9.514/97, art. 27, §2º)."

Situação Física: o imóvel é ofertado "ad corpus", nas condições, inclusive de ocupação, em que se encontra;

Local do Leilão: exclusivamente eletrônico (pela internet), no website da leiloeira: [https://moacira.leil.br/leilao/732].

Forma de pagamento, encargos e demais condições: consulte o edital completo na página do leilão eletrônico, na aba EDITAL E INFORMAÇÕES.

Informações: contato@moacira.leil.br e moacira.leiloeira@gmail.com | telefones: (61) 3041-9533 e (61) 99232-8207.

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 **TURISMO E LAZER**

OUTROS

ACOMPANHANTE

LUANA LINDA LOIRA
ALTA E MAGRA Mass
Anti-stress+Relax 1H Ta-
guatinga 61 99230-2525

NIKE PARAIBANA
21 ANOS Uma das Peri-
quetes mais lindas do
Plano Piloto c/ oral até
o fim! 61 99674-4408

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas
bemestarmassagens.
com.br Fones: 61
985621273/ 3340-8627

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CONTRATA - SE
ATENDENTE de mesa
p/trabalhar em restauran-
te c/ exper. em Buffet.
Salário a combinar.. Li-
gar ou enviar currículo
98350-7773

6.1 NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE PRODUÇÃO
CONTRATAMOS PA-RA
trabalhar em Indús-
tria de alimentos em Sa-
mambaia. Diversas va-
gas. Enviar CV para:
rh@germana.com.br

AUXILIAR DE CÂMARA FRIA
CONTRATAMOS PA-RA
trabalhar em Indús-
tria de Alimentos em Sa-
mambaia. Enviar CV pa-
ra: rh@germana.com.br

CASEIRO Que saiba ti-
rar leite Tratar: 61
3367-0108

DANÇARINAS(OS)
COM/SEM exp p boate,
ót.ganhos 99917-1403

DOMÉSTICA todo o
serviço, com referên-
cia e experiência, pa-
ra trabalhar em guas
Claras. Tr: 61 98175-
5191 / 61 3561-4394

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiên-
cia p/Semana ou Fim Se-
mana. Pagamento diá-
rio. Tr: 61 98474-3116

EDITAL DE 1ª E 2ª PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 22/04/2026, às 11h45 | 2º Público Leilão: 24/04/2026, às 11h45

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por SPE ALPHAVILLE BRASÍLIA ETAPA II EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA., CNPJ nº 14.869.701/0001-76, VENDERÁ em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, pelos arts. 26 e 27 da Lei 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 06, DA QUADRA M, DO LOTEAMENTO DENOMINADO "ALPHAVILLE RESIDENCIAL 2 E 3", à Alameda Dinamarca, Cidade Ocidental/GO. Área Total: 455,94m². Mat. nº 3.787 do Cartório de Registro de Imóveis de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 977165 e Inscrição nº 1.437.000M.0006.0. Consolidação da Propriedade em 26/02/2026. Lances Iniciais: 1º Público Leilão: R\$ 296.207,62. 2º Público Leilão: R\$ 297.384,33. Ônus do Arrematante: i) Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; ii) Custas/impostos/taxas para lavratura/registo da escritura; iii) Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes/após os leilões; iv) Observar as restrições urbanísticas/construtivas; v) Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; vi) Custas/despesas com eventual desocupação; vii) A Credora analisará propostas condicionais, na forma do artigo 27, § 2º, da Lei Federal 9.514/97, ficando a seu exclusivo critério a aceitação ou recusa. Venda ad corpus, imóvel entregue no estado em que se encontra. O interessado deve tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR, não podendo alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **ITALLO LEONARDO BALZAN LACERDA**, inscrito no CPF nº 076.800.461-66, comunicado dos débitos, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em lugar desconhecido, para o exercício da preferência. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fones (19) 3794-2044 - (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.**

6.1 NÍVEL BÁSICO

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem
exper.99414-1086 zap

VIDRAÇARIA BRASÍLIA
214 SUL CONTRATA
SERVIÇOS GERAIS -
Pessoas pontuais ; res-
ponsável e com interese-
se de aprendizado. De
Segunda a sexta 8:30
às 18h e sábados 8:30
às 13h. Enviar CV A/C
Isabel 98259-0077
vidracariabrasilia2009
@gmail.com

CONTRATA-SE Traba-
lhador com experiência,
para morar com a famí-
lia em chácaras no Distri-
to Federal. Exigimos: Na-
da Consta e referênci-
as. Salário e benefícios.
(61) 99863-6663

CONTRATA-SE 1
VAQUEIRO e 1 Caseiro
p/ Fazenda c/ experiên-
cia. Tr: (61) 99233-7557

CONTRATA-SE Traba-
lhador com experiência,
para morar com a famí-
lia em chácaras no Distri-
to Federal. Exigimos: Na-
da Consta e referênci-
as. Salário e benefícios.
(61) 99863-6663

6.1 NÍVEL BÁSICO

VIDRAÇARIA BRASÍLIA
214 SUL CONTRATA
**VIDRAÇEIRO COM EX-
PERIÊNCIA** em vidro co-
m e temperado, habi-
litado. Horários Segun-
da a sexta 8:30 às 18h
e sábados 8:30 às 13h.
Enviar CV A/C Isabel
Whats 98259-0077
vidracariabrasilia2009
@gmail.com

NÍVEL MÉDIO

CONTRATA
**AGENTE DE PORTA-
RIA** 12x36 c/ experiên-
cia. Interessados enviar
CV para: rhcooperfim.
tmt@gmail.com

ATENDENTE DE LOJA
**CHOCOLATES KO-
PENHAGEN** Contrata c/
experiência em cafete-
ria, padaria e atendimen-
to ao público. Shopping
Conjunto Nacional -
Brasília-DF. Salário a
combinar. VT + VA.
Enviar CV para e-mail:
kopenhagencasapark@
gmail.com ou Whatsapp
(61) 99465-3000

6.1 NÍVEL MÉDIO

EMPRESA DE
SINALIZAÇÃO CONTRATA
**AUXILIAR DE PINTU-
RA** na área de sinaliza-
ção viária, com ou sem
experiência. Poder ser bra-
sileiro ou migrante. Tr
Whats: 61 99989-9476 /
99291-6581 Rubens

RESTAURANTE
CONTRATA
**AUXILIAR DE SERVI-
ÇOS** Gerais. Para traba-
lhar no Lago Sul. Favor
enviar Currículo: Whats
(61) 99674-0505

**AUXILIARADMINISTRA-
TIVO** c/ exper. Enviar
cv p/ tulio@tsas.com.br

EMPRESA DE
SINALIZAÇÃO CONTRATA
**AUXILIAR DE PINTU-
RA** na área de sinaliza-
ção viária, com ou sem
experiência. Poder ser bra-
sileiro ou migrante. Tr
Whats: 61 99989-9476 /
99291-6581 Rubens

**AUXILIARADMINISTRA-
TIVO** c/ exper. Enviar
cv p/ tulio@tsas.com.br

AVISO DE RECEBIMENTO DE
AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO
DE VEGETAÇÃO – ASV

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Autorização de Exploração – Autorização de Supressão de Vegetação – ASV 2053.8.2026.83105, relativa à atividade de plantio de hortaliças em parcelamento de solo rural, na Estâncias Vila Rica, Gleba 01, Chácara 87 – Sobradinho/DF – CEP 71131-900. OSCAR JOSÉ DA SILVA

6.1 NÍVEL MÉDIO

COMUNICAÇÃO VISUAL
CONTRATA Impressor
experiente e Design Gráfi-
co experiente em corel .
Para trabalhar Recanto
das Emas . Enviar curri-
culo : b e r v a n .
sucesso@gmail.com

CONTRATA
ELETRICISTA QUE te-
nha os cursos de NR
10 e NR 35 atualizados.
Enviar CV: rhcooperfim.
tmt@gmail.com

CONTRATA-SE
**GERENTE DE PRODU-
ÇÃO** p/ trabalhar c/ co-
municação visual . CV:
(61) 98424-5020

CONTRATA
ELETRICISTA QUE te-
nha os cursos de NR
10 e NR 35 atualizados.
Enviar CV: rhcooperfim.
tmt@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL
CONTRATA Impressor
experiente e Design Gráfi-
co experiente em corel .
Para trabalhar Recanto
das Emas . Enviar curri-
culo : b e r v a n .
sucesso@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISA-SE
MARCENEIRO/ MEIO
OFICIAL e Motorista c/
experiência em cargas.
Tr: (61) 99979-8210

PRECISA-SE
MASSAGISTA com ou
sem experiência. Tratar:
Kely (61) 99371-7655

PRECISA-SE
MASSAGISTAS p/ Mas-
sagem sensual. >timos
ganhos 61 98184-6503

CONTRATA-SE
**MOTORISTA/ ENTRE-
GADOR** com CNH D, p/
trabalhar em Sobradi-
nho. Enviar CV para:
curriculo@qgelo.com.br

CONTRATA-SE
VENDEDORES(AS)
COM EXPERIÊNCIA -
Preferência no ramo de
premoladas. Enviar CV
p/: premoladasovagas
@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

RECEPCIONISTA
CLÍNICA CETFISIO
Que seja proativa, organi-
zada, receber pacien-
tes, monitorar agendas
e horários de consultas,
etc. Salário R\$ 1.621,00
+ VA R\$ 25,00 por dia
+ VT R\$ 11,00 por dia.
Segunda a sexta - horá-
rio comercial . Enviar
CV : contatocetfi@
gmail.com

6.2 PROCURA
POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

PROCURO POR EMPREGO
FAXINEIRA, DIARISTA
e Passadeira c/ boas refe-
rências. Tr: 99102-9349

Disque-Denúncia

Secretaria de

Segurança Pública.

Uma nova arma contra
a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar MARLENE PEREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, comerciária, RG nº 2.852.714 SSP-DF, CPF nº 472.872.847-15, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Instrumento particular datado de 18 de junho de 2012, do qual fica uma via aqui arquivada, registrada sob os nº R.3 na matrícula nº 9.039 desta Serventia, referente ao Lote nº 18 do Conjunto A da Quadra 07, Sobradinho-DF. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 23.974,93, posição de 02/04/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial da devedora (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

TJDF
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, - Bloco 5, Setores Complementares,
BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefone: (61) 3103-1838 / 3103-1842;
Fax: (61) 3103-0314; Email:02vfamilia.bsb@tjdft.jus.br


EDITAL PARA CONHECIMENTO
DE TERCEIROS - INTERDIÇÃO

Processo Nº 0769350-43.2025.8.07.0016
Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: MARA NUBIA PEREIRA, KLEUBER DE PAIVA PEREIRA, LILIA MARCIA PEREIRA VIDIGAL DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MARIA APARECIDA DE PAIVA PEREIRA

A Drª. **ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA BARRETO**, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0769350-43.2025.8.07.0016, ajuizada por MARA NUBIA PEREIRA, KLEUBER DE PAIVA PEREIRA, LILIA MARCIA PEREIRA VIDIGAL DE OLIVEIRA em desfavor de MARIA APARECIDA DE PAIVA PEREIRA, foi **DECRETADA**, mediante sentença proferida em 02/12/2025, devidamente transitada em julgado em 19/02/2026, a INTERDIÇÃO DE MARIA APARECIDA DE PAIVA PEREIRA, brasileira, casada, aposentada, nascida em 05/01/1934, por ser portadora de "redução volumétrica cerebral, focos de alteração na substância branca, provavelmente de natureza isquêmica microangiopática" desde 2010, tendo sido declarada incapaz de cuidar de si mesma e administrar seus bens. Nomeou-lhe curadora **MARA NUBIA PEREIRA, brasileira, divorciada, servidora pública aposentada**, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015).

Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 6 de março de 2026, 18:01:20. Eu, Aline Maria Assis Varandas, Diretora de Secretaria, conferi e assino digitalmente.

Aline Maria Assis Varandas
Diretora de Secretaria

 Este documento foi gerado pelo usuário 316 ***-00 em 25/03/2026 17:00:24
Número do processo: 0769350-43.2025.8.07.0016
Número do documento: 2603121904080000000242921604 | Tipo de documento: Edital
https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/ProcessoConsultaDocumento?view=sem72=2023121904080000000242921604
Assinado eletronicamente por: ALINE MARIA ASSIS VARANDAS - 12103/2026 17:04:09
Perfil: Diretor de Secretaria Num. 207493496 - Pág. 1

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar MARIA ELISANGELA DE CARVALHO FERREIRA, brasileira, solteira, auxiliar em escritório, CNH nº 00041899733 DETRAN-DF, CPF nº 785.975.791-53, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 23 de novembro de 2021, do qual fica uma via aqui arquivada, registrada sob os nº R.8 na matrícula nº 26.037 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 02 do Bloco E2, a ser edificado no Lote nº 05 do Conjunto 02 da Quadra 501 do Itapoá Parque, situado no Setor Habitacional Itapoá, Região Administrativa do Itapoá - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 5.132,83, posição de 02/04/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial da devedora (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar MARIA DALVA CALDAS MORAIS, brasileira, solteira, empregada doméstica, CPF nº 004.315.471-90, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 16 de julho de 2024, do qual fica uma via aqui arquivada, registrada sob os nº R.7 na matrícula nº 28.762 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 101 do Bloco F2, a ser edificado no Lote nº 07 do Conjunto 02 da Quadra 402 do Itapoá Parque, situado no Setor Habitacional Itapoá, Região Administrativa do Itapoá - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 5.406,65, posição de 02/04/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Braziliense**.

Pequenos anúncios
(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados
(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp
61 98167-9999

E-mail:
classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:
Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE